MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR - SESU

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

PRÓ - REITORIA DE ENSINO

DIRETORIA DE ENSINO SUPERIOR - DESUP

CAMPUS CURITIBA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

AUTORIZADO PELA RESOLUÇÃO N°34/2018

Parecer CONSEPE Nº106/2018 - Ajuste curricular/adequação de carga-horária

Curitiba

Julho 2022

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

Reitor

Odacir Antonio Zanatta

Pró-Reitor de Ensino

Amarildo Pinheiro Magalhães

Direção de Ensino

Patrícia Daniela Maciel

Coordenadoria de Cursos de Graduação

Katia Andrea Silva da Costa

Direção Geral do Campus

Adriano Willian da Silva

Direção de Ensino do Campus

Giancarlo de França Aguiar

Direção de Pesquisa e Extensão do Campus

Vilmar Fernandes

Coordenação de Curso

Iara Aquino Henn

Diana Gurgel Pegorini

Núcleo Docente Estruturante

Cíntia Souza Batista Tortato

Diana Gurgel Pegorini

Iara Aquino Henn

Luciana dos Santos Rosenau

Rosangela Gonçalves de Oliveira

Gabriela Chicuta Ribeiro

Wesley Soares Guedes de Moraes

Comissão de Estruturação de Curso

Adnilra S. Moreira da Silva Sandeski

Bruno Coletty

Elisete Lopes Cassiano

Hellen Christina Gonçalves

Leandro Rafael Pinto

Luciana dos Santos Rosenau

Maria Helena Vianna

Marianna Angonese Frankiv

Regiane Dionísio Pinheiro Porrua

Rogério Gomes

Rosangela Gonçalves De Oliveira

Sandra Terezinha Urbanetz

Sebastião Dambroski

Susi de Fátima Carvalho da Silva

Comissão de Organização do Reconhecimento do Curso:

Presidente:

Diana Gurgel Pegorini

Membros:

Diana Gurgel Pegorini

Adriano Willian da Silva Viana Pereira

Cíntia Souza Batista Tortato

Iara Aquino Henn

Gabriela Chicuta Ribeiro

Luciana dos Santos Rosenau

Rosangela Gonçalves de Oliveira

Tatiana de Medeiros Canziani

SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO **8**

1. APRESENTAÇÃO DO PROJETO **11**

1.2. HISTÓRICO 11

1.2.1 O Instituto Federal do Paraná 11

1.2.2 O Curso de Licenciatura em Pedagogia 14

1.2.3 Missão, Visão e Valores 15

2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA **17**

2.1 JUSTIFICATIVA 18

2.2 OBJETIVOS 24

2.2.1 Objetivo Geral 24

2.2.2 Objetivos Específicos 24

2.3 CONCEPÇÃO DO CURSO 25

2.4 PERFIL DO EGRESSO 29

2.4.1 Áreas de Atuação do Egresso 29

2.4.2 Acompanhamento de Egressos 30

2.4.3 Registro Profissional 31

2.5 METODOLOGIA E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS 31

2.5.1 Relação entre Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação 33

2.5.2 Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação no processo de ensino-aprendizagem 34

2.5.3 Educação Inclusiva 35

2.5.4 Integração 37

2.5.4.1 Integração com a Pós-Graduação 37

2.5.4.2 Mobilidade Estudantil e Internacionalização 38

2.5.5 Material Didático 39

2.5.6 Mecanismos de Interação entre docentes, tutores e estudantes 39

2.5.6.1 Atividades de Tutoria 39

2.5.7 Atividades Práticas de Ensino 39

2.6 ESTRUTURA CURRICULAR 40

2.6.1 Representação Gráfica do Processo Formativo 43

2.6.2 Matriz Curricular 45

2.6.3 Componentes optativos e eletivos 47

2.7 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS 48

2.7.1 Ementário e Bibliografias - Optativas e Eletivas 98
2.8 AVALIAÇÃO 105
2.8.1 Avaliação da Aprendizagem 105
2.8.2 Plano de Avaliação Institucional 107
2.8.3 Avaliação do Curso 108
2.8.4 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso 109
2.9 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 109
2.9.1 Convênios de Estágio 109
2.10 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO 109
2.11 ATIVIDADES COMPLEMENTARES 110
2.12 FORMAS DE ACESSO, PERMANÊNCIA 111
2.12.1 Bolsas de Pesquisa, Extensão, Inovação, Inclusão Social, Monitoria e Bolsa-Atleta 111
2.12.2 Aproveitamento de Estudos Anteriores 115
2.12.3 Certificação de Conhecimentos Anteriores 116
2.12.4 Expedição de Diplomas e Certificados 116
2.12.5 Acessibilidade 116

3. CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO 118
3.1. CORPO DOCENTE 118
3.1.1 Atribuições do Coordenador 118
3.1.2 Experiência do Coordenador 121
3.1.3 Núcleo Docente Estruturante (NDE) 122
3.1.4 Relação do Corpo Docente 122
3.1.5 Colegiado de Curso 123
3.1.6 Políticas de Capacitação Docente 125
3.1.7 Plano de Cargos e Salários dos Docentes 125
3.2 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO 126
3.2.1 Políticas de Capacitação do Técnico Administrativo em Educação 129
3.2.2 Plano de Cargos e Salários dos Servidores Técnico Administrativos em Educação 129

4. INFRAESTRUTURA 131
4.1 ÁREAS DE ENSINO ESPECÍFICAS 131
4.2 ÁREAS DE ESTUDO GERAL 131
4.3 ÁREAS DE ESTUDO ESPECÍFICO 132
4.4 ÁREAS DE ESPORTE E VIVÊNCIA 132

4.5 ÁREAS DE ATENDIMENTO DISCENTE 132
4.6 ÁREAS DE APOIO 132
4.7 BIBLIOTECA 133

5. PLANEJAMENTO ECONÔMICO FINANCEIRO 146
5.1 EXPANSÃO DO QUADRO DOCENTE 146
5.2 PROJEÇÃO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE E CONSUMO 147
5.3 PROJEÇÃO DE AQUISIÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO 148

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 149
APÊNDICE A - Normas de Estágio 152
APÊNDICE B - Normas TCC 155
APÊNDICE C - Normas Atividades Complementares 168
APÊNDICE D - Normas do Estágio Supervisionado Obrigatório 175
APÊNDICE E - Normas Brinquedoteca 187
APÊNDICE F - Normas de Estágio Não Obrigatório 193

IDENTIFICAÇÃO

Denominação do Curso:
Pedagogia

Área do Conhecimento:
Educação - 70800006

Modalidade:
Presencial

Grau:
Licenciatura

Regime Letivo (Periodicidade):
Semestral

Turno do curso:
Vespertino

Número de etapas anuais e duração média dos períodos letivos:
2 etapas - Semestral

Horário de oferta do curso:
13h30min às 17h45min – Período Vespertino
Aulas de Segunda-feira a Sexta-feira

Prazo de Integralização Curricular:
Prazo mínimo: 4 anos
Prazo máximo: 7 anos

Carga-Horária total do Curso:
3200h

Tipo de Matrícula:

Por componente curricular

Vagas totais (anual):
Mínimo: 20
Máximo: 40

Escolaridade mínima exigida:
Ensino Médio completo

Coordenadora:
Nome: Iara Aquino Henn
Titulação Máxima: Doutora
Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva

Vice-Coordenadora:
Nome: Diana Gurgel Pegorini
Titulação Máxima: Doutora
Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva

Endereço de Oferta
Campus: Curitiba
Rua e Número: João Negrão, 1285.
Bairro: Rebouças
Cidade: Curitiba
UF: PR
CEP: 80230-150

1. APRESENTAÇÃO DO PROJETO

O Curso de licenciatura em Pedagogia do Campus Curitiba do IFPR está estruturado conforme as Leis nº 9.394/ 1996 e nº 11.892/ 2008, Resolução CNE/CP nº 02/2015 que normatiza as licenciaturas, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia, a Resolução 19/2017 sobre a Política Institucional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica no IFPR e Resolução nº 55/2011 que apresenta a organização didático pedagógica do IFPR.

A oferta do Curso de Licenciatura em Pedagogia no Campus Curitiba do IFPR tem por objetivo promover a apropriação dos conhecimentos necessários ao desenvolvimento da ação do pedagogo nas mais diversas possibilidades de atuação que existem na sociedade. A docência constitui a base do Curso de Licenciatura em Pedagogia do IFPR, na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e inclusive na ação do Pedagogo na Gestão Educacional.

O profissional pedagogo pode atuar em diferentes espaços, pois a educação é um processo humano que está presente em toda a sociedade. Os principais campos de atuação do egresso do Curso de Licenciatura em Pedagogia são: a atuação como docente na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Magistério de nível Médio e a atuação como Pedagogo na Gestão Educacional em espaços escolares e não escolares. A formação do pedagogo tem demanda contínua oriunda do mundo do trabalho, pois é o profissional requerido para a educação escolar na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental em instituições públicas e privadas, além de outros campos de atuação nos diferentes setores da sociedade.

Ampliar a oferta de cursos de formação docente é uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE, Meta 12) e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2014-2018) do IFPR, no qual consta no item 2 o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) que no item 2.4 menciona a necessidade de

fortalecimento das licenciaturas e ampliação da Pós-Graduação. Nesse contexto a oferta gratuita do Curso de Licenciatura em Pedagogia no Campus Curitiba do IFPR, se justifica, pois, além de atender a ampliação da formação de professores da educação básica, atende a meta do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPR que é a ampliação das vagas de acesso à Educação Superior.

O projeto teve origem a partir do reconhecimento da demanda local e da necessidade de o IFPR cumprir os objetivos previstos na Lei 11.892/2008 (Art. 7º, VI, b) referente a educação superior para a oferta de "cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica". O núcleo docente estruturante realizou uma construção coletiva por meio de reuniões e revisão de documentos compartilhados *online*, a partir destas contribuições foi possível constituir um projeto pedagógico concernente com o perfil de estudantes que objetiva atender.

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do IFPR e Projeto Político Pedagógico (PPP) do campus permeia as práticas pedagógicas no âmbito do ensino com a intenção de oportunizar práticas investigativas no contexto social por meio de eventos, projetos de iniciação científica e demais atividades pedagógicas a fim de estimular a pesquisa, extensão e a inovação.

1.2. HISTÓRICO

1.2.1 O Instituto Federal do Paraná

O atual IFPR - Instituto Federal do Paraná tem suas raízes em 1869 a partir da criação da Escola Técnica que pertencia à antiga Colônia Alemã de Curitiba, sendo seus fundadores Gottliebe Mueller e Augusto Gaertner, sócios da "Verein Deutche Schule". Até 1914 o estabelecimento chamou-se Escola Alemã, tendo nesta ocasião mudado sua denominação para Colégio Progresso.

Em 1914, a então Academia Comercial Progresso foi adquirida pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, conforme consta da ata da reunião da respectiva Congregação, realizada em 18 de dezembro daquele ano. De acordo com escritura pública de incorporação, lavrada a 20 do mês de abril de 1942, no Cartório do 1º Tabelionato desta Capital, às folhas 11 e 12 do livro nº 291, a instituição foi autorizada a funcionar sob a denominação de Escola Técnica de Comércio anexa à Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, por ato do Ministério da Educação e Cultura, datado de 27 de fevereiro de 1942. Com a federalização da Universidade do Paraná pela Lei nº 1.254, de 04 de dezembro de 1950, continuou a Escola a ser mantida pela Faculdade de Direito, consoante o artigo 15 da aludida lei. Por decisão do Conselho Universitário, proferida em 22 de janeiro de 1974, a Escola foi integrada à Universidade Federal do Paraná, como órgão suplementar, sob a denominação de Escola Técnica de Comércio da Universidade Federal do Paraná.

A Escola Técnica de Comércio, voltada aos objetivos da Lei nº 5.692/71, foi autorizada a ofertar os cursos Técnicos em Contabilidade e Secretariado, e outros cursos de formação profissional, além de aperfeiçoamento adequado ao aprimoramento de conhecimentos e capacitação técnica de egressos de seus cursos, realizando um trabalho educativo com qualidade e eficiência.

A partir de 14 de dezembro de 1990, ao aprovar a reorganização administrativa da Universidade Federal do Paraná, o Conselho Universitário alterou sua denominação para Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná. No ano letivo de 1991 a escola passa a ofertar os seguintes cursos: Técnico em Enfermagem, Técnico em Higiene Dental, Técnico em Prótese Dentária e Técnico em Processamento de Dados, além do tradicional Curso Técnico em Contabilidade, passando a especializar-se em cursos do Setor de Serviços. Ainda na década de 90 são implantados os cursos: Técnico em Administração de Empresas, Técnico em Filosofia Cênicas, Técnico em Radiologia Médica e Técnico em Transações Imobiliárias.

Com a promulgação da Lei nº 9.394/96 e do Decreto 2.208/97 a Escola passa a adaptar-se à nova situação da Reforma da Educação Profissional, reestruturando seus cursos e implantando o Curso de Tecnologia em Informática.

No período de 2002 a 2005 a Escola passa a atender as demandas de profissionalização de Instituições e da Sociedade Civil organizada, implantando cursos nas seguintes áreas profissionais: indústria, agropecuária, turismo e hospitalidade. Além de atuar em novas áreas profissionais, a escola amplia o número de cursos nas áreas profissionais de Filosofia, gestão e saúde.

Com a Lei 11.892 do dia 29 de dezembro de 2008, criou-se o Instituto Federal do Paraná a partir da Escola Técnica vinculada a Universidade Federal do Paraná.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas. Os Institutos compõem a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Por recomendação da Lei e da realidade a ser atendida os institutos devem ter forte inserção na área de pesquisa e extensão, visando estimular o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas e estendendo seus benefícios à comunidade. Metade das vagas será destinada à oferta de cursos técnicos de nível médio, em especial cursos de ensino médio integrado à educação profissional.

Na educação superior, o destaque fica para os cursos de engenharias e de licenciaturas em ciências: física, química, matemática e biologia. Ainda serão incentivadas as licenciaturas de conteúdos específicos da educação profissional e tecnológica, como a formação de professores de mecânica, eletricidade e informática, por exemplo.

Os institutos federais têm autonomia, nos limites de sua área de atuação territorial, para criar e extinguir cursos, bem como para registrar diplomas dos cursos por ele oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior. Podem também exercer o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais. Cada Instituto Federal é organizado em estrutura com vários campi, com proposta orçamentária anual identificada para cada campus e reitoria, equiparando-se com as universidades federais.

1.2.2 O Curso de Licenciatura em Pedagogia

A formação de profissionais de educação, professores e gestores, no Brasil, é restrita. O número de professores leigos que ocupam funções docentes sem formação específica é elevado, além de que a maioria das escolas não possui profissionais devidamente formados para o trabalho na gestão, na assessoria pedagógica e para a promoção da formação de professores nos cursos de nível médio e a formação continuada dos professores nas escolas. Soma-se às necessidades do sistema regular de ensino a formação continuada dos trabalhadores em geral nas empresas. Nesta tarefa a contribuição e participação dos profissionais da educação, principalmente, dos Pedagogos é solicitada.

O Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) apresenta como meta a ampliação de matrículas na educação superior, com o objetivo de assegurar qualidade, fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita, enfatizando a formação de professores para a educação básica.

O Curso de Pedagogia visa a formação de docentes para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Magistério de nível Médio, além da docência, forma o Pedagogo para atuação na Gestão Educacional em espaços escolares e não escolares. O Curso de Licenciatura em Pedagogia possui demanda contínua para o mundo do trabalho, pois o pedagogo é o profissional responsável pela

educação escolar na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, tanto em instituições públicas como privadas.

A ampliação do atendimento das crianças de 4 a 5 anos da Educação Infantil e de 50% das crianças de até 3 anos em Instituições de Educação Infantil previsto como metas do atual PNE, corroboram com a afirmação de que haverá demanda para atuação destes profissionais. Salienta-se que, no Ensino Fundamental, a maioria das crianças já estão matriculadas, no entanto na Educação Infantil, os índices de ingresso são ainda inferiores a 30%. Em decorrência, a formação de professores para esta modalidade encontra-se no início, ou seja, não é necessário apenas formar os profissionais que já atuam, mas também preparar para a expansão do sistema.

Constata-se que, além da atuação do pedagogo na Educação Básica, estes profissionais estão presentes também na Educação Superior, na Educação à Distância, na Pedagogia Hospitalar, em Recursos Humanos e no Desenvolvimento Profissional de Colaboradores.

1.2.3 Missão, Visão e Valores

Missão

Promover e valorizar a educação profissional e tecnológica, com base na indissociabilidade do ensino, pesquisa, extensão e inovação contribuindo para a formação do cidadão e da sustentabilidade da sociedade paranaense e brasileira, com amparo nos princípios da ética e da responsabilidade social.

Visão

Ser modelo de instituição de educação profissional e tecnológica caracterizada pelo compromisso social, ambiental e com a sustentabilidade, capaz de atuar com inovação e de forma transformadora.

Valores

São valores do IFPR:

- Compromisso com a construção do saber e reconhecimento dos saberes sociais;
- Promoção de educação de qualidade, inclusiva e integradora, formadora de profissionais competentes e comprometidos com a responsabilidade sócio-ambiental;
- Gestão participativa, dinâmica e transparente, comprometida com a qualidade de vida;
- Desenvolvimento de inovação tecnológica por meio de postura empreendedora;
- Comportamento ético orientado pelos princípios da dignidade humana, respeito às diferenças dos cidadãos e combate a todas as formas de discriminação;
- Respeito, preservação e disseminação da cultura e das tradições locais;
- Qualidade e excelência para promover a melhoria contínua dos serviços oferecidos, para a satisfação da sociedade.

2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

A organização didático-pedagógica do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus Curitiba está organizada conforme a Resolução 50/2011 do IFPR. Esse curso se desenvolve a partir da demanda de formação para profissionais para atuação na Educação Infantil e Básica. A partir das discussões clássicas e atuais para a formação de professores, o curso visa oferecer formação aos profissionais graduados atuantes na educação básica, a partir de uma base sólida de conhecimentos teóricos e práticos, no intuito de promover um ensino pautado na valorização do ser humano, e em consonância com as demandas da sociedade atual.

Essa preocupação encontra-se expressa na LDBEN 9.394/96, ao apontar a necessidade de formação em nível de licenciatura para a atuação na educação básica; em todas as legislações referentes ao assunto e na mais recente Resolução do Conselho Nacional de Educação, a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, que "Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada."

O currículo do curso orienta-se por uma compreensão ampla do trabalho docente, incluindo estágios a partir do 2º semestre do curso, nos componentes curriculares da área de formação, atividades de aprofundamento como uma forma de conhecer e compreender o trabalho escolar na sua totalidade, envolvendo os diferentes níveis de planejamento no âmbito da instituição e do sistema de ensino, superando a fragmentação do trabalho na escola. Além disso, em cada componente curricular serão desenvolvidas atividades interdisciplinares que acompanham todas as etapas formativas do curso, possibilitando uma formação em estreito contato com a realidade e a prática docente, numa relação de práxis.

2.1 JUSTIFICATIVA

O IFPR é uma instituição do âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação e está instituída de acordo com a Lei 11.892/2008. O IFPR oferta cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), cursos de Educação Profissional Técnica de nível Médio, Graduação e Pós-Graduação, e tem a finalidade de contribuir para a formação e profissionalização dos cidadãos, promovendo, inclusive, a verticalização do ensino.

Enfatiza-se que é fundamental que o IFPR cumpra os objetivos previstos na Lei 11.892/2008 (Art. 7º, VI, b) referente a educação superior para a oferta de "cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica".

O Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPR expressa que

> No que se refere aos cursos superiores, presenciais e a distância, as políticas estruturantes estão centradas no fortalecimento das Licenciaturas e na ampliação da Pós-Graduação. Tratam-se de ações planejadas a partir de princípios pedagógicos articulados a concepções teórico-metodológicas, que buscam promover a ampliação e o fortalecimento dos cursos superiores da instituição. Em atendimento à Lei de Criação dos Institutos Federais, a oferta de cursos de Licenciatura, sobretudo os cursos de ciências da natureza, deve ser minimamente de 20% das vagas. O IFPR entende que a valorização da profissão docente constitui uma necessidade no mundo do trabalho, pois além do pouco reconhecimento da importância que possuem, os cursos de Licenciatura integram uma categoria na qual menos investimento são feitos, sobretudo no que diz respeito à profissionalização docente. (PDI, 2014-2018, p.50 e 51)

A oferta de cursos de formação específica de nível superior para os professores da Educação Básica é uma das metas do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPR (PDI 2014-2018).

QUADRO 1 - Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPR - PDI 2014-2018

Meta 15 – Formação de professores (nível superior)

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Como é:

- 67% dos professores de educação básica têm curso superior na sua área de atuação

Como será:

- 100% dos professores com formação de nível superior na área de atuação
- Gasto: incluído na meta 12

Item do PDI:

2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL; Item 2.4 - Fortalecimento das licenciaturas e ampliação da Pós-Graduação e Item 2.4 - Principais ações

Fonte: Portal de Informações IFPR (2017)

A oferta do Curso de Licenciatura em Pedagogia no Campus Curitiba do IFPR, além de atender a ampliação da formação de professores da Educação Básica, atende outra meta do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPR que é a ampliação das vagas de acesso à Educação Superior.

QUADRO 2 - Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPR - PDI 2014-2018

Meta 12 – Ensino Superior – Acesso

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Como é:

- 7 milhões matriculados, sendo 1,9 milhão públicas
- Gasto atual: R$ 24,8 bilhões
- PIB: 0,50%

Como será:

- 12 milhões matriculados, sendo 3,9 milhões públicas
- Gasto: R$ 67,4 bilhões
- PIB: 1,39%

Item do PDI:

2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL; Item 2.4 - Fortalecimento das licenciaturas e ampliação da Pós-Graduação

Fonte: Portal de Informações IFPR (2017)

Nesse contexto, além do cumprimento da Lei 11.892/2008 há também a justificativa de ampliar a oferta de vagas em instituições públicas na cidade de Curitiba, pois somente a Universidade Federal do Paraná oferece o curso gratuitamente, no ano de 2017 a UFPR abriu 2 turmas de Pedagogia em período diurno, confirmando a alta demanda para este curso.

QUADRO 3– OFERTA DE CURSO DE PEDAGOGIA PRESENCIAL EM CURITIBA 2017

INSTITUIÇÃO	VAGAS	PRIVADA	PÚBLICA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)	170		**X**
CENTRO UNIVERSITÁRIO AUTÔNOMO DO BRASIL (UNIBRASIL)	150	X	
CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPOS DE ANDRADE (UNIANDRADE)	120	X	
CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL (UNINTER)	200	X	
FACULDADE ANCHIETA DE ENSINO SUPERIOR DO PARANÁ (FAESP)	300	X	
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS, EDUCAÇÃO E LETRAS (FACEL)	100	X	
FACULDADE DE TECNOLOGIA DE CURITIBA (FATEC-PR)	70	X	
FACULDADE DE TECNOLOGIA MACHADO DE ASSIS (FAMA)	100	X	
FACULDADE DOUTOR LEOCÁDIO JOSÉ CORREIA (FALEC)	240	X	
FACULDADE FIDELIS (FF)	100	X	
FACULDADE MODELO (FACIMOD)	100	X	
FACULDADE PADRE JOÃO BAGOZZI (FACULDADE BAGOZZI)	400	X	
FACULDADE PARANAENSE (FAPAR)	200	X	
FACULDADE PASSIONISTA DE EDUCAÇÃO DE CURITIBA (FAPEC)	200	X	
FACULDADE SÃO BRAZ (FSB)	220	X	

FACULDADES INTEGRADAS CAMÕES (FICA)	240	X	
FACULDADES INTEGRADAS ESPÍRITA (FIES)	200	X	
FACULDADES INTEGRADAS SANTA CRUZ DE CURITIBA (FARESC)	200	X	
FACULDADES OPET	300	X	
FAE CENTRO UNIVERSITÁRIO (FAE)	50	X	
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO NOSSA SENHORA DE SION (ISE - SION)	200	X	
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ (PUCPR)	120	X	
UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ (UTP)	1000	X	
TOTAL	**4980**	**22**	**1**

Fonte: e-MEC adaptação Observatório Regional do IFPR, 2017 (Adaptado)

Estes dados demonstram que no ano de 2017, das 4.980 vagas anuais ofertadas para o Curso de Licenciatura em Pedagogia, apenas 170 são públicas/gratuitas. Portanto, é possível identificar que há muitas universidades e faculdades privadas que ofertam vestibular anualmente para tal licenciatura presencial em Curitiba, entretanto, as quantidades de vagas públicas são insuficientes para atender a demanda.

O observatório regional do IFPR, também confirma que há um alto número de ofertas de vagas de instituições privadas para a modalidade de educação a distância para a Licenciatura em Pedagogia. Nessa perspectiva, considera-se que é um diferencial oferecer um curso gratuito em formato presencial que possibilite ampliar as interações entre os conhecimentos e docentes-estudantes e estudantes-estudantes, agregando qualidade pedagógica.

Além da grande oferta do Curso de Licenciatura em Pedagogia na cidade de Curitiba, há também um elevado número de estudantes dos cursos de formação de professores de nível médio. O quadro 04 apresenta os dados da SEED-PR conforme informações do Observatório Regional do IFPR.

QUADRO 4 – MATRÍCULAS NO NORMAL/MAGISTÉRIO: CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA 2010 a 2015

MATRÍCULAS NO NORMAL/MAGISTÉRIO														
	Privada						Total	Pública						Total
Município	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Almirante Tamandaré													105	105
Araucária													169	169
Bocaiúva do Sul													48	48
CAMPINA GRANDE DO SUL													24	24
CAMPO LARGO								262	197	229	292	318	263	1.561
COLOMBO								156	127	119	120	102	149	773
CURITIBA	139	125	105	90	43	50	552	1.741	1.603	1.389	1.463	1.382	1.234	9.364
FAZENDA RIO GRANDE	13	19		21	1		54	281	252	225	208	213	211	1.444
Itambaracá													17	17
MANDAGUARI								121	118	126	148	131	127	771
PINHAIS								337	365	320	341	319	264	1.946
PIRAQUARA								282	245	225	180	137	157	1.226
Prudentópolis													13	13
RIO BRANCO DO SUL								154	161	147	126	130	150	868
São José dos Pinhais													180	180
Total	**152**	**144**	**105**	**111**	**44**	**50**	**606**	**3.334**	**3.068**	**2.780**	**2.878**	**2.732**	**3.111**	**18.509**
	Privada						Total	Pública						Total
Município	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Almirante Tamandaré	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	3%	*1%*
Araucária	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	5%	*1%*
Bocaiúva do Sul	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	2%	*0%*
CAMPINA GRANDE DO SUL	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	1%	*0%*
CAMPO LARGO	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	8%	6%	8%	10%	12%	8%	*8%*
COLOMBO	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	5%	4%	4%	4%	4%	5%	*4%*
CURITIBA	91%	87%	100%	81%	98%	100%	91%	52%	52%	50%	51%	51%	40%	*51%*
FAZENDA RIO GRANDE	9%	13%	0%	19%	2%	0%	9%	8%	8%	8%	7%	8%	7%	*8%*
Itambaracá	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	1%	*0%*
MANDAGUARI	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	4%	4%	5%	5%	5%	4%	*4%*
PINHAIS	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	10%	12%	12%	12%	12%	8%	*11%*
PIRAQUARA	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	8%	8%	8%	6%	5%	5%	*7%*
Prudentópolis	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	*0%*
RIO BRANCO DO SUL	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	5%	5%	5%	4%	5%	5%	*5%*
São José dos Pinhais	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	6%	*1%*
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	*100%*

Fonte: SEED, Adaptação Observatório Regional do Paraná, 2017.
Contato: gilmar.hellmann@ifpr.edu.br - 41-996288967

Fonte: SEED PR, Adaptação Observatório Regional do Paraná IFPR (HELLMANN, 2017).

Conforme os dados apresentados no quadro 04 é possível constatar que entre os anos de 2010 e 2015, na cidade de Curitiba e região metropolitana houve a matrícula de 18.509 estudantes de curso Normal/Magistério de nível médio. Nesse contexto, observa-se que há demanda para a oferta do Curso de Licenciatura em Pedagogia no IFPR Campus Curitiba para que possa oferecer a continuidade desta formação em nível superior.

QUADRO 5 – MATRÍCULAS NO NORMAL/MAGISTÉRIO: CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA 2016

Matriculas Ensino Médio - Magistério/Normal Região Metropolitana de Curitiba (2016)							
Dependência Administrativ	Nome Da Escola	Turno	Município	1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série
PRIVADA	COLEGIO SAGRADO CORACAO DE JESUS	MATUTINO	CURITIBA	11	19	8	
ESTADUAL	JOAO MARIA DE BARROS C E PREF EF M N	NOTURNO	CAMPINA GRANDE DO SUL	16			
ESTADUAL	CARLOS ALBERTO RIBEIRO C E E F N	NOTURNO	BOCAIUVA DO SUL			15	25
ESTADUAL	EDIMAR WRIGHT C E PROF EM N	VESPERTINO	ALMIRANTE TAMANDARE	33	44	21	22
ESTADUAL	GILBERTO A DO NASCIMENTO C E DR EF M N	MATUTINO	PIRAQUARA	28	36		24
ESTADUAL	GILBERTO A DO NASCIMENTO C E DR EF M N	NOTURNO	PIRAQUARA	20		17	
ESTADUAL	ABRAHAM LINCOLN C E PRES EF M N	MATUTINO	COLOMBO	21			
ESTADUAL	ABRAHAM LINCOLN C E PRES EF M N	NOTURNO	COLOMBO	24	34	25	22
ESTADUAL	MARIA DA LUZ FURQUIM C E EF M N P	MATUTINO	RIO BRANCO DO SUL	24			
ESTADUAL	MARIA DA LUZ FURQUIM C E EF M N P	NOTURNO	RIO BRANCO DO SUL	24	37	23	25
ESTADUAL	COSTA VIANA C E EF M PROFIS N	MATUTINO	SAO JOSE DOS PINHAIS	35	41	35	28
ESTADUAL	COSTA VIANA C E EF M PROFIS N	NOTURNO	SAO JOSE DOS PINHAIS			33	
ESTADUAL	JULIO SZYMANSKI C E PROF EM PROFIS N	VESPERTINO	ARAUCARIA	66	76	34	25
ESTADUAL	JORGE ANDRIGUETTO C E DES EF M PROFIS N	NOTURNO	FAZENDA RIO GRANDE	28	41	51	45
ESTADUAL	JORGE ANDRIGUETTO C E DES EF M PROFIS N	VESPERTINO	FAZENDA RIO GRANDE	32	33		
ESTADUAL	SAGRADA FAMILIA C E EF M N	MATUTINO	CAMPO LARGO				32
ESTADUAL	SAGRADA FAMILIA C E EF M N	NOTURNO	CAMPO LARGO			32	
ESTADUAL	SAGRADA FAMILIA C E EF M N	VESPERTINO	CAMPO LARGO	68	77	38	
ESTADUAL	ARNALDO F BUSATO C E DEP EF M N PROFIS	MATUTINO	PINHAIS	62	39	39	35
ESTADUAL	ARNALDO F BUSATO C E DEP EF M N PROFIS	NOTURNO	PINHAIS		45	32	
ESTADUAL	BENEDICTO J CORDEIRO C E EF M N PROFIS	MATUTINO	CURITIBA	55	111	33	43
ESTADUAL	BENEDICTO J CORDEIRO C E EF M N PROFIS	NOTURNO	CURITIBA	30		21	25
ESTADUAL	PAULO LEMINSKI C E EF M N PROFIS	MATUTINO	CURITIBA	57	91	50	51
ESTADUAL	PAULO LEMINSKI C E EF M N PROFIS	NOTURNO	CURITIBA	25	39	15	
ESTADUAL	INST ED PR PROF ERASMO PILOTTO EF M N	MATUTINO	CURITIBA	114	115	62	69
ESTADUAL	INST ED PR PROF ERASMO PILOTTO EF M N	NOTURNO	CURITIBA	47	43	63	29
TOTAL DE MATRÍCULAS				**820**	**921**	**647**	**500**

Fonte: SEED, Adaptação Observatório Regional do Paraná, 2017.
Contato: gilmar.hellmann@ifpr.edu.br - 41-996288967

Fonte: SEED PR, Adaptação Observatório Regional do Paraná IFPR (HELLMANN, 2017).

O quadro 05 apresenta os dados com as matrículas dos estudantes para o curso Normal/Magistério de nível médio na cidade de Curitiba e região metropolitana para o ano de 2016. Observa-se que o início do Curso de Licenciatura em Pedagogia no ano de 2019 contemplará os estudantes que atualmente estão na 1ª e 2ª série do curso Normal/Magistério de nível médio, totalizando 1.741 egressos que necessitam dar continuidade em sua formação docente, sem considerar os interessados que não cursaram o curso Normal/Magistério de nível médio.

Outro aspecto que justifica a oferta do Curso de Licenciatura em Pedagogia presencial no IFPR é contribuir com a formação de melhor qualidade desses profissionais. Pinho (2016) afirma que conforme os dados do site do INEP, as vagas dos Cursos de Pedagogia são preenchidas em sua maioria por estudantes que atingiram a nota mínima de 450 até 550 no Enem, isto demonstra a necessidade de propiciar uma formação de alto desempenho para estes estudantes, para oferecer condições de superar possíveis dificuldades.

A missão do IFPR tem por objetivo "Promover a educação profissional e tecnológica, pública, de qualidade, socialmente referenciada, por meio do ensino, pesquisa, extensão e inovação, visando à formação de cidadãos críticos, autônomos e empreendedores, comprometidos com a sustentabilidade." (PDI 2014-2018).

A criação de cursos que atendam a essas necessidades é uma questão vital para a melhoria da educação básica, pois, como afirma Nóvoa (1995) não há melhoria do ensino sem uma adequada formação de professores. Além disso, nas regiões em que há maior falta de professores licenciados não há cursos, na maioria dos casos, há inexistência de oferta e de instituições de nível superior, principalmente nas cidades menores, o que exige a contribuição das demais instituições de ensino superior para superar tais deficiências colaborando com o esforço das políticas e ações governamentais.

Conforme a Resolução Nº 2/2015 às licenciaturas, como o curso de Pedagogia em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental a serem desenvolvidas em projetos de cursos articulados, deverão preponderar os tempos dedicados à constituição de conhecimento sobre os objetos de ensino. Com efeito, o IFPR

propõe-se a colaborar para a melhoria da formação de professores com a criação e oferta de Cursos de Licenciatura em Pedagogia. Acrescenta-se que essa proposta não vai apenas em direção a ofertar mais um curso, mas sim para atender as demandas necessárias à escola na proposição de cursos de licenciatura de qualidade com programas articulados à prática profissional para formar professores e gestores para atuarem em coerência com as necessidades sociais do Brasil.

2.2 OBJETIVOS

2.2.1 Objetivo Geral

O objetivo principal do Curso de Licenciatura em Pedagogia é:
- Promover a apropriação dos conhecimentos necessários ao desenvolvimento da ação do pedagogo nas mais diversas possibilidades de atuação que existem na sociedade, tendo como enfoque basilar a docência.

Enfatiza-se que a docência constitui a base do Curso de Licenciatura em Pedagogia do IFPR, tanto na Educação Infantil quanto nos anos iniciais do Ensino Fundamental, além da ação do Pedagogo na Gestão Educacional reveste-se de uma importância ímpar. Atualmente esse profissional pode atuar em diferentes espaços, posto que a educação é um processo humano que está presente em toda a sociedade e em seus diferentes setores.

2.2.2 Objetivos Específicos

A partir do objetivo geral, os objetivos específicos apresentados a seguir expressam o caminho a ser percorrido não somente pelos docentes, mas por todos os segmentos que atuam direta ou indiretamente na Licenciatura em Pedagogia.

- Formar o docente para atuar com os processos de ensino-aprendizagem em todos os níveis de ensino para atender as necessidades dos estudantes, planejando, acompanhando e avaliando os processos educacionais.

- Viabilizar o trabalho coletivo, criando e organizando mecanismos de participação em programas e projetos educacionais.

- Facilitar o processo comunicativo entre a comunidade escolar e as associações a ela vinculadas.

- Possibilitar formação para o desenvolvimento da autonomia, articulação entre teoria e prática, atuação profissional como pesquisador e reflexivo, atuação docente na perspectiva integral, compreensão da diversidade cultural, profissionais que defendam e construam a cidadania e o respeito mútuo;

- Construir meios coletivos para a formação do gestor integral, que supere a dicotomia entre o administrativo e o pedagógico, profissional politécnico, flexível e capaz de tomar decisões diante da complexidade do ato educativo em seus diferentes espaços, profissional ético, capaz de elevar as pessoas ao mais alto grau de saber intelectual, cultural e estético.

2.3 CONCEPÇÃO DO CURSO

O Curso de Licenciatura em Pedagogia compreende o profissional pedagogo como aquele que além de conhecer os processos educativos e suas múltiplas determinações e implicações, tem clareza da natureza educativa, técnica e política dos espaços possíveis para sua atuação, prioritariamente o espaço escolar, visto que esse ainda é o local de maior atuação do pedagogo. No entanto, este profissional não pode prescindir do conhecimento necessário a outros espaços que já reclamam a presença do pedagogo como de fundamental importância, compreendendo seu papel de agente organizador e formador.

A Pedagogia, ao superar sua concepção inicial de "apenas levar pelas mãos" aqueles que desejavam ou tinham a possibilidade de ter acesso ao conhecimento, constitui-se como Ciência especificamente voltada aos aspectos educativos e formativos do ser humano. Dessa forma possibilita que se tenha uma visão de totalidade, extrapolando a dimensão individual e se constitui como possibilidade de organização coletiva indispensável a qualquer instituição para o alcance de suas metas e objetivos, independente de sua natureza. Percebe-se que esse é um dos motivos da ampliação dos espaços de atuação do pedagogo e é, por este mesmo motivo, que se torna crucial uma formação sólida, ética, competente e comprometida com um modelo de gestão democrática e dialógica.

A perspectiva da *Pedagogia Histórico-Crítica* é o que se busca no Curso de Licenciatura em Pedagogia, uma concepção historicizada da prática educativa, compreendendo a natureza da educação enquanto trabalho. Uma Pedagogia que compreende que o papel da educação escolar é a de possibilitar o acesso dos indivíduos aos conhecimentos sistematizados, aos conhecimentos formais da cultura letrada, como condição para o exercício da liberdade (SAVIANI, 2008).

A Pedagogia é o campo que permite uma apropriação das bases fundamentais da ciência, da técnica e da cultura contemporânea, como forma de qualificação cada vez mais intensa. Dessa forma faz-se possível a organização do trabalho pedagógico e formativo escolar e de outros espaços à luz das novas necessidades materiais e culturais da sociedade.

Cabe destacar ainda que a Pedagogia não vê a formação de seus profissionais restrita apenas às necessidades provisórias do mercado de trabalho, que a cada momento apresenta demandas diferenciadas, como por exemplo, a atuação em ambientes hospitalares e organizações não governamentais. Não se pode desconsiderar essa realidade mas é preciso ressaltar que o mais importante é a construção de um referencial teórico-prático, cientificamente consistente, que permita ao pedagogo a apropriação do instrumental necessário à sua atuação competente e comprometida com a escola e/ou outros espaços em que atuará e com a sociedade em que vive.

As categorias que subsidiam essa concepção são a *Práxis* e a Interdisciplinaridade, que a seguir apresenta-se:

A categoria ***práxis*** pressupõe a compreensão dos processos que envolvem a construção e a apropriação do conhecimento científico e de outros conhecimentos que não são distintos da natureza social que produziu, numa síntese de múltiplas determinações. Assim sendo este conhecimento é parte constitutiva essencial da formação do pedagogo, assim como é indispensável em sua futura atuação profissional. Concebe-se que toda atividade educativa escolar é intencional e como tal deve ser compreendida como *práxis*, como uma ação que é, ao mesmo tempo, teórica e prática. No entanto, há diferenças significativas entre a *práxis* e a mera união da teoria e da prática na tentativa de ver a utilidade e/ou aplicabilidade de um determinado conhecimento. Dessa forma, isso é o que se busca no Curso de Licenciatura em Pedagogia.

A ***Interdisciplinaridade*** nos aponta que a ação do pedagogo, independente do espaço em que atuará, implica numa visão de totalidade, sem a qual não se consegue educar e formar com qualidade. Para tanto é necessário a compreensão dos nexos que compõem a realidade e isso pode e deve ser construído dentro de um currículo interdisciplinar, no qual o conhecimento não é abordado de forma fragmentada. Sabe-se que o tratamento do conhecimento no âmbito fragmentado não permite a compreensão da totalidade capaz de explicar o fenômeno estudado. Quando se busca compreender e explicar a realidade, seja ela científica, tecnológica, econômica, política ou cultural, é preciso compreender o conhecimento como um todo produzido socialmente pelos homens nas relações que estabelecem entre si e com a natureza.

Porém, da mesma forma como práxis não é somente a junção entre teoria e prática, é necessário o cuidado para não reduzir a interdisciplinaridade a uma mera junção de conteúdos ou atividades entre duas ou mais disciplinas. A interdisciplinaridade não ocorre por meio de atividades comuns entre as disciplinas, mas sim pela concepção teórico-filosófica e teórico-metodológica que orienta o curso. De acordo com Machado,

> [...] a interdisciplinaridade é atualmente uma palavra-chave para a organização escolar. O que se busca com isso é, de modo geral, o estabelecimento de uma intercomunicação efetiva entre as disciplinas, por meio do enriquecimento das relações entre elas. Almeja-se, no limite, a composição de um objeto comum, por meio dos objetos particulares de cada uma das disciplinas (...) as unidades

> disciplinares são, portanto, mantidas, tanto no que se refere aos métodos quanto aos objetos, sendo a horizontalidade a característica básica das relações estabelecidas. (MACHADO, 1995, p.36)

Subsidiados pela **Práxis e pela Interdisciplinaridade**, compreende-se o conceito de homem como sujeito histórico não pode prescindir do nexo com a educação, sendo que a educação é o recurso que as sociedades dispõem para que a produção cultural da humanidade não se perca, passando de geração em geração. Desse modo, a educação constitui a mediação pela qual os seres humanos garantem a perpetuação do seu caráter histórico. (Paro, p.11, 2001).

Então os pressupostos teóricos e metodológicos do curso de Pedagogia estão apoiados na concepção de homem histórico, que transcende a natureza e se constrói na relação com os demais seres humanos.

Por isso, esse projeto exige um compromisso que transcende a simples aquisição de informação e organização curricular, visto que, como outras áreas das ciências humanas, busca promover a formação de profissionais que atuarão diretamente sobre o processo intelectual, político e social e moral de diferentes grupos sociais. Assim a formação técnica, política, científica, etc, dos estudantes de pedagogia, mediada pelas relações e experiências pessoais e coletivas que devem ser vivenciadas no decorrer do desenvolvimento de todo o curso visa contribuir para a constituição de uma sociedade democrática, norteada por princípios histórico-humanos de liberdade.

Claro que temos consciência dos limites vividos numa sociedade organizada no sistema capitalista, sob a atual lógica neoliberal, a proposta do curso de Pedagogia não desconsidera as implicações deste modelo para a concepção de homem e educação que se discute e defende; sociedade esta onde coexistem o crescente aperfeiçoamento científico-tecnológico e a miséria social que leva a degradação inúmeros seres humanos, privados dos seus direitos elementares, inclusive uma educação de qualidade.

Na atualidade nenhum profissional pode ser indiferente a este contexto, ainda mais o Pedagogo, pois o Curso de Licenciatura em Pedagogia organiza seus princípios norteadores visando um profissional ético, político, técnico-cientificamente capacitado, comprometido com uma proposta democrática de educação e capacitado a interferir no

processo educativo promovendo, ainda que com limites estruturais, mudanças urgentes e necessárias por meio da ação pedagógica, sejam nas salas de aula e/ou atuação como gestor em instituições formais e não formais de ensino.

2.4 PERFIL DO EGRESSO

Tendo a **Práxis e a Interdisciplinaridade** como eixos basilares e a compreensão do homem como ser histórico, o Pedagogo no IFPR terá como elemento norteador de sua formação a reflexão e a pesquisa, que perpassam todos os componentes curriculares manifestando-se de forma explícita no Estágio e no Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. Assim, deseja-se que esse perfil profissional possibilite que atuem como pedagogos em diferentes espaços, compreendendo as suas naturezas e adotando as formas mais adequadas de gestão e organização do trabalho pedagógico, seja na escola ou em outros espaços educativos. Essa formação integral proporcionará a formação de um profissional cujas os principais conhecimentos dirigem-se a uma atuação realista, crítica, transformadora e democrática da realidade na qual está atuando, independente de tratar-se de um espaço propriamente escolar ou não. Assim, o pedagogo será capaz de identificar os problemas prioritários da realidade educacional, hospitalar, empresarial ou de outros espaços distintos de educação e formação, trabalhando de forma comprometida efetiva no sentido de sua superação, tendo a clareza de que isso é possível através de uma prática dialógica, consonante com um modelo de gestão democrática. Acrescida à especificidade da gestão o pedagogo estará habilitado a atuar como docente na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e no Magistério nível médio e como Gestor Educacional, subsidiando seu trabalho sob os princípios da Interdisciplinaridade e da Práxis Pedagógica.

2.4.1 Áreas de Atuação do Egresso

- Docência na Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental e matérias pedagógicas do Magistério, Nível Médio;

- Gestor Educacional de Instituições formais e não formais de Ensino;
- Assessor pedagógico nas áreas de planejamento, gestão e avaliação institucional;
- Área de tecnologias, Educação a Distância e desenvolvimento de materiais didáticos;
- Pesquisador educacional;
- Outras organizações em que o princípio educativo prepondere, como associações, fundações, ONGs, etc.
- Espaços em que a atuação do pedagogo se faz necessária para a continuidade do processo educativo sistemático: hospitais, EJAS (Educação de Jovens e Adultos), Comunidades, empresas, entre outros.

2.4.2 Acompanhamento de Egressos

Sabe-se que em sua proposta original os Institutos Federais objetivam:

- A formação cidadã.
- A atuação como rede social.
- Serem espaços para construção e democratização do conhecimento.
- O desenvolvimento local e regional e promover o conhecimento de forma integrada e verticalizada.

Diante da característica social dos objetivos educacionais estabelecidos para a Rede Federal de Educação Tecnológica, cabe a cada Instituto investigar e acompanhar os estudantes egressos a fim de avaliar a efetividade do trabalho realizado.

O Campus Curitiba possui uma Comissão para acompanhamento de Egressos e também existe um Projeto de Pesquisa sendo desenvolvido em conjunto com essa Comissão. Assim sendo, o acompanhamento dos egressos será realizado a partir de ações permanentes e contínuas para que se possa identificar os caminhos trilhados e sua inserção social.

Todos sabemos que os espaços sociais onde as relações se efetivam são sempre dinâmicos, portanto em constantes transformações. Isso indica diversos desafios ao processo educacional e uma estratégia para o enfrentamento desses desafios é o

acompanhamento dos egressos, pois essa ação contribuirá no acompanhamento das transformações sociais.

A proposta de acompanhamento pretende estabelecer parâmetros dentro da perspectiva de uma avaliação contínua da formação ofertada, analisando o currículo, o perfil profissional dos egressos e sua trajetória profissional.

Esse acompanhamento se dará de forma constante através de e-mails, convites para eventos, estímulo à participação nos cursos de pós-graduação oferecidos no Campus a fim de que se consiga apreender 3 (três) aspectos fundamentais: empregabilidade dos egressos; continuidade de estudos e adequação da formação profissional recebida.

Empregabilidade entendida como o conjunto de características do trabalhador, que permite sua inserção (e permanência) no mundo do trabalho, continuidade de estudos verificando se os egressos permaneceram na área realizada no IFPR e a adequação dos estudos recebida avaliando, a partir do distanciamento, como esse egresso percebe o IFPR.

2.4.3 Registro Profissional

Não se aplica, por não ser obrigatório o credenciamento em conselhos profissionais para o curso de Pedagogia.

2.5 METODOLOGIA E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

A estruturação do Curso de Licenciatura em Pedagogia busca garantir aos profissionais o acesso unitário e indissociável ao conhecimento prático e teórico em educação. A indissociabilidade entre estes elementos faz-se necessária visto que, na atualidade, cada vez mais, os profissionais da educação contribuem na formação de sujeitos históricos capazes de utilizar o conhecimento e a tecnologia no desenvolvimento cultural, político, econômico e tecnológico das sociedades modernas. Cabe ao curso, com abrangência em formação docente e gestão educacional, atender aos requisitos necessários para que a formação acadêmica promova o profissional que

atenda os desafios e necessidades propostas.O campus oferece também aos discentes: programas de atendimento extraclasse, equipe multidisciplinar/multiprofissional, apoio psicopedagógico, assistência social, atividades de complementação de aprendizagem, atividades de pesquisa, atividades de extensão e inovação, entre outras.

Dessa forma serão desenvolvidas aulas, estágios, seminários e palestras, visitas técnicas, atividades interdisciplinares, atividades artísticas e culturais, feiras, exposições e eventos correlacionadas às ementas dos componentes curriculares e integradas a eventos pedagógicos.

O desenvolvimento do componente de estágio curricular supervisionado se articula ao planejamento coletivo interdisciplinar realizado semestralmente no curso, por meio da atuação do núcleo docente estruturante e colegiado de curso, articulado pela coordenação de curso e docentes que ministram componentes curriculares nas respectivas turmas. O trabalho interdisciplinar é estruturado, a partir de linhas/eixos, e das várias ciências/componentes curriculares que se organizam pelo método da didática histórico-crítica, sendo estes eixos articuladores das análises e aprofundamentos científicos na relação com os conteúdos das ementas, em cada semestre letivo e em cada período/semestre do curso:

- Eixo do primeiro período: Práticas Sociais e educação;
- Eixo do segundo período: Trabalho, organização social e educação;
- Eixo do terceiro período: Infância, cultura e direitos à educação;
- Eixo do quarto período: Escola e docência no Ensino Fundamental;
- Eixo do quinto período: Contextos sociais e formação docente;
- Eixo do sexto período: Democracia, participação e currículo;
- Eixo do sétimo período: Políticas, pedagogia e Ciência;
- Eixo do oitavo período: Pesquisa e produção do conhecimento.

Entende-se como interdisciplinaridade o diálogo científico entre as ciências, sem perder de vista as especificidades e aprofundamento científico que cada uma se propõe. O diálogo acontece pelas categorias científicas em cada área do conhecimento, aprofundando-os nas várias dimensões a que se articulam os conteúdos das ementas. O fio condutor é planejar a partir da seguinte questão: como o trabalho interdisciplinar contribui com o aprofundamento dos conhecimentos da ementa do componente

curricular e se desdobra em compreensões multidimensionais, num diálogo de práxis com a realidade dos objetos de estudo da pedagogia?

Estes eixos em cada período do curso, em cada semestre letivo, se articulam por meio da didática histórico-crítica, a qual consiste em:

- Levantamento da prática social inicial do conteúdo (uma forma de avaliação diagnóstica e de compreensão da zona de desenvolvimento real do pensamento tendo por base a teoria da psicologia histórico-cultural). Dito de outra forma, são as percepções sobre o que os estudantes já sabem sobre o conteúdo e a realidade social para adentrar ao ensino, mais especificamente.
- Problematização, a qual consiste na "Identificação e discussão sobre os principais problemas postos pela prática social e conteúdo" ou seja uma forma introdutória e articuladora do eixo interdisciplinar, no diálogo com os conteúdos das ementas oferecidas na turma, no referido semestre/período do curso.
- Instrumentalização é o aprofundamento teórico/científico realizado em cada componente curricular a partir de sua ementa. Nesta fase do método as questões ou elementos postos pela problematização são como fio condutores, que frequentemente devem ser retomados para levantamento de premissas e argumentos.
- Prática social final do conteúdo catarse e/ou síntese e sistematização/ consiste na elaboração de um trabalho final interdisciplinar escrito, planejado e o seminário de sistematização, no qual se retoma questões/elementos postos na problematização para as reflexões e síntese (conhecimento apropriado) com base nas instrumentalizações de cada componente curricular. No trabalho final, todos os componentes têm o papel de contribuir tanto na orientação, conteúdo e avaliação.

2.5.1 Relação entre Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação

O Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus Curitiba pretende a articulação entre ensino, pesquisa, extensão e inovação contemplando em sua Matriz Curricular o desenvolvimento de atitudes e ações, tendo como foco as vivências da aprendizagem para a capacitação e para a inserção no mundo do trabalho.

As atividades pedagógicas serão organizadas por meio de:

- elaboração e execução de projetos interdisciplinares para integrar as áreas de conhecimento com a apresentação de resultados práticos e objetivos construídos coletivamente;

- implementação sistemática, permanente e/ou eventual de cursos de extensão, seminários, fóruns, palestras, semanas de curso e outros que articulem os currículos a temas de relevância social, local e/ou regional potencializando os recursos materiais, físicos e humanos disponíveis;

- organização de estudos que contemplem conhecimentos relevantes e capazes de responder demandas pontuais para a comunidade interna e externa;

- previsão de horas-aula, para viabilizar a construção de trajetórias curriculares por meio do envolvimento em eventos, em projetos de pesquisa e extensão, em componentes curriculares optativos e outras possibilidades;

- previsão de espaços para reflexão e construção de ações coletivas, que atendam a demandas específicas de áreas, cursos, campus e instituição, tais como fóruns, debates, grupos de estudo e similares;

- oferta de intercâmbio entre estudantes de diferentes campi, institutos e instituições educacionais considerando a equivalência de estudos.

As práticas pedagógicas no âmbito do ensino serão realizadas com a intenção de oportunizar práticas investigativas no contexto social por meio de eventos, projetos de iniciação científica e demais atividades a fim de estimular a pesquisa, extensão e a inovação.

2.5.2 Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação no processo de ensino-aprendizagem

O Curso de Licenciatura em Pedagogia utiliza as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) como recurso pedagógico em consonância com a proposta dos Institutos Federais de Educação.

Os componentes curriculares serão ofertados presencialmente, entretanto utilizará as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação como recurso pedagógico e como meio de comunicação com os estudantes. Os meios de comunicação digitais serão viabilizados por meio de ferramentas institucionais, *softwares* livres e aplicativos gratuitos. O docente terá o papel de mediador do conhecimento propondo atividades que oportunizem a cooperação, a autonomia e a interação com o objetivo de oportunizar aos estudantes a aprendizagem em níveis mais aprofundados.

Para as atividades que utilizam as TDIC, as interações ocorrerão de modo assíncrono por meio de aplicativos e *softwares* de comunicação digital, institucionais e gratuitos conforme opção do docente do componente curricular. Pretende-se uma comunicação que permita o diálogo, a transversalidade, a ubiquidade e a fluidez multidirecional.

2.5.3 Educação Inclusiva

A Educação Inclusiva busca a educação para a convivência, aceitação da diversidade e a quebra de barreiras arquitetônicas educacionais e atitudinais. O Curso de Licenciatura em Pedagogia está estruturado conforme a Lei Nº 13.146/2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. O curso no IFPR no Campus Curitiba também busca adequar-se às recomendações do Decreto Nº5.296/2004 que dá prioridade de atendimento às pessoas com necessidades específicas e que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

A prática da inclusão ocorre no curso por meio da Matriz Curricular, na qual encontramos componentes curriculares específicos que instrumentalizam o futuro professor para atuar de forma inclusiva e pelas ações institucionais com vistas à inclusão da comunidade, adequando acessos, equipamentos e instalações para o uso por pessoas com necessidades específicas.

A instituição busca promover a inclusão cumprindo com o expresso no Decreto Nº 5.296/2004, que regulamenta a Lei Nº 10.048/2000 e a Lei Nº 10.098/2000.

Conforme o artigo 6º o atendimento prioritário compreende tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas de que trata o art. 5º.

§ 1º O tratamento diferenciado inclui, dentre outros:

I. assentos de uso preferencial sinalizados, espaços e instalações acessíveis;

II. mobiliário de recepção e atendimento obrigatoriamente adaptado à altura e à condição física de pessoas em cadeira de rodas, conforme estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT;

III. serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e no trato com aquelas que não se comuniquem em LIBRAS, e para pessoas surdo cegas, prestado por guias intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento;

IV. pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência visual, mental e múltipla, bem como às pessoas idosas;

V. disponibilidade de área especial para embarque e desembarque de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

VI. sinalização ambiental para orientação das pessoas referidas no art. 5º;

VII. divulgação, em lugar visível, do direito de atendimento prioritário das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

VIII. admissão de entrada e permanência de cão-guia ou cão-guia de acompanhamento junto de pessoa portadora de deficiência ou de treinador nos locais dispostos no caput do art. 5º, bem como nas demais edificações de uso público e naquelas de uso coletivo, mediante apresentação da carteira de vacina atualizada do animal; e

IX. a existência de local de atendimento específico para as pessoas referidas no art. 5º.

2º Entende-se por imediato o atendimento prestado às pessoas referidas no art. 5º, antes de qualquer outra, depois de concluído o atendimento que estiver em andamento, observado o disposto no inciso I do parágrafo único do art. 3 da Lei Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso).

3º Nos serviços de emergência dos estabelecimentos públicos e privados de atendimento à saúde, a prioridade conferida por este Decreto fica condicionada à avaliação médica em face da gravidade dos casos a atender.

4º Os órgãos, empresas e instituições referidos no caput do art. 5º devem possuir, pelo menos, um telefone de atendimento adaptado para comunicação com e por pessoas portadoras de deficiência auditiva.

Art. 7º O atendimento prioritário no âmbito da administração pública federal direta e indireta, bem como das empresas prestadoras de serviços públicos, obedecerá às disposições deste Decreto, além do que estabelece o Decreto n° 3.507, de 13 de junho de 2000.

Parágrafo único. Cabe aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal, no âmbito de suas competências, criar instrumentos para a efetiva implantação e o controle do atendimento prioritário referido neste Decreto.

Além das normas para promoção da acessibilidade e do programa da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC), o IFPR criou o Núcleo de Apoio ao Portador de Necessidades Específicas (NAPNE) vinculado à Pró-Reitoria de Ensino (PROENS). O NAPNE tem por objetivo fomentar a implantação e consolidação de políticas inclusivas no Instituto, por meio da garantia do acesso, permanência e êxito do estudante com necessidades educacionais específicas IFPR, nas áreas de ensino, pesquisa e extensão.

2.5.4 Integração

2.5.4.1 Integração com a Pós-Graduação

Devido à abrangência e às possibilidades de atuação, o IFPR adota como uma

política de ensino a organização dos cursos a partir da perspectiva de itinerários formativos, que dialoguem e integrem os diferentes níveis da educação básica e superior, da educação Profissional e Tecnológica, além de viabilizar a educação continuada, aspecto importante da dinâmica do mundo do trabalho (PDI, 2014-2018, p.49).

> O IFPR preocupa-se com a qualidade da formação do sujeito e, neste sentido, busca ofertar cursos de Formação Inicial e Continuada até a Pós-Graduação. Portanto, como política estruturante, a expansão da Pós-Graduação contribui para o fortalecimento do ensino e amplia as possibilidades de uma formação sólida e integral aos estudantes (PDI, 2014-2018, p.51).

O IFPR oferta o curso de Especialização em Educação Profissional Técnica em Nível Médio desde 2014, atualmente está em sua 4ª turma. Este curso tem apresentado demanda contínua em cada oferta, não havendo sobra de vagas.

Outra atuação do IFPR na área de formação docente é a participação no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), que oferta o curso mestrado profissional em Rede Nacional da CAPES.

2.5.4.2 Mobilidade Estudantil e Internacionalização

O IFPR, em sua contribuição para a formação do estudante, assume o compromisso de proporcionar-lhe a mobilidade escolar/acadêmica, a qual envolve os intercâmbios nacionais e internacionais. Seja por meio de programas do Governo Federal, como o Ciência sem Fronteiras, ou por iniciativas próprias decorrentes de demandas locais, a mobilidade estudantil busca colaborar com a formação integral do estudante de maneira inclusiva, transformadora e comprometida com o desenvolvimento humano (PDI 2014-2018, IFPR, 139-140).

O IFPR, por meio de sua Coordenadoria de Relações Internacionais, busca promover a internacionalização ampla do IFPR, através da formulação de políticas, da interlocução com parceiros nacionais e internacionais e do apoio às ações, projetos e programas de internacionalização dos campi e outros setores.

A Mobilidade Estudantil na graduação possibilita que o estudante desenvolva atividades em instituição de ensino diferente da sua, a qual pode ser do próprio país de residência do estudante ou instituição no exterior. A internacionalização refere-se a todos esforços da instituição para incorporar perspectivas globais no ensino, pesquisa, extensão e inovação; para construir competências internacionais e interculturais entre estudantes, professores e técnicos; para estabelecer parcerias com comunidades e instituições no exterior.

A intenção é criar no curso condições para viabilizar o intercâmbio de estudantes, egressos, docentes e colaboradores, uma das ações é a oferta de Língua Estrangeira Inglês e Espanhol como componentes curriculares eletivos e mediar acordos e cooperações com instituições internacionais de ensino superior, viabilizando a mobilidade acadêmica nacional e internacional.

2.5.5 Material Didático

Não se aplica para educação presencial.

2.5.6 Mecanismos de Interação entre docentes, tutores e estudantes

Não se aplica para educação presencial.

2.5.6.1 Atividades de Tutoria

Não se aplica para educação presencial.

2.5.7 Atividades Práticas de Ensino

A prática de ensino será desenvolvida em sete semestres, a partir do primeiro e será denominada de Estágio sendo desenvolvidas de forma articulada aos demais componentes curriculares do curso, a fim de promover uma reflexão sistemática acerca do trabalho do(a) pedagogo(a) no contexto atual, suas possibilidades e limites na realidade educacional brasileira.

2.6 ESTRUTURA CURRICULAR

DOCENTES POR COMPONENTES DA MATRIZ						
Professor Responsável	**Componente Curricular**	**Núcl**	**Tipo**	**CH**	**Sem**	**Titulação**
Tatiana de Medeiros Canziani e Luciana de Cassia Camargo Pirani	Língua Portuguesa	1	C	80	1º	Doutora/ Mestre
Wesley Soares Guedes de Moraes	Fundamentos Filosóficos da Educação	2	C	80	1º	Doutor
Rosangela Gonçalves de Oliveira	Educação de Jovens e Adultos	3	C	80	1º	Doutora
Berenice Marie Ballande Romanelli e Érika Pessanha d'Oliveira	Fundamentos Psicológicos da Educação	2	C	80	1º	Doutoras
Luciana dos Santos Rosenau	Tecnologias Educacionais	2	AC	40	1º	Doutora
Luciana dos Santos Rosenau	Teorias do Conhecimento Pedagógico	2	C	40	1º	Doutora
Roberto Jose Medeiros Junior	Matemática Básica	1	C	80	2º	Doutor
Diana Gurgel Pegorini, Maria Helena Viana Bezerra, Cristine Roberta Piassetta Xavier e Rosangela Gonçalves de Oliveira.	Estágio I – Educação de Jovens e Adultos	3	ES	80	2º	Doutora/ Mestre
Edilson Aparecido Chaves	Fundamentos Históricos da Educação	2	C	80	2º	Doutor
Wilson Lemos Junior	Arte Educação e seu Ensino	2	AC	80	2º	Doutor
Iara Aquino Henn e Sandra Terezinha Urbanetz	Educação e Trabalho	3	C	40	2º	Doutoras
Cintia de Souza Tortato e Iara Aquino Henn	Educação do Campo	2	C	40	2º	Doutoras
Vanderci Ruschel	Fundamentos Sociológicos da Educação	2	C	80	3º	Doutor
Vanessa Lopes Ribeiro	Alfabetização e Letramento	1	C	80	3º	Doutora
Luciana dos Santos Rosenau	Fundamentos da Educação Infantil	2	C	80	3º	Doutora
Roberto Jose Medeiros Junior	Prática Pedagógica de Matemática	1	P	80	3º	Doutor
Cintia de Souza Tortato, Iara Aquino Henn, Maria Helena	Estágio II – Educação Infantil	3	ES	80	3º	Doutoras Mestre

Viana Bezerra e Diana Gurgel Pegorini						
Rosangela Gonçalves de Oliveira e Diana Gurgel Pegorini	História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena	3	C	40	4º	Doutoras
Luciana dos Santos Rosenau e Sandra Terezinha Urbanetz	Didática e Formação Docente	1	C	40	4º	Doutoras
Gabriela Chicuta Ribeiro	Corporeidade	1	C	80	4º	Mestre
Tatiana de Medeiros Canziani e Luciana de Cassia Camargo Pirani	Prática Pedagógica de Língua Portuguesa	1	P	80	4º	Doutora/ Mestre
Iara Aquino Henn	Avaliação da Aprendizagem	2	C	80	4º	Doutora
Iara Aquino Henn e Cintia de Souza Tortato	Estágio III – Anos Iniciais da Educação Básica	3	ES	80	4º	Doutoras
Wesley Soares Guedes de Moraes	Educação Inclusiva	1	C	40	5º	Doutor
Adriano Willian da Silva Viana Pereira e Cristine Roberta Piassetta Xavier	Estatística aplicada à Educação	2	C	40	5º	Doutores
Sandra Terezinha Urbanetz	Organização do trabalho Pedagógico	3	C	40	5º	Doutora
Rosangela Gonçalves de Oliveira	Educação e Direitos Humanos	3	C	40	5º	Doutora
Luciana dos Santos Rosenau	Educação, Comunicação e Tecnologia	1	C	80	5º	Doutora
Thiago Augusto Divardim de Oliveira	Prática Pedagógica de História	1	P	80	5º	Doutor
Iara Aquino Henn, Diana Gurgel Pegorini, Cintia de Souza Tortato, Sandra Terezinha Urbanetz e Wesley Soares Guedes de Moraes	Estágio IV – Formação Docente	3	ES	80	5º	Doutoras
Iara Aquino Henn e Cintia de Souza Tortato	Gestão Educacional	3	C	80	6º	Doutoras
Iara Aquino Henn, Cintia de Souza Tortato e Michele Simonian Dÿck	Escola e Currículo	1	C	80	6º	Doutoras
Leandro Rafael Pinto	Prática Pedagógica de Geografia	1	P	80	6º	Doutor
Iara Aquino Henn, Diana Gurgel Pegorini, Cintia Souza Batista Tortato, Sandra Terezinha Urbanetz e Wesley Soares Guedes de Moraes	Estágio V – Gestão Educacional	3	ES	80	6º	Doutores
Tatiana de Medeiros Canziani	Projetos Educativos	2	AC	80	6º	Doutora

Cintia Souza Batista Tortato	Educação Profissional, Ciência e Tecnologia	3	C	40	7º	Doutora
Conforme disponibilidade	**Optativa/Eletiva**	2	C	40	7º	-
Luciana dos Santos Rosenau e Leandro Rafael Pinto	Metodologias de Pesquisa Pedagógica - TCC I	3	C	80	7º	Doutores
Daniel Bussolaro	Prática Pedagógica de Ciências Naturais	1	P	80	7º	Doutor
Diana Gurgel Pegorini	Políticas Educacionais	1	C	80	7º	Doutora
Wesley Soares Guedes de Moraes	LIBRAS	3	C	80	7º	Doutor
Diana Gurgel Pegorini	Avaliação Institucional	2	C	80	8º	Doutora
Cintia Souza Batista Tortato	Educação Profissional: princípios e práticas	1	C	80	8º	Doutora
Luciana dos Santos Rosenau	Pedagogo Escolar: Identidade, Funções e Saberes	2	C	80	8º	Doutora
Iara Aquino Henn - Docente coordenadora e Docentes Orientadores	Pesquisa Pedagógica - TCC II	3	C	80	8º	Doutores
Carmen Ballão	Educação Ambiental	1	C	40	8º	Doutora
Érika Pessanha d'Oliveira	Educação e Diversidade	2	C	40	8º	Doutora
OPTATIVAS						
Professor Responsável	**Componente Curricular**	**Tipo**	**Núc**	**CH**	**Sem**	
Diana Gurgel Pegorini	Pedagogia Hospitalar	Op	2	40	7º	Doutora
Heliza Colaço Góes	Robótica Educativa	Op	2	40	7º	Doutora
Wesley Soares Guedes de Moraes	Espaços Educativos não Escolares	Op	2	40	7º	Doutor
Michele Simonian Dÿck	Educação *On-line* e Híbrida	Op	2	40	7º	Doutora
ELETIVAS						
Professor Responsável	**Componente Curricular**	**Tipo**	**Núc**	**CH**	**Sem**	
Regiane Porrua	Língua Espanhola	Op	2	40	7º	Mestre
Camilla Damian Mizerkowski Crestani	Língua Inglesa	Op	2	40	7º	Doutora

2.6.1 Representação Gráfica do Processo Formativo

Legenda:

NÚCLEOS - CARGA HORÁRIA	
Núcleo I	**1200**
Núcleo II	**1000**
Núcleo III	**1000**
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	**3200**

DISTRIBUIÇÃO - CARGA HORÁRIA	
(C) Componentes curriculares	**2200**
(P) Prática como Componente Curricular	**400**
(AC) Atividades Complementares	**200**
(ES) Estágio Supervisionado	**400**

NÚCLEO I – Estudos de formação geral

Componente Curricular	Núcleo	CH	Semestre
Língua Portuguesa	1	80	1º
Matemática Básica	1	80	2º
Alfabetização e Letramento	1	80	3º
Prática Pedagógica de Matemática	1	80	3º
Didática e Formação Docente	1	40	4º
Corporeidade	1	80	4º
Prática Pedagógica de Língua Portuguesa	1	80	4º
Educação Inclusiva	1	40	5º
Educação, Comunicação e Tecnologia	1	80	5º
Prática Pedagógica de História	1	80	5º
Escola e Currículo	1	80	6º
Prática Pedagógica de Geografia	1	80	6º
Prática Pedagógica de Ciências Naturais	1	80	7º
Políticas Educacionais	1	80	7º
Educação Profissional: princípios e práticas	1	80	8º
Educação Ambiental	1	40	8º

NÚCLEO II – Aprofundamento e diversificação de estudos

Componente Curricular	Núcleo	CH	Semestre
Fundamentos Filosóficos da Educação	2	80	1º
Fundamentos Psicológicos da Educação	2	80	1º
Tecnologias Educacionais	2	40	1º
Teorias do Conhecimento Pedagógico	2	40	1º
Fundamentos Históricos da Educação	2	80	2º
Arte Educação e seu Ensino	2	80	2º
Educação do Campo	2	40	2º
Fundamentos Sociológicos da Educação	2	80	3º
Fundamentos da Educação Infantil	2	80	3º
Avaliação da Aprendizagem	2	80	4º
Estatística aplicada à Educação	2	40	5º
Projetos Educativos	2	80	6º
Optativa/Eletiva	2	40	7º
Avaliação Institucional	2	80	8º
Pedagogo Escolar: Identidade, Funções e Saberes	2	80	8º
Educação e Diversidade	2	40	8º

NÚCLEO III – Estudos Integradores

Componente Curricular	Núcleo	CH	Semestre
Educação de Jovens e Adultos	3	80	1º
Estágio I – Educação de Jovens e Adultos	3	80	2º
Educação e Trabalho	3	40	2º
Estágio II – Educação Infantil	3	80	3º
História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena	3	40	4º
Estágio III – Anos Iniciais da Educação Básica	3	80	4º
Organização do trabalho Pedagógico	3	40	5º
Educação e Direitos Humanos	3	40	5º
Estágio IV – Formação Docente	3	80	5º
Gestão Educacional	3	80	6º
Estágio V – Gestão Educacional	3	80	6º
Educação Profissional, Ciência e Tecnologia	3	40	7º
Metodologias de Pesquisa Pedagógica - TCC I	3	80	7º
LIBRAS	3	80	7º
Pesquisa Pedagógica - TCC II	3	80	8º

2.6.2 Matriz Curricular

INSTITUTO FEDERAL Paraná	**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ**
	Criação Lei nº 11.892 de 29/11/2008
	Campus Curitiba
	MATRIZ CURRICULAR DO CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
	Código do Curso: Educação - 70800006
	Base legal: Resolução CNE/CP nº02, 01/07/2015 Resolução nº 19/ IFPR de 24/03/2017. Anexos I e II.
	Base legal específica: Resolução CNE/CP 1/2006.Diretrizes Curriculares Nacionais Pedagogia
	Resolução de autorização do curso no IFPR: Resolução nº 34/2018

Períodos	**Matriz curricular**	**Núcleo**	**Tipo: C, P, ES, AC.**	**Número de aulas sem.**	**CH. Hora relógio 60.**
1º Semestre	**Eixo Interdisciplinar: Práticas Sociais e educação**				
	Língua Portuguesa	1	C	4	80
	Fundamentos Filosóficos da Educação	2	C	4	80
	Educação de Jovens e Adultos	3	C	4	80
	Fundamentos Psicológicos da Educação	2	C	4	80
	Tecnologias Educacionais	2	AC	2	40
	Teorias do Conhecimento Pedagógico	2	C	2	40
	Subtotal (Total do período)				**400**
2º Semestre	**Eixo Interdisciplinar: Trabalho, organização social e educação**				
	Matemática Básica	1	C	4	80
	Estágio I – Educação de Jovens e Adultos	3	ES	4	80
	Fundamentos Históricos da Educação	2	C	4	80
	Arte Educação e seu Ensino	2	AC	4	80
	Educação e Trabalho	3	C	2	40
	Educação do Campo	2	C	2	40
	Subtotal (Total do período)				**400**
3º Semestre	**Eixo interdisciplinar: Infância, cultura e direitos à educação**				
	Fundamentos Sociológicos da Educação	2	C	4	80

	Alfabetização e Letramento	1	C	4	80
	Fundamentos da Educação Infantil	2	C	4	80
	Prática Pedagógica de Matemática	1	P	4	80
	Estágio II – Educação Infantil	3	ES	4	80
	Subtotal (Total do período)				**400**
4º Semestre	**Eixo interdisciplinar: Escola e docência no Ensino Fundamental**				
	História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena	3	C	2	40
	Didática e Formação Docente	1	C	2	40
	Corporeidade	1	C	4	80
	Prática Pedagógica de Língua Portuguesa	1	P	4	80
	Avaliação da Aprendizagem	2	C	4	80
	Estágio III – Anos Iniciais da Educação Básica	3	ES	4	80
	Subtotal (Total do período)				**400**
5º Semestre	**Eixo interdisciplinar: Contextos sociais e formação docente**				
	Educação Inclusiva	1	C	2	40
	Estatística aplicada à Educação	2	C	2	40
	Organização do trabalho Pedagógico	3	C	2	40
	Educação e Direitos Humanos	3	C	2	40
	Educação, Comunicação e Tecnologia	1	C	4	80
	Prática Pedagógica de História	1	P	4	80
	Estágio IV – Formação Docente	3	ES	4	80
	Subtotal (Total do período)				**400**
6º Semestre	**Eixo interdisciplinar: Democracia, participação e currículo**				
	Gestão Educacional	3	C	4	80
	Escola e Currículo	1	C	4	80
	Prática Pedagógica de Geografia	1	P	4	80
	Estágio V – Gestão Educacional	3	ES	4	80
	Projetos Educativos	2	AC	4	80
	Subtotal (Total do período)				**400**
7º Semestre	**Eixo interdisciplinar: Políticas, pedagogia e Ciência**				

	Educação Profissional, Ciência e Tecnologia	3	C	2	40
	Optativa/Eletiva	2	C	2	40
	Metodologias de Pesquisa Pedagógica - TCC I	3	C	4	80
	Prática Pedagógica de Ciências Naturais	1	P	4	80
	Políticas Educacionais	1	C	4	80
	LIBRAS	3	C	4	80
	Subtotal (Total do período)				**400**
8º Semestre	**Eixo interdisciplinar: Pesquisa e produção do conhecimento**				
	Avaliação Institucional	2	C	4	80
	Educação Profissional: princípios e práticas	1	C	4	80
	Pedagogo Escolar: Identidade, Funções e Saberes	2	C	4	80
	Pesquisa Pedagógica - TCC II	3	C	4	80
	Educação Ambiental	1	C	2	40
	Educação e Diversidade	2	C	2	40
	Subtotal (Total do período)				**400**
DISTRIBUIÇÃO - CARGA HORÁRIA					
(C) Componentes curriculares					2200
(P) Prática como Componente Curricular (min. 400 horas-relógio)					400
(ES) Estágio Supervisionado (min. 400 horas-relógio)					400
(AC) Atividades Complementares (min. 200 horas-relógio)					200
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO					**3200**
NÚCLEOS - CARGA HORÁRIA					
Núcleo I					1200
Núcleo II					1000
Núcleo III					1000
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO					**3200**

2.6.3 Componentes optativos e eletivos

Optativas				
Pedagogia Hospitalar	**2**	Op	2	40
Robótica Educativa	**2**	Op	2	40
Espaços Educativos não Escolares	**2**	Op	2	40

Educação *On-line* e Híbrida	**2**	Op	2	40
Eletivas				
Língua Espanhola	**2**	Op	4	40
Língua Inglesa	**2**	Op	4	40

2.7 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS

1º SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR:
Língua Portuguesa
CARGA HORÁRIA:
80 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)
EMENTA:
Linguagem e língua. Variedade linguística. Práticas discursivas de leitura, oralidade e escrita, bem como a prática pedagógica de análise linguística a partir de diversos gêneros discursivos. A construção textual dos sentidos: coesão, coerência, informatividade e intertextualidade. Os mecanismos da leitura. Prática de recepção e produção de textos orais e escritos da esfera acadêmica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007. 431 p. ISBN 978508108664 (broch.).

KÖCHE, Vanilda Salton; BOFF, Odete Maria Benetti; PAVANI, Cinara Ferreira. Prática textual: atividades de leitura e escrita. Petrópolis: Vozes, 2009. 176 p. ISBN 9788532632920.

GARCEZ, Lucília Helena do Carmo. Técnica de redação: o que é preciso saber para bem escrever. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 150 p. ISBN8533620381 (broch).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. 548 p. ISBN 9788522508310 (broch.).

FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto de; MARUXO JR., José Hamilton. Gramática. 20. ed. São Paulo: Ática, 2012. 584 p. ISBN 9788508106288 (broch.).

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. A coerência textual. 18. ed. São Paulo: Contexto, 2013. 118 p. ISBN 9788585134600 (broch.).

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. O texto e a construção dos sentidos. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011. 168 p. ISBN 9788572440684 (broch.).

COMPONENTE CURRICULAR:
Fundamentos Filosóficos da Educação
CARGA HORÁRIA:
80 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)
EMENTA:
O que é Filosofia. A natureza própria da reflexão filosófica, seus limites e virtualidades. A reflexão filosófica e suas inter-relações com o objeto da atividade pedagógica. Os campos e esferas de intervenção do pensamento filosófico: a epistemologia, a ontologia, a axiologia, e a Ética. As tendências e concepções predominantes e mais significativas na Filosofia Clássica, Medieval, Moderna e Contemporânea e suas contribuições ao desenvolvimento do pensamento pedagógico brasileiro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. 4 ed. São Paulo: Edipro, 2014.

ARISTÓTELES. Metafísica. 2 ed. São Paulo: Edipro, 2012.

HUME, David. Tratado da Natureza Humana: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais. 2 ed. São Paulo: UNESP, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARISTÓTELES. Órganon: categorias da interpretação, analíticos anteriores, analíticos posteriores, tópicos, refutações sofísticas. 3 ed. São Paulo: Edipro, 2016.

JAEGER, Werner Wilhelm. Paideia: a formação do homem grego. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

KANT, Immanuel. Crítica da Razão Prática. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

LOCKE, John. Ensaio sobre o entendimento humano. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

⇜ ⇝

COMPONENTE CURRICULAR:
Educação de Jovens e Adultos
CARGA HORÁRIA:
80 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)
EMENTA:
Análise histórico-social da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Princípios e concepções da EJA. Contribuições do Método Paulo Freire para o ensino na EJA. Políticas Públicas Educacionais e Legislação da EJA no âmbito nacional, estadual e municipal. Diretrizes Curriculares da EJA. O contexto da EJA na América Latina. Experiências e Programas nacionais EJA. Organização e o funcionamento da EJA nos espaços não-escolares. Formação e prática pedagógica dos profissionais dessa modalidade. Avaliação, Inclusão e Diversidade na EJA.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARCELOS, Valdo Hermes de Lima. Educação de jovens e adultos: currículo e práticas pedagógicas. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 142 p. ISBN 9788532639639 (broch.).

LOCH, Jussara Margareth de Paula. EJA: planejamento, metodologias e avaliação. Porto Alegre: Mediação, 2009. 127 p. ISBN 9788577060498 (broch.).

FROCHTENGARTEN, Fernando. Caminhando sobre fronteiras: o papel da educação na vida de adultos migrantes. São Paulo: Summus, 2009. 164 p. ISBN 9788532305275 (broch.).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação popular. São Paulo: Brasiliense, 2006. 122p. (Primeiros passos ; 318). ISBN 8511000941

CAPUCHO, Vera. Educação de jovens e adultos: prática pedagógica e fortalecimento da cidadania. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 150 p. (Coleção educação em direitos humanos ; 3). ISBN 9788524919886 (broch.).

FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 245 p. ISBN 8521900104 (broch.).

SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia Gomes de Castro; GOMES, Nilma Lino (Org.). Diálogos na educação de jovens e adultos. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. 293 p. (Coleção estudos em EJA). ISBN 9788575261507 (broch.).

COMPONENTE CURRICULAR:
Fundamentos Psicológicos da Educação
CARGA HORÁRIA:
80 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)
EMENTA:
As correntes da psicologia e suas contribuições para a pedagogia: O inatismo, o behaviorismo e o construtivismo. As estruturas psicológicas do desenvolvimento: A criança de zero a seis anos, a latência e a adolescência, os adultos e os idosos. O desenvolvimento do idoso e as perspectivas de aprendizagem, processos de envelhecimento. Psicologia e Educação. Espectro autista. Gênero. Altas habilidades e superdotação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARRARA, Kester (Org.). Introdução à psicologia da educação: seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2004.

DAVIS, Claudia. Psicologia na educação. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

VIGOTSKY, Lev Seminovich. A construção do pensamento e da linguagem. 2 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARCE, Alessandra; MARTINS, Lígia Márcia (Orgs.). Quem tem medo de ensinar na educação infantil? em defesa do ato de ensinar. Campinas, SP: Alínea, 2007. LC

AQUINO, Júlio Groppa; (Org.). Autoridade e autonomia na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1999. LC (NOVO)

LA TAILLE, Yves. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992. 8

PATTO, Maria Helena Souza. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T. A. Queiroz, 1999. LC (NOVO)

COMPONENTE CURRICULAR:
Tecnologias Educacionais (Atividade Complementar)
CARGA HORÁRIA:
40 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)
EMENTA:
A informatização da sociedade e o desafio da inclusão digital. Diferentes usos do computador na educação: tipos de software educativo. A informática nas escolas de Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Introdução ao uso do computador como ferramenta no ensino de áreas específicas de conhecimento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRITO, Glaucia da Silva; PURIFICAÇÃO, Ivonélia da. Educação e novas tecnologias: um (re)pensar. Curitiba: Intersaberes, 2012. (Tecnologias educacionais). ISBN 9788582120217. Disponível Brochura e na Biblioteca Virtual Pearson.

KENSKI, Vani Moreira. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. 8. ed. Campinas: Papirus, 2012. 141 p. (Papirus educação). ISBN 9788530808280 (broch.). Disponível Biblioteca Virtual Pearson.

MORAN, José Manoel; MASETTO, Marcos; BEHRENS, Marilda Aparecida. Novas tecnologias e mediação pedagógica. 19. ed. Campinas: Papirus, 2012. 173 p. (Coleção Papirus educação). ISBN 9788530805944 (broch.).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BACICH, Lilian; TANZI NETO, Adolfo; TREVISANI, Fernando de Mello (Org.). Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação. Porto Alegre: Penso, 2015. 270 p. ISBN 9788584290482 (broch.).

KENSKI, Vani Moreira. Tecnologias e ensino presencial e a distância. 3. ed. Campinas: Papirus, 2012. 157 p. (Série prática pedagógica). ISBN 8530807081 (broch.). Disponível Biblioteca Virtual Pearson.

MORAN, José Manoel. A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá. Campinas, SP: Papirus, 2013. (Coleção Papirus educação). ISBN 9788530810894.

PINTO, Álvaro Vieira. O conceito de tecnologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. 2 v. ISBN 9788585910679 - V.1 (broch.).

COMPONENTE CURRICULAR:
Teorias do Conhecimento Pedagógico
CARGA HORÁRIA:
40 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)
EMENTA:
Pedagogia: natureza e objeto, especificidade epistemológica. Histórico da pedagogia. O curso de pedagogia no Brasil. Teoria pedagógica dos educadores tradicionais aos progressistas. As concepções pedagógicas e suas práticas. Educação como prática social. Tendências investigativas em educação. Pedagogia como ciência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAMBI, Franco. História da Pedagogia. UNESP, 2002.

SAVIANI, Dermeval. História das idéias pedagógicas no Brasil. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013. 472 p. (Coleção memória da educação). ISBN 9788574963228 (broch.).

SURH, Inge Renate Fröse. Teorias do conhecimento pedagógico. Curitiba: IBPEX, 2011. - (Série Fundamentos da Educação). ISBN 978-85-7838-902-4 (broch.).

GADOTTI, Moacir. História das ideias pedagógicas. 8. ed. São Paulo: Ática, 1999. 319 p. (Série educação). ISBN 9788508044368 (broch.).

LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 16. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999. 149 p. (Educar ; 1). ISBN 8515001810 (broch.).

SCHVARZ, Liliani Hermes Cordeiro. A ação do pedagogo na escola nos limites da cotidianidade. Curitiba: Intersaberes, 2016. (Construção histórica da educação). ISBN 9788544302569. Disponível Biblioteca Virtual Pearson.

2º Semestre

COMPONENTE CURRICULAR:
Matemática Básica
CARGA HORÁRIA:
80 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)
EMENTA:
Construção histórico-pedagógica da prática e do pensamento matemático. Noções básicas de aritmética, geometria, medidas, frações. Operações matemáticas. Situação-problema. Raciocínio lógico matemático.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOYER, C. B. História da matemática. São Paulo-SP: Edgard Blucher, 1996.

DRUCK, S. (org.) Explorando o ensino da Matemática: artigos: volume 1 / seleção e organização Ana Catarina P. Hellmeister... [et al.] ; organização geral Suely Druck. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação

Básica, 2004. 240 p. ISBN 85-98171-13-1. http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000544.pdf

IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos. Fundamentos de matemática elementar. São Paulo SP: Atual, 2004.)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BORBA, R.; GUIMARÃES, G. Pesquisa e atividades para o aprendizado matemático na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental [livro eletrônico]/ Rute Borba e Gilda Guimarães, (org.). -- Brasília : Sociedade Brasileira de Educação Matemática - SBEM, 2015. 5.098 Kb ; PDF http://www.sbembrasil.org.br/sbembrasil/index.php/93-biblioteca/115-biblioteca-em-educacao-matematica

DRUCK, S. (org.) Explorando o ensino da Matemática : atividades : volume 2 / seleção e organização Ana Catarina P. Hellmeister... [et al.] ; organização geral Suely Druck. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2004. 136 p. ISBN 85-98171-14-X

GUÉRIOS, E. (org.) A avaliação em matemática nas séries iniciais / Ettiène Guérios... [Et al.]. Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. - Curitiba : Ed. da UFPR, 2005. 64p. - (Avaliação da Aprendizagem; 5) ISBN 85-7335-145-4
http://www.cinfop.ufpr.br/pdf/colecao_1/matematica_5.pdf

SOUZA, A. C.; CARNEIRO, R. F.; BERTINI, L. F. A Matemática nos anos iniciais do ensino fundamental [livro eletrônico] : práticas de sala de aula e de formação de professores / organização Reginaldo Fernando Carneiro, Antonio Carlos de Souza, Luciane de Fatima Bertini. -- Brasília, DF : SBEM, 2018. -- (Coleção SBEM ; 11) 5 Mb ; PDF ISBN 978-85-98092-52-2
http://www.sbembrasil.org.br/files/ebook_matematica_iniciais.pdf

COMPONENTE CURRICULAR:
Estágio I – Educação de Jovens e Adultos
CARGA HORÁRIA:
80 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)
EMENTA:

Formação e compromisso do professor de jovens e adultos. Contextualização histórica, econômica e sócio-cultural dos sujeitos sociais da EJA; trajetórias de formação e de
escolarização de jovens e adultos na EJA. Observação, participação no planejamento, docência e avaliação do processo ensino aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BIANCHI, Anna Cecilia de Moraes; ALVARENGA, Marina; BIANCHI, Roberto. Manual de orientação: estágio supervisionado. 4.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009. 98 p. ISBN 9788522107209 (broch.).

FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. 17. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2019. 251 p. ISBN 9788577531660 (broch.).

LEITE, Sérgio Antonio da Silva (Org.). Afetividade e letramento na educação de jovens e adultos EJA. São Paulo: Cortez, 2013. 232 p. ISBN 9788524920219 (broch.)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARCELOS, Valdo Hermes de Lima. Educação de jovens e adultos: currículo e práticas pedagógicas. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 142 p. ISBN 9788532639639 (broch.).

BASEGIO; Leandro Luiz. MEDEIROS; Renato da Luz. Educação de Jovens e Adultos: problemas e soluções. Editora Intersaberes 188 ISBN 9788582127063.(Virtual Pearson)

BECKER, Fernando. Educação e construção do conhecimento. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Penso, 2012. 199 p. ISBN 9788563899828 (broch.).

PAULA, Cláudia Regina de; OLIVEIRA, Marcia Cristina de. Educação de jovens e adultos: a educação ao longo da vida. Curitiba: Ibpex, 2011. 94 p. ISBN 9788578388652 (broch.).

COMPONENTE CURRICULAR:
Fundamentos Históricos da Educação

CARGA HORÁRIA:
80 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)
EMENTA:
A história da escolarização brasileira: a educação no Brasil Colônia; a educação no Império; a educação na Primeira República; a educação brasileira no Governo Vargas; a educação brasileira nos governos populistas de 1945 a 1964; a educação brasileira na Ditadura Militar e a educação brasileira na nova República. Conhecimento histórico e historiográfico e sua contribuição no campo educacional, na interpretação dos problemas educativos e no entendimento da organização escolar brasileira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARIÈS, Philipe. História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

FRANÇA, Leonel. O Método Pedagógico dos Jesuítas. Livraria Agir Ed., RJ, 1952.

LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.) 500 anos de educação no Brasil. 5 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. 606 p. (Historial; 6). ISBN 9788586853616. (broch.).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CUNHA, Luís Antônio. Universidade Temporã - O Ensino Superior da Colônia à Era Vargas , Civilização Brasiliense, RJ, 1980.

GERMANO, José Willington. Estado Militar e Educação no Brasil - 1964-1985. UNICAMP/Cortez, São Paulo, 1993.

LE GOFF, Os Intelectuais na Idade Média. São Paulo: editora Brasiliense, 1995.

LEMME, Paschoal. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v. 65, no. 150, maio/agosto de 1984.

COMPONENTE CURRICULAR:
Arte Educação e seu Ensino

(Atividade Complementar)
CARGA HORÁRIA:
80 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)
EMENTA:
O fenômeno artístico a partir da perspectiva histórico-social e sua vinculação ao espaço educativo. Tendências pedagógicas do Ensino das Artes na Escola. Função social do Ensino das Artes na Escola. Práticas pedagógicas do Ensino das Artes no contexto escolar. Manifestações populares como recurso pedagógico para o Ensino das Artes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: arte (anos finais). Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: arte (anos iniciais). Brasília, DF: MEC/SEF, 1997. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro06.pdf.

PROENÇA, Graça. Descobrindo a história da Arte. 2ed. São Paulo, Ed. Ática, 2008.

SCHAFER, Murray. O ouvido pensante. 2.ed. São Paulo: UNESP, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos. Arte-educação no Brasil: das origens ao modernismo. São Paulo: Perspectiva: Secretaria da Cultura, Ciências e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1978.

FERRAZ, M. H. C. T.; FUSARI, M. F. R. Metodologia do ensino de arte: fundamentos e proposições. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GOMBRICH, E. H. A história da arte. 16 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

LEMOS JUNIOR, Wilson. História da formação de professores de música: contexto paranaense. Curitiba: Appris, 2017.

COMPONENTE CURRICULAR:
Educação e Trabalho

CARGA HORÁRIA:
40 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)
EMENTA:
Contextualização da relação das categorias educação e trabalho: da centralidade do trabalho na constituição humana aos impactos da reestruturação produtiva na formação polivalente a politécnica do trabalhador. A Função social da escola na contemporaneidade: hegemonia e contra-hegemonia dos espaços educativos e as políticas públicas para a educação no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

KUENZER, Acacia Zeneida. Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 1985. 203 p.

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (Org.). Capitalismo, trabalho e educação. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. 163 p. ISBN 8574960535 (broch.)

PISTRAK. Fundamentos da escola do trabalho. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2000. 224 p. ISBN 858739410X (broch.).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FREIRE, Paulo. Educação e mudança. 25. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2001. 79 p. (Educação e comunicação ; 1). ISBN 8521900147 (broch.).

KUENZER, Acacia Zeneida. Ensino médio e profissional: as políticas do estado neoliberal. São Paulo: Cortez, 1997. 104 p. ((Questões da nossa época) ; v. 63). ISBN 8524906472 (broch.).

RAMOS, Marise Nogueira. A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação? 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 320 p. ISBN 9788524908163 (broch.).

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia: teorias da educação; curvatura da vara; onze teses sobre educação e política. 24. ed. São Paulo: Autores Associados, 1991, c1983. 96 p. (Coleção polêmicas do nosso tempo 5). ISBN 852490156X.

COMPONENTE CURRICULAR:

Educação do Campo
CARGA HORÁRIA:
40 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)
EMENTA:
Concepções e práticas da educação do campo. O direito dos povos campesinos à educação. Educação popular e conhecimento por elas produzido. A educação do Campo no campo. A educação do campo enquanto produção de cultura. A educação do campo na formação dos sujeitos. A educação do campo como formação humana para o desenvolvimento sustentável. A educação do campo e o respeito às características do campo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CALDART, Roseli Salete (Org.) ((org.)). Caminhos para transformação da escola: reflexões desde práticas da licenciatura em educação do campo. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 241 p. (Cadernos do ITERRA ; 15). ISBN 9788577431649 (broch.). 3 + LC

CERIOLI, Paulo Ricardo; KOLLING, Edgar Jorge; CALDART, Roseli Salete. Educaçao do campo: identidade e políticas públicas. São Paulo: PERES, 2002. 136 p. (Coleçao por uma educação do campo; v.4). Disponível no grupo de pesquisa da UFSCAR. "Direitos autorais cedidos pelos autores à 'articulação nacional Por uma Educação do Campo'". http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/educacaodo-campo-identidade-e-politicas-publicas.pdf/view

PIRES, Angela Monteiro. Educação do campo como direito humano. São Paulo: Cortez, 2012. 159 p. (Coleção educação em direitos humanos ; 4). ISBN 9788524919916 (broch.).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; MARTINS, Maria de Fátima Almeida; EVANGELISTA, Aracy Alves Martins (Org.). Territórios educativos na educação do campo: escola, comunidade e movimentos sociais. 2. ed. Belo Horizonte: Gutenberg, 2012. 259 p. (Coleção caminhos da educação do campo ; 5). ISBN 9788582350027 (broch.). 2 + BV

ARROYO, Miguel González; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). Por uma educação do campo. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 214 p. ISBN 9788532630476 (broch.). 3

MELO, Alessandro de; HIDALGO, Angela Maria; SAPELLI, Marlene Lúcia Siebert (Org.). Terra e educação: contexto e experiências em educação do campo. Guarapuava: UNICENTRO, 2014. 267 p. ISBN 9788578911645 (broch.).

SANTOS, Cláudio Eduardo Felix dos. O 'aprender a aprender ' na formação de professores do campo. Vitória da Conquista: UESB, Campinas: Autores Associados, 2013 171 p. (Educação contemporânea.). ISBN 9788574963105 (broch.).

3º Semestre

COMPONENTE CURRICULAR:
Fundamentos Sociológicos da Educação
CARGA HORÁRIA:
80 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)
EMENTA:
Tendências e correntes sociológicas. As dimensões sociológicas do fenômeno educativo, as instituições e os movimentos sociais. Relações entre escola, comunidade e família. Cultura e diversidade das sociedades humanas, etnocentrismo, relativismo cultural, pluralidade cultural. Construção da subjetividade, dos conceitos, características sociais e culturais dos alunos e a cultura escolar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MELO Alessandro. Fundamentos sócio-culturais da educação. Curitiba Intersaberes, 2012.(Série fundamentos da educação).

BOURDIE, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis, RJ: vozes, 2011.

GIDDENS, Anthony. Sociologia. Tradução Sandra Regina Netz. 4. ed. Porto Alegre: Penso,2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AQUINO, Júlio Groppa. Do cotidiano escolar: ensaios sobre a ética e seus avessos. 2. ed. São Paulo: Summus, 2000. 211 p. ISBN 8532306977 (broch.).

KRUPPA, Sonia M. Portella. Sociologia da educação. São Paulo: Cortez, 1994. 157 p. (Coleção magistério 2. grau. Série formação do professor) ISBN 8524904860 (broch.)
BOURDIEU, Pierre; NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afranio M. Escritos de educação. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. 279 p. (Coleção Ciências Sociais da Educação). ISBN 9788532620538 (broch.).

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. (orgs.). Teoria e Educação no Labirinto do Capital. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

COMPONENTE CURRICULAR:
Alfabetização e Letramento
CARGA HORÁRIA:
80 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)
EMENTA:
Fundamentos teóricos dos métodos de Alfabetização e de Letramento: abordagem histórica dos conceitos; relações entre Alfabetização e Letramento. Aspectos Sociológicos, Psicológicos e Linguísticos dos métodos de Alfabetização e Letramento. Alfabetização escolar: da análise crítica de concepções tradicionais à caracterização de uma proposta emancipadora. A formação do professor alfabetizador: docente como mediador do processo aluno-escrita, aluno-leitor-produtor de textos. Pressupostos e práticas do letramento literário. Variáveis intervenientes no processo de Alfabetização de crianças, jovens e adultos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LERNER, Délia. Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário. Porto Alegre: Artmed, 2007. (2)

ROJO, Roxane Helena R.; MOURA, Eduardo C. (org.). Multiletramentos na escola. São Paulo: Parábola Editorial, 2012. 261 p. ISBN 978857934.

SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento. (E-book). Contexto 194. ISBN 9788572449854.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAGLIARI-MASSINI, G.; CAGLIARI, L. C. Diante das Letras: a escrita na alfabetização. São Paulo: FAPESP, 1999. 238 P. ISBN 8585725478

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 102 p. (Questões da nossa época ; 22). ISBN 9788524916465 (broch.).

MACHADO, Serafina Ferreira; SOUZA FILHO, Osmar Fabiano de; PORTELA, Letícia Mazzo. Afrobetizando: propostas didáticas para o ensino interdisciplinar da afro-literatura. São Bernardo do Campo: Garcia, 2015. 132 p. ISBN 9788565490993 (broch.).

SCHWARTZ, Suzana. Alfabetização de jovens e adultos: teoria e prática. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. 221 p. ISBN 9788532606136 (broch.).

COMPONENTE CURRICULAR:
Fundamentos da Educação Infantil
CARGA HORÁRIA:
80 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)
EMENTA:
Políticas para a Educação Infantil (Conceitos de infância, família e sociedade; educação infantil, profissionais da educação infantil). A natureza do trabalho educativo na educação infantil. Desenvolvimento Humano e aquisição do conhecimento na primeira infância: o gesto, brinquedo, desenho, a oralidade e a escrita no desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. Organização dos conteúdos, tempos e espaços na Educação Infantil. Avaliação, Inclusão e Diversidade na educação Infantil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARCE, Alessandra (org.). Quem tem Medo de Ensinar na Educação Infantil? em defesa do ato de ensinar. 3. ed. Campinas: Alínea, 2013.

KISCHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.). O brincar e suas teorias. São Paulo: Cengage Learning, 1998. 172 p. ISBN 9788522111718 (broch.)

OSTETTO, Luciana Esmeralda (Org). Educação infantil: saberes e fazeres da formação de professores. 5.ed. Campinas, SP: Papirus, 2011. (Coleção ágere). ISBN 9788530808761. (Ebook Pearson)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

KRAMER, Sonia (Org). Infância e educação infantil. 11.ed. Campinas, SP: Papirus, 2011. (Série prática pedagógica). ISBN 8530805712. (Ebook Pearson)

KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Isabel F. Pereira (Org.). Infância e produção cultural. 3. ed. São Paulo: Papirus, 2003. 215 p. (Prática pedagógica). ISBN 8530805313 (broch.). Número de chamada: 370.15 I43 3. ed. (CT) (Ebook Pearson)

OSTETTO, Luciana Esmeralda; LEITE, Maria Isabel Ferraz Pereira. Arte, infância e formação de professores: autoria e transgressão. 7.ed. Campinas, SP: Papirus, 2011. (Coleção ágere). ISBN 8530807421. (Ebook Pearson)

ROSENAU, Luciana dos Santos. Diagnósticos do fazer docente na educação infantil. Curitiba: Ibpex, 2012. (Série pesquisa e prática profissional em pedagogia). ISBN 9788582125458. (Ebook Pearson)

COMPONENTE CURRICULAR:
Prática Pedagógica de Matemática
CARGA HORÁRIA:
80 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)
EMENTA:
História da Matemática e as concepções de conhecimento matemático relacionadas ao seu ensino. Princípios da organização do ensino em Matemática Sistematização dos conhecimentos matemáticos: aritméticos, geométricos, métricos, estatísticos, probabilísticos e algébricos. Novas possibilidades educativas: o jogo, a informática, a história da matemática, a modelagem matemática, a etnomatemática e a resolução de problemas. Conteúdos do ensino de Matemática na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. Avaliação em Matemática. Matemática, Inclusão e Diversidade. Análise crítica de materiais didáticos (livros didáticos e paradidáticos, jogos, textos científicos e literários)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANTUNES, Celso. Jogos para a Estimulação das Múltiplas Inteligências. 17 edição, Rio de Janeiro: editora Vozes, 2010.

CUNHA, Maria Isabel. O Bom Professor e sua Prática. 24 edição, Campinas: editora Papirus, 2012.

GÓES, Anderson Roges Teixeira; GÓES, Heliza Colaço. Ensino da Matemática: concepções, metodologias tendências e organização do trabalho pedagógico. Curitiba: editora InterSaberes, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANTUNES, Celso. Professores e professauros: reflexões sobre a aula e práticas pedagógicas diversas. 6 edição, Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani; BORBA, Marcelo de Carvalho. Educação matemática: pesquisa em movimento. 4 edição, São Paulo: editora Cortez, 2012.

FLOOD, Raymond; WILSON, Robin. A História dos Grandes Matemáticos: as Descobertas e a Propagação do Conhecimento através das Vidas dos Grandes Matemáticos. São Paulo: editora M.Books, 2013.

NUNES, Terezinha; CARRAHER, David; SCHLEIMANN, Analucia. Na vida dez, na escola zero. 16 edição, São Paulo: Editora Cortez, 2011.

COMPONENTE CURRICULAR:
Estágio II – Educação Infantil
CARGA HORÁRIA:
80 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)
EMENTA:
O Trabalho Pedagógico na Educação Infantil. Prática pedagógica e processos de aprendizagem e de avaliação na Educação Infantil. Educação para segurança no trânsito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús (Org.). Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 367 p. (Biblioteca

Artmed. Psicologia do desenvolvimento, infância e adolescência). ISBN 97885336302096 (broch.).

KISCHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.). O brincar e suas teorias. São Paulo: Cengage Learning, 1998. 172 p. ISBN 9788522111718 (broch.)

VIGOTSKY, L. S. A construção do pensamento e da linguagem. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009. 496 p. (Textos de psicologia). ISBN 9788578270773 (broch.).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DEVRIES, Rheta; ZAN, Betty. A ética na educação infantil: o ambiente sócio-moral na escola. Porto Alegre: Artmed, 1998; c1994. 328p. (Biblioteca Artmed. Epistemologia, genética/teoria piagetiana Epistemologia, genética/teoria piagetiana). ISBN 8573073160 (broch.).

GALLAHUE, David L.; OZMUN, John C. Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos. 7.ed. Porto Alegre: AMGH, 2013. ISBN 9788580551808 (broch.).

MACHADO, Patrícia Brum. Comportamento infantil: estabelecendo limites. Porto Alegre: Mediação, 2002. 76 p. (Cadernos de Educação Infantil ; 10). ISBN 8587063510 (broch.)

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude; KREUCH, João Batista. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interação humanas. Petrópolis: Vozes, 2011. 317 p. ISBN 8532631657 (broch.).

4º Semestre

COMPONENTE CURRICULAR:
História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena
CARGA HORÁRIA:
40 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)
EMENTA:

A história afro-brasileira e a compreensão dos processos de diversidade étnico-racial e étnico-social na formação política, econômica e cultural do Brasil. Educação das relações étnico raciais. O processo de naturalização da pobreza e a formação da sociedade brasileira. Igualdade jurídica e desigualdade social. Os indígenas e os conhecimentos. A diversidade cultural indígena na formação da cultura brasileira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AQUINO, Júlio Groppa. Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998. 215 p. ISBN 8532306101.

PINSKY, Jaime (Coord.). 12 faces do preconceito. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2013. 123 p. ISBN 9788572441049 (broch.).

SCHWARCZ, Lilia M. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. 43. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

FONSECA, Marcus Vinicius; SILVA, Carolina Mostaro Neves da; FERNANDES, Alexsandra Borges (Org.). Relações étnico-raciais e educação no Brasil. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011. 215 p. (Coleção pensar a educação, pensar o Brasil : seminários). ISBN 9788571605459 (broch.).

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

FREYRE, Gilberto. Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 15. ed. Rio de Janeiro: Global, 2004. 968 p. (Introdução da sociedade patriarcal no Brasil ; 2). ISBN 8526008358 (encad.)

COMPONENTE CURRICULAR:
Didática e Formação Docente
CARGA HORÁRIA:

40 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)
EMENTA:
Didática: diferentes momentos históricos. Abordagens do processo didático: fundamentos e instâncias operacionais. Paradigmas da docência. Didática: Estratégias pedagógicas. Planejamento e organização do ensino: objetivos, conteúdos, métodos e avaliação na escola e em outros espaços pedagógicos. As temáticas atuais dentro do ensino.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CANDAU, Vera Maria. A didática em questão. Editora Vozes 129 ISBN 9788532600936.

MELO, Alessandro de; URBANETZ, Sandra Terezinha. Fundamentos de didática. Curitiba: Intersaberes, 2012. ISBN 9788582122969.

VASCONCELLOS, Celso dos S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 15. ed. São Paulo: Libertad, 2013. 213 p. (Subsídios pedagógicos do Libertad; 3). ISBN 9788585819095 (broch.).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVES, Rubem. Conversas com quem gosta de ensinar: (+ qualidade total na educação). 14. ed. Campinas: Papirus, 2012.

CUNHA, Maria Isabel da. O bom professor e sua prática. 24.ed. Campinas, SP: Papirus, 2011. (Magistério. Formação e trabalho pedagógico). ISBN 8530800818.

MORAES, Maria Célia Marcondes de (Org.). Iluminismo às avessas: produção de conhecimento e políticas de formação docente. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 198 p. ISBN 8574902395 (broch.).

ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998. 224 p. ISBN 9788573074260 (broch.).

COMPONENTE CURRICULAR:
Corporeidade
CARGA HORÁRIA:

80 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)

EMENTA:

A Educação Física no contexto histórico cultural: teorias, tendências e concepções. Conteúdos e Avaliação da Educação Física na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental: ginástica, jogo e dança. Psicomotricidade. Corporeidade e Gênero. O Lúdico no desenvolvimento das crianças. Corpo, Inclusão e Diversidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DOHME, Vania D'Angelo. Atividades lúdicas na educação: o caminho de tijolos amarelos do aprendizado. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 181 p. ISBN 9788532629050 (broch.).

GALLAHUE, David L.; OZMUN, John C. Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos. 7.ed. Porto Alegre: AMGH, 2013. ISBN 9788580551808 (broch.).

GONÇALVES, Maria Augusta Salin. Sentir, pensar, agir: corporeidade e educação. 15. ed. Campinas: Papirus, 2011. 192 p. (Coleção corpo e motricidade). ISBN 9788530802530 (broch.).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARRUDA, Eucidio Pimenta. Aprendizagens e jogos digitais. Campinas: Alínea, 2011. 193 p. ISBN 9788575164631 (broch.).

BENJAMIN, Walter. Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação. 2.ed. São Paulo: Duas Cidades, 2009. 173 p. (Coleção Espírito Crítico). ISBN 9788573262346 (broch.). KRAEMER, Maria Luiza. Aprendendo com criatividade. Campinas: Autores Associados, 2010. 218 p. (Coleção Formação de professores). ISBN 9788574962436 (broch.).

MACHADO, Marina Marcondes. O brinquedo-sucata e a criança: a importância do brincar, atividades e materiais. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010. 111 p. ISBN 9788515008650 (broch.).

PERES, Lúcia Maria Vaz; PORTO, Tania Maria Esperon (Org.). Tecnologias da educação: tecendo relações entre imaginário, corporeidade e emoções. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2006. 204 p. ISBN 9788586305382 (broch.).

COMPONENTE CURRICULAR:
Prática Pedagógica de Língua Portuguesa
CARGA HORÁRIA:
80 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)
EMENTA:
Concepções de linguagem e língua e ensino da Língua Portuguesa. As contribuições da Linguística para o ensino da norma padrão, da oralidade, da escrita e da leitura. A prática da análise linguística: conceito e aplicabilidade. Gêneros textuais escritos: fundamentos teóricos e estratégias metodológicas para o processamento da produção escrita. Prática da produção textual: condições de produção, competência comunicativa, letramento e autoria. Hipertexto e gêneros textuais emergentes no contexto das novas tecnologias: características e implicações para o ensino da Língua Portuguesa. Gêneros Textuais Orais na Escola: abordagens teórico-metodológicas e condições básicas para o ensino. Caracterização, especificidades linguísticas e o diálogo entre oralidade e escrita. Produção de textos e processo avaliativo. Gêneros Textuais e Leitura: a dimensão psicolinguística da leitura: estratégias e habilidades de leitura. A dimensão interativa da leitura: leitura e intertextualidade, processamento e recepção da leitura. Língua, Inclusão e Diversidade. Avaliação em Língua Portuguesa. Análise crítica de materiais didáticos (livros didáticos e paradidáticos, jogos, textos científicos e literários

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GERALDI, João Wanderley Geraldi. O texto na sala de aula. Milton José de Almeida… [et al.]. - 4ed. -São Paulo: Ática, 2006.

SCHNEWNLY, Bernard. Gêneros orais e escritos na escola. São Paulo. Mercado de Letras, 2004.

WACHOWICZ, Teresa Cristina. Análise Linguística nos Gêneros Textuais [livro eletrônico] / . Teresa Cristina Wachowicz. - Curitiba: Intersaberes, 2012. (Série Língua Portuguesa em Foco)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ELIAS, Vanda Maria. Ensino de língua portuguesa: oralidade, escrita e leitura /org. Vanda Maria Elias. - São Paulo: Contexto, 2011.

LEAL, Telma Ferraz. A oralidade na escola: a investigação do trabalho docente como foco de reflexão/ Telma Ferraz Leal, Siane Gois orgs. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. (Coleção Língua Portuguesa na Escola, 3)

NOGUEIRA, Patrícia Lima (Org). Metodologia do ensino da língua portuguesa I. São Paulo: Pearson, 2016. ISBN 9788543017099.(E-book Pearson)

WILSON, Victoria. Leitura, escrita e ensino [recurso eletrônico]:discutindo a formação de leitores/ orgs. Victoria Wilson, Jacqueline de Fátima dos Santos Morais. São Paulo: Summus, 2015.

COMPONENTE CURRICULAR:
Avaliação da Aprendizagem
CARGA HORÁRIA:
80 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)
EMENTA:

Abordagem histórica e teórica da avaliação da aprendizagem. Avaliação a partir das concepções pedagógicas. Avaliação na legislação educacional brasileira. Enfoques sobre avaliação. Modalidades de avaliação. Critérios de avaliação. Instrumentos de avaliação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LUCKESI, Cipriano. Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

VASCONCELLOS, Celso dos S. Avaliação da aprendizagem: práticas de mudanças, por uma práxis transformadora. 11.ed. São Paulo: Libertad, 2010.

LUCKESI. Cipriano Carlos. Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições.São Paulo: Cortez, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FREITAS, Luiz Carlos de; DE SORDI, Mara Regina Lemes; FREITAS, Helena Costa Lopes de. Avaliação educacional: caminhando pela contramão. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 86 p. (Coleção Fronteiras educacionais). ISBN 9788532637741 (broch.).

HOFFMANN, Jussara. Avaliação: mito & desafio : uma perspectiva construtivista. 43. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

BLOOM, Benjamin Samuel; HASTINGS, J. Thomas; MADAUS, George F. Manual de avaliação formativa e somativa do aprendizado escolar. São Paulo: Pioneira, 1983. 307 p. (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais)

CUNHA, Maria Isabel da (Org.). Formatos avaliativos e concepção de docência. Campinas: Autores Associados, 2005.

COMPONENTE CURRICULAR:
Estágio III – Anos Iniciais do Ensino Fundamental
CARGA HORÁRIA:
80 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)
EMENTA:
Desenvolvimento da Prática Pedagógica: análise, planejamento e atuação. Relação professor, aluno e conhecimento na configuração do processo educacional. Especificidades do Trabalho Pedagógico no Ensino Fundamental. Educação para segurança no trânsito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANTUNES, Celso. Professores e professauros: reflexões sobre a aula e práticas pedagógicas diversas. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 199 p. ISBN 9788532635266 (broch.).

DIAZ BORDENAVE, Juan E.; PEREIRA, Adair Martins. Estratégias de ensino-aprendizagem. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. 312 p. ISBN 8532601545 (broch.).

PICONEZ, Stela C. Bertholo (Coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado. 24. ed. Campinas: Papirus, 2012. 128 p. (Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico). ISBN 9788530801595 (broch.).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BECKER, Fernando. Educação e construção do conhecimento. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Penso, 2012. 199 p. ISBN 9788563899828 (broch.).
DUARTE, Newton. Vigotski e o 'aprender a aprender': crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 5. ed., rev. Campinas:

Autores Associados, 2011. 355 p. (Educação contemporânea). ISBN 9788585701918 (broch).

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Práticas interdisciplinares na escola. São Paulo: Cortez, 1991. 147 p., [11] p. de estampas ISBN 8524903228 (broch.)

PACHECO, José. Escola da ponte: formação e transformação da educação. Petrópolis: Vozes, 2010. 231 p. (Coleção transições). ISBN 9788532636461.

5º Semestre

COMPONENTE CURRICULAR:
Educação Inclusiva
CARGA HORÁRIA:
40 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)
EMENTA:
Conceitos e paradigmas históricos da Educação Especial e das propostas de Educação Inclusiva: Políticas Públicas de Educação no cenário internacional e nacional. A educação especial, o ensino regular e o atendimento educacional especializado a partir da política nacional de educação inclusiva e os projetos políticos pedagógicos. Organização e gestão curricular para a inclusão escolar. Processos educativos na escola de educação inclusiva: experiências em âmbito escolar e não-escolar. Fundamentos e recursos pedagógicos para inclusão: acessibilidade, tecnologia assistiva, desenho universal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BAPTISTA, C.R., JESUS, D.M.(orgs). Avanços em políticas de inclusão. Porto Alegre: Mediação, 2015.

CUNHA, E. Práticas pedagógicas para inclusão e diversidade. Rio de Janeiro: Wak, 2013.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W.. Inclusão, um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999. Reimpressão 2007. (3 exemplares)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GIROTO, C.R.M; POKER, R.B., OMOTE, S. As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas. Marília, Cultura Acadêmica Editora, 2012. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/as-tecnologias-nas-praticas_e-book.pdf

GOMES, M.(org). Construindo as trilhas para a inclusão. Petrópolis: Vozes, 2012.

JIMÉNEZ, M. Z.; OCAÑA, A. M.L.. Atenção à diversidade na educação de jovens. São Paulo: Artmed, 2006.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

COMPONENTE CURRICULAR:
Estatística aplicada à Educação
CARGA HORÁRIA:
40 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)
EMENTA:
Conceitos básicos. Noções de Estatística Descritiva. Noções de Inferência Estatística: estimação e Teste de Hipótese. Medidas estatísticas. Descrição de dados amostrais: tabelas, gráficos, medidas de posição e variabilidade. Medidas de dispersão. Indicadores Educacionais. Probabilidade e distribuições de probabilidade. Amostragem. Distribuições amostrais. Correlação. Métodos estatísticos aplicados à produção de informações educacionais

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

TOLEDO, Geraldo Luciano; OVALLE, Ivo Izidoro. Estatística básica. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985. 459 p. ISBN 8522417911 (broch.).

BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística aplicada às ciências sociais. 7. ed. Florianópolis: UFSC, 2011. 315 p. (Didática). ISBN 9788532803962 (broch.).

COSTA, Sérgio Francisco. Introdução ilustrada à estatística. 5 ed. São Paulo: Habra, 2013. 399 p. ISBN 9788529404196 (broch.).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAMPOS, Celso Ribeiro; WODEWOTZKI, Maria Lúcia Lorenzetti; JACOBINI, Otávio Roberto. Educação estatística: teoria e prática em ambientes de modelagem matemática. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. 143p. (Coleção Tendências em Educação Matemática.).

CASTANHEIRA, Nelson Pereira. Estatística aplicada a todos os níveis. Curitiba: Ibpex, 2004. 312 p. ISBN 8587053710 (broch.).

MORETTIN, Luiz Gonzaga. Estatística básica: probabilidade e inferência: volume único. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. 375 p. ISBN 9788576053705 (broch.).

TRIOLA, Mario F.. Introdução à estatística. 12. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017. 812 p. ISBN 9788521633747 (broch.).

COMPONENTE CURRICULAR:
Organização do Trabalho Pedagógico

CARGA HORÁRIA:
40 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)

EMENTA:
A natureza e a especificidade do trabalho pedagógico na escola de tempo regular e tempo integral. Mecanismos de ação coletiva no interior da escola: conselho de classe; associação de pais; grêmio estudantil; conselho de escola; reunião pedagógica e de pais, entre outros. Diferentes formas de organização do ensino: ciclos e séries; organização curricular por temas, projetos, complexos temáticos e disciplinas. A Ética do trabalho pedagógico. A educação integral.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FREITAS, Luiz Carlos de. Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática. 11. ed. Campinas: Papirus, 2012. 288 p. (Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico). Disponível no repositório da UNICAMP http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/251604

VASCONCELLOS, Celso dos S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 12. ed. São Paulo: Libertad, 2009. 213 p. (Subsídios pedagógicos do Libertad ; 3)

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de (Org.). Escola: espaço do projeto político-pedagógico. 17. ed. Campinas: Papirus; 2013. 200 p. ISBN 9788530805326 (broch.).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013. 189 p. ISBN 9788577531653 (broch.).

GERALDI, Corinta Maria Grisolia; RIOLFI, Claudia Rosa; GARCIA, Maria de Fátima (Org.). Escola viva: elementos para a construção de uma educação de qualidade social . 1. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2004. 392 p. ISBN 8575910388 (broch.).

LAVAL, Christian. A escola não é uma empresa: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Planta, 2004. 324 p. ISBN 8590200248 (broch.).

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Educação Básica e Educação Superior: projeto político-pedagógico - 6ª edição. Papirus Editora 244 ISBN 8530807634.

COMPONENTE CURRICULAR:
Educação e Direitos Humanos
CARGA HORÁRIA:
40 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)
EMENTA:
Noções de direito, democracia, ética, cidadania e direitos humanos. Fundamentação e gerações dos Direitos Humanos. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Direitos da criança e do adolescente. Programa Nacional de Direitos Humanos. Estado, Sociedade e Políticas Públicas. Os direitos humanos e as políticas públicas. Movimentos Sociais: atores sociais, participação e governabilidade. Elementos éticos e políticos para análise e intervenção nas práticas educativas. Ética e Cidadania. Proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista. Gênero e direitos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. 619p. ISBN 9788502627369 (broch.).

DOTTI, René Ariel. Declaração universal dos direitos do homem e notas da legislação brasileira. 2. ed. Curitiba: JM, 1999. 127 p.

WEIS, Carlos. Direitos humanos contemporâneos. 3. ed., rev. e aum. São Paulo: Malheiros, 2014. 224 p. ISBN 9788539202508 (broch.)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. Caderno de educação em direitos humanos: educação em direitos humanos: diretrizes nacionais. Brasília: Coordenação Geral de Educação em Direitos Humanos: Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013. 72 p.

CIDADES educadoras. Curitiba: UFPR, 1997. 197 p. ISBN 85-7335-013-X

MAGNOLI, Demétrio. VÁRIOS AUTORES. História da paz. São Paulo: Contexto, 2008. ISBN 9788572443968. Plataforma Pearson.

VIEIRA, José Carlos. Democracia e direitos humanos no Brasil. São Paulo: Loyola, c2005. ISBN 8515029227 (broch.).

COMPONENTE CURRICULAR:
Educação, Comunicação e Tecnologia
CARGA HORÁRIA:
80 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)
EMENTA:
Educação, comunicação e tecnologia: dimensões conceituais. Leitura crítica dos meios de comunicação de massa e sua linguagem na cultura digital. Articulações das mídias e tecnologias em contextos formativos. Tecnologias de informação e comunicação como recurso didático-pedagógico para a educação presencial, educação a distância, educação *on-line* e educação híbrida.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 17ª edição revista e ampliada. Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2016. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1) 632p.

MARTIN-BARBERO, Jesús: A comunicação na educação. SP: Contexto, 2014. (online e-book Pearson)

SANTAELLA, Lúcia. Comunicação Ubíqua: repercussões na cultura e na educação. SP: Paulus, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CASTELLS, Manuel. O poder da Comunicação. 1. ed. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. 630p.

BUCKINGHAM, David. Crescer na era das mídias eletrônicas. São Paulo: Edições Loyola, 2007. 301 p. ISBN 9788515032693 (broch.).

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2013. 356 p. ISBN 9788571082083 (broch.).

LÉVY, Pierre. Cibercultura. 3 edição. São Paulo: Editora 34, 2010.

COMPONENTE CURRICULAR:
Prática Pedagógica de História
CARGA HORÁRIA:
80 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)
EMENTA:
Historicização das diferentes concepções de HISTÓRIA. Explicitação e compreensão dos pressupostos teórico-metodológicos para uma leitura crítica do ensino de História. Análise e seleção para organização dos conteúdos da educação infantil e das séries iniciais do Ensino Fundamental. Avaliação em História. História, Inclusão e Diversidade. Análise crítica de materiais didáticos (livros didáticos e paradidáticos, jogos, textos científicos e literários)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ASHBY, Rosalyn. Desenvolvendo um conceito de evidência histórica: as idéias dos estudantes sobre testar afirmações factuais singulares. In. SCHMIDT, M.A./ BRAGA, T.G. Educar em Revista. Dossiê Educação Histórica. Curitiba: Editora da

UFPR, 2006. p. 151-170. https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/5542/4056

BITTENCOURT, Circe (org.) Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004. LC (NOVO)

FONSECA, Selva Guimarães. Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados. 9.ed. Campinas: Papirus, 2009. 255 p. (Coleção Magistério). ISBN 8530807065.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BITTENCOURT, Circe (org.) O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1997.

COOPER, H. Aprendendo e ensinando sobre o passado a crianças de três a oito anos. Educar, Curitiba, Especial, p. 171-190, 2006. Editora UFPR. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/er/nspe/nspea10.pdf (acesso em 14/04/2020)

OLIVEIRA, Andressa Garcia Pinheiro. Aprendizagem histórica na educação infantil: possibilidades e perspectivas da educação histórica. 219f. Dissertação (Mestrado em Educação). Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2013.

PINTO, Julio Pimentel; TURAZZI, Maria Inez. Ensino de história: diálogos com a literatura e fotografia. São Paulo: Moderna, 2012. 176 p. (Coleção Cotidiano escolar: ação docente). ISBN 9788516082437 (broch.)

COMPONENTE CURRICULAR:
Estágio IV – Formação Docente
CARGA HORÁRIA:
80 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)
EMENTA:
Análise das políticas educacionais do curso de formação de professores em nível médio; organização histórica, legal e curricular do curso de formação de professores em nível médio; aspectos teórico-metodológicos no planejamento de aulas das disciplinas pedagógicas, da docência no ensino médio; pesquisa e planejamento de docência: plano de aula e oficinas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

KUPFER, Maria Cristina Machado. Educação para o futuro: psicanálise e educação. 4. ed. São Paulo: Escuta, 2013. 157 p. ISBN 857137158X (broch.). 5

SAMPAIO, Simaia. Dificuldades de aprendizagem: a psicopedagogia na relação sujeito, família e escola . 3. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2011. 140 p. ISBN 9788578540258. 5

PICONEZ, Stela C. Bertholo (Coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado. 24. ed. Campinas: Papirus, 2012. 128 p. (Coleção magistério : formação e trabalho pedagógico). ISBN 9788530801595 (broch.). 10

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GOERGEN, Pedro Laudinor; SAVIANI, Dermeval (Org.). Formação de professores: a experiência internacional sob o olhar brasileiro. Campinas: Autores Associados, São Paulo: NUPES, 1998. 300 p. ISBN 8585701625 (broch.).

FURLANI, Lúcia Maria Teixeira. Autoridade do professor: meta, mito ou nada disso? 9. ed. São Paulo: Cortez, 1988. v.45 ((Questões da nossa época) ; 45). ISBN 9788524919312 (broch.).

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. A aventura de formar professores. Papirus Editora 100 ISBN 9788530808952

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.); HYPOLITO, Alvaro Moreira et al. Desmistificando a profissionalização do magistério. Campinas: Papirus, 1999. 264p (Magistério: formação e trabalho pedagógico;). ISBN 8530805682 (broch.).

⇜ ⇝

6º Semestre

COMPONENTE CURRICULAR:
Gestão Educacional
CARGA HORÁRIA:
80 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)

EMENTA:
Teorias da Administração Escolar no Brasil; Apropriação dos principais métodos da administração empresarial pela administração escolar; crítica à apropriação dos métodos da administração empresarial pela administração escolar. Gestão democrática, gestão compartilhada e gestão qualidade total. A Ética na gestão. A gestão da escola regular e em tempo integral.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. rev., e ampl. São Paulo: Cortez, 2012. 543 p. (Docência em formação : saberes pedagógicos). ISBN 9788524918605 (broch.).

LÜCK, Heloísa. Concepções e processos democráticos de gestão educacional. 7. ed. Petrópolis: Vozes, c2006. 132 p. (Série cadernos de gestão ; 2). ISBN 9788532632944 (broch.). E-Book Pearson

PARO, Vitor Henrique. Administração escolar: introdução crítica. 17. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012. 232 p. ISBN 9788524919541 (broch.).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PARO, Vitor Henrique. Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino. São Paulo: Ática, 2007. (Educação em ação). ISBN 9788508108688. E-Book Pearson

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. História da educação brasileira: a organização escolar. 15. ed., rev. ampl. Campinas: Autores Associados, 1998. 207 p. (Coleção memória da educação). ISBN 8585701102.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (coautor). Gestão educacional - Novos olhares, novas abordagens. Editora Vozes 121 ISBN 9788532630940. (E-book Pearson)

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. 22 ed. – São Paulo: Libertad Editora, 2012 – (Cadernos Pedagógicos do Libertad; v. 1).

COMPONENTE CURRICULAR:
Escola e Currículo
CARGA HORÁRIA:
80 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)
EMENTA:
Paradigmas curriculares. As tendências tradicionais e críticas da escola e sua relação com o currículo. Processo de planejamento, estruturação e avaliação curricular por meio do projeto político pedagógico. Relações com o planejamento e a prática pedagógica. Tendências curriculares atuais, a educação para o trânsito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GIMENO SACRISTÁN, José. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. 352 p. (Biblioteca Artmed. Fundamentos da educação). ISBN 9788573073768 (broch.).

GIMENO SACRISTÁN, José; PÉREZ GÓMEZ, Angel I. Compreender e transformar o ensino. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998. 396 p. (Biblioteca Artmed : Epistemologia Genética/Teoria Piagetiana). ISBN 9788573073744 (broch.).

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. Educação escolar: que prática é essa? Campinas: Autores Associados, 2001. 55 p. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo). ISBN 9788574960314 (broch.).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SOUZA, Rosa Fátima De. História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008. 319 p. ((Biblioteca básica da história da educação brasileira) ; 2). ISBN 9788524914164 (broch.).

BARROSO, João. Cultura, Cultura Escolar, Cultura da Escola. Unesp: 2012. Disponível em: https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/65262/1/u1_d26_v1_t06.pdf . Acesso em 04 abr. 2017.

GIMENO SACRISTÁN, José (Org.). Saberes e incertezas sobre o currículo. Porto Alegre: Penso, 2013. 542 p. ISBN 9788565848442 (broch.).

MOREIRA, Marco A.; BUCHWEITZ, Bernardo. Mapas conceituais: instrumentos didáticos, de avaliação e de análise de currículo. São Paulo: Moraes, 1987. 83 p.

⇜ ⇝

COMPONENTE CURRICULAR:
Prática Pedagógica de Geografia
CARGA HORÁRIA:
80 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)
EMENTA:
Histórico da construção do pensamento científico e pedagógico da Geografia. As diferentes vertentes teórico-filosóficas da Geografia: Clássica, Teorético-Quantitativa, Crítica, Socioambiental e Cultural. O Currículo e o ensino de Geografia nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e na Educação Infantil: espaço geográfico, configuração da paisagem, alfabetização cartográfica. A organização do planejamento e sistematização do ensino: organização dos conteúdos, encaminhamento metodológico e processo avaliativo. Uso das Tecnologias para o ensino da Geografia. Geografia, Inclusão e Diversidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, Rosângela. Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2013. 115 p. (Caminhos da Geografia). ISBN 9788572441704 (broch.).

CARLOS, Ana Fani A. (Org). A Geografia na sala de aula. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2009. 144 p. (Coleção repensando o ensino). ISBN 9788572441087 (broch.).

CASTROGIOVANNI, A. C. Ensino de geografia : práticas e textualizações no cotidiano / Antonio Carlos Castrogiovanni (org.) ; Helena Copetti Callai, Nestor André Kaercher. 12 ed. Porto Alegre : Mediação, 2017. 143p..

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANTUNES, Celso. Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 295 p. ISBN 9788532621115 (broch.). Classificação : 370.152 A636j 18.ed.

CAVALCANTI, Lana de Souza. A geografia escolar e a cidade: Ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana. Papirus Editora 194 ISBN 9788544900819. E-Book Pearson

FANTIN, Maria Eneida; TAUSCHECK, Neusa Maria. Metodologia do ensino de geografia. 2.ed.rev.atual.ampl. Curitiba: Ibpex, 2010. 191 p. ISBN 9788578385699 (broch.).

STEFANELLO, Ana Clarissa. Didática e avaliação da aprendizagem no ensino de geografia. São Paulo: Saraiva, 2009. 159 p. (Metodologia do ensino de História e Geografia ; 2). ISBN 9788502090705 (broch.).

COMPONENTE CURRICULAR:
Estágio V – Gestão Educacional
CARGA HORÁRIA:
80 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)
EMENTA:
Processos de gestão escolar e sua relação com os determinantes sócio-econômicos, considerando a natureza e a especificidade da organização do trabalho pedagógico escolar. Prática pedagógica do pedagogo nas unidades escolares (Conselho de Classe, reuniões pedagógicas, formação continuada, etc.)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. rev., e ampl. São Paulo: Cortez, 2012. 543 p. (Docência em formação : saberes pedagógicos). ISBN 9788524918605 (broch.).

LÜCK, Heloísa. Concepções e processos democráticos de gestão educacional. 7. ed. Petrópolis: Vozes, c2006. 132 p. (Série cadernos de gestão ; 2). ISBN 9788532632944 (broch.). E-Book Pearson

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de (Org.). Escola: espaço do projeto político-pedagógico. São Paulo: Papirus, 1998. 200 p. (Coleção Magistério). ISBN 8530805321.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MENESES, João Gualberto de Carvalho et al. Estrutura e funcionamento da educação básica. 2. ed. atual. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 1999. 401 p. ISBN 8522100969 (broch.).

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (coautor). Gestão educacional - Novos olhares, novas abordagens. Editora Vozes 121 ISBN 9788532630940. (E-book Pearson)

PARO, Vitor Henrique. Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino. São Paulo: Ática, 2007. (Educação em ação). ISBN 9788508108688. E-Book Pearson

PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. 3. ed. São Paulo: Ática, 2000. 117 p. (Educação em ação). ISBN 9788508065226 (broch.).

COMPONENTE CURRICULAR:
Projetos Educativos
(Atividades Complementares)
CARGA HORÁRIA:
80 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)
EMENTA:
Abordagens teóricas e Interdisciplinares sobre Projetos Educacionais. Planejamento e gestão de projetos educacionais. Metodologia de projetos existentes. As fases de vida de um projeto. Projetos inclusivos. Avaliação de projetos educativos. Diversidade e Inclusão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FONTE, Patricia Lopes da. Pedagogia de projetos: ano letivo sem mesmice. Rio de Janeiro: Wak, 2014. 191 p. ISBN 8578542825 (broch.).

MICOTTI, Maria Cecília de Oliveira. Leitura e escrita como aprender com êxito por meio da pedagogia por projetos. São Paulo: Contexto, 2009. ISBN 9788572444538. (E-book Pearson)

MOURA, Dácio G.; BARBOSA, Eduardo Fernandes. Trabalhando com projetos: planejamento e gestão de projetos educacionais. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 293 p. ISBN 9788532641694 (broch.).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BEHRENS, Marilda Aparecida. O paradigma da complexidade: metodologias de projetos, contratos didáticos e portfólios. Petrópolis: Vozes, 2008. 135 p. ISBN 9788532632470 (broch.).

FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. 15.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015. 251 p. ISBN 8577531660 (broch.). L

MOREIRA, Marco A. Teorias de aprendizagem. São Paulo: E.P.U, 1999. 195 p. ISBN 8512321407 (broch.).

PORTO, Humberta Gomes (org). Currículos, programas e projetos pedagógicos. Pearson 187 ISBN 9788543025957. (E-book Pearson)

⇜ ⇝

7º Semestre

COMPONENTE CURRICULAR:
Educação Profissional, Ciência e Tecnologia
CARGA HORÁRIA:
40 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)

EMENTA:
O que é Ciência e tecnologia na sociedade atual. Histórico e vinculação com a Educação Profissional. Formação de professores. Educação Integral e Educação em Tempo Integral.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson S. (Org.). Filosofia da práxis e didática da educação profissional. Campinas: Autores Associados, 2011. 148 p. (Educação contemporânea). ISBN 9788577432400 (broch.).

FRIGOTTO, Gaudêncio; FRANCO, Maria Aparecida Ciavatta (Org.). Teoria e educação no labirinto do capital. Petrópolis: Vozes, 2001. 188 p. (Coleção estudos culturais em educação). ISBN 853262524x.

MANACORDA, Mario Alighiero. O princípio educativo em Gramsci. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1990. 288 p. (Educação: teoria e crítica)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BIANCHETTI, Lucídio. Da chave de fenda ao laptop: tecnologia digital e novas qualificações : desafios à educação. 2. ed. rev. e atual. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008 250 p.

FRIGOTTO, Gaudêncio e outros. Contextos da Educação Profissional. Coleção Formação Pedagógica, volume II. IFPR. Disponível em: http://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Contextos-da-Educa%C3%A7%C3%A3o-Profissional.pdf

KUENZER, Acácia Zeneida e outros. Educação Profissional: desafios e debates. Coleção Formação Pedagógica, volume I. IFPR. Disponível em: http://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Educa%C3%A7%C3%A3o-Profissional-desafios-e-debates.pdf

MORAES, Maria Célia Marcondes de (Org.). Iluminismo às avessas: produção de conhecimento e políticas de formação docente. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 198 p. ISBN 8574902395 (broch.).

COMPONENTE CURRICULAR:
Metodologias de Pesquisa Pedagógica Trabalho de Conclusão de Curso - TCC I
CARGA HORÁRIA:
80 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)

EMENTA:
Definição de Trabalho de Conclusão de Curso. Normatização do Trabalho de conclusão de curso. Elementos constitutivos para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso. Elaboração de projeto: tema, justificativa, objetivos e revisão de literatura.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DEMO, Pedro. Metodologia da investigação em educação. Curitiba: Intersaberes, 2012. ISBN 9788582125007.

GAMBOA, S. Silvio. Pesquisa em Educação: métodos e epistemologias. Chapecó- SC, Argos Editora Universitária, 2007.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar um projeto de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BIBLIOGRAFIA UNIVERSITÁRIA PEARSON. Metodologia Científica. Pearson 139 ISBN 9788564574595.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos do Instituto Federal do Paraná (IFPR). Curitiba , 2010. 86 p. ISBN 9788591074303 (broch.).

MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática, fichamentos, resumos, resenhas. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

COMPONENTE CURRICULAR:
Prática Pedagógica de Ciências Naturais
CARGA HORÁRIA:
80 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)

EMENTA:
Conhecimentos do senso comum e formação de conceitos. Método de investigação científica e a produção do conhecimento: implicações pedagógicas. Relação entre os conteúdos e as diferentes ciências: astronomia, biologia, física, geociências e química. Conteúdos do ensino de Ciências Naturais da educação infantil e das séries iniciais do ensino fundamental: ambiente, ser humano e saúde, recursos tecnológicos, Terra e Universo. Princípios de sistematização do ensino de ciência: do método científico ao método de ensino: observação, experimentação, problematização. Planejamento e organização de atividades: o uso de textos, os livros didáticos, atividades de campo, uso dos recursos tecnológicos. Avaliação em Ciências Naturais. Ciências, Inclusão e Diversidade. Análise crítica de materiais didáticos (livros didáticos e paradidáticos, jogos, textos científicos e literários)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ASTOLFI, Jean-Pierre; DEVELAY, Michel. A didática das ciências. 16. ed. Campinas: Papirus, 2012. 123 p. ISBN 9788530801168 (broch.).

BIZZO, Nelio. Pensamento científico: a natureza da ciência no ensino fundamental. São Paulo: Melhoramentos, 2012. 175 p. (Como eu ensino). ISBN 9788506004500 (broch.).

CIÊNCIAS e didática. Petrópolis: Vozes, 2010. 167p. (Como bem ensinar).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARMSTRONG, Diana Lucia de Paula; BARBOSA, Liane Maria Vargas. Metodologia do Ensino de Ciências Biológicas e da Natureza. Curitiba, InterSaberes: 2012

CACHAPUZ, António Francisco; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de; GIL-PEREZ, Daniel (Org). O ensino das ciências como compromisso científico e social: os caminhos que percorremos. São Paulo: Cortez, 2012.

GÜLLICH, Roque Ismael da Costa; HERMEL, Erica do Espírito Santo (Org.). Didática da biologia. Curitiba: Appris, 2017. 349 p. (Coleção ensino de ciências).

LOPES, Alice Casimiro, MACEDO, Elizabeth (orgs.). Currículo de ciências em debate. Campinas: Papirus, 2004, 192p

COMPONENTE CURRICULAR:
Políticas Educacionais
CARGA HORÁRIA:
80 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)

EMENTA:
A Educação Brasileira e o Sistema Educacional: aspectos históricos, legais e organizacionais. Organização do Sistema Escolar Brasileiro. A Legislação da Educação Brasileira: Constituição Federal, LDB, ECA, Diretrizes Curriculares, PNE, Resoluções, Pareceres e Deliberações. Políticas Públicas Educacionais para os níveis e modalidades de ensino e para a formação dos professores. Organização administrativa, pedagógica e curricular do sistema de ensino federal, estadual e municipal. Financiamento da Educação escolar. Os programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LESSARD, Claude. **Políticas Educativas:** a aplicação na prática. Petrópolis: Vozes, 2016. Ebook. Disponível em

<http://ifpr.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788532652584>
Acesso em 01 ago. 2019.

PEGORINI, Diana Gurgel. Fundamentos da educação profissional: política, legislação e história. Curitiba: Intersaberes, 2020. (Série Processos Educacionais).

SAVIANI, Dermeval. Da LDB (1996) ao novo PNE (2014-2024): por uma outra política educacional. 5. ed. rev. e ampl. – Campinas: Autores Associados, 2016. – (Coleção educação contemporânea). LC

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AKKARI, Abdeljalil. Internacionalização das políticas educacionais: transformações e desafios. Petrópolis: Vozes, 2011.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (orgs.). Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007. LC

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra (orgs.). Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. rev. e ampl. – São Paulo: Cortez, 2012. – (Coleção docência em formação: saberes pedagógicos). 8

SILVA, Maria Abádia da; CUNHA, Célio da (orgs.). Educação básica: políticas, avanços e pendências. Campinas: Autores Associados, 2014. (Coleção Políticas Públicas da Educação).

COMPONENTE CURRICULAR:
Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS
CARGA HORÁRIA:
80 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)

EMENTA:
A importância do conhecimento da LIBRAS no território Brasileiro. O desenvolvimento da LIBRAS no contexto sócio-econômico-cultural. A compreensão da LIBRAS como língua natural. O conhecimento da estrutura da LIBRAS e sua capacidade de expressar qualquer conceito - descritivo, emotivo, racional, literal, metafórico, concreto, abstrato - enfim, permite a expressão de

qualquer significado decorrente da necessidade comunicativa e expressiva do ser humano. A diferença de modalidade entre língua oral e língua espaço visual. A língua de sinais como sistemas linguísticos independentes desenvolvidos na comunidade dos surdos. O desenvolvimento da LIBRAS no contexto educacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FERNANDES, Sueli. Práticas de Letramento na Educação Bilíngue para Surdo. Curitiba: SEED, 2006. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24287/T%20-%20FERNANDES,%20SUELI%20DE%20FATIMA%20.pdf?sequence=1 Acesso em: 19/08/2019.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. Linguagem, surdez e educação. 4. ed., rev. Campinas: Autores Associados, 2012. 106 p. (Coleção educação contemporânea). ISBN 9788585701208 (broch.).

MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). O desafio das diferenças nas escolas. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 152 p. ISBN 9788532636775 (broch.).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FERNANDES, S.; MOREIRA, L. C. Desdobramentos político-pedagógicos do bilinguismo para surdos: reflexões e encaminhamentos. Revista Educação Especial, São Paulo, v. 22, n. 34, p. 25-36, mai./ago. [2005]. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/er/nspe-2/05.pdf Acesso em: 19/08/2019.

KARNOPP, L. B. Produções culturais de surdos: análise de literatura surda. Cadernos de Educação, FaE; PPGE; UFPel. Pelotas: n. 36, mai./ago. 2010, p. 155-174. Disponível em: http://www2.ufpel.edu.br/fae/caduc/downloads/n36/07.pdf Acesso em: 19/08/2019.

PERLIN, Gladis. Estudos Surdos. Volumes I, II, III, IV. [São Paulo:]: Eletrônica; Arara Azul, 2007. Disponível em: http://editora-arara-azul.com.br/site/e-books Acesso em 19/08/2019.

PERLIN, Gladis. A cultura surda e os intérpretes da língua de sinais. ETD – Educação Temática Digital, v. 7 n.2, p. 137-147. Campinas, jun, 2006. ISSN: 1676 -2592. (Línguas de sinais: identidades e processos sociais - grupo de estudos e subjetividade). Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/798/813 Acesso em: 19/08/2019.

8º Semestre

COMPONENTE CURRICULAR:
Avaliação Institucional
CARGA HORÁRIA:
80 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)

EMENTA:
Contexto sócio-político e a cultura da avaliação. Princípios da avaliação. Conceito e organização da avaliação institucional. Principais elementos pertinentes à avaliação institucional. Diferentes modelos. Políticas nacionais de avaliação e sua expressão na Educação Brasileira hoje. Instrumentos atuais no Sistema da Avaliação Nacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FREITAS, Luiz Carlos de; DE SORDI, Mara Regina Lemes; FREITAS, Helena Costa Lopes de. Avaliação educacional: caminhando pela contramão. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. 86 p. (Coleção Fronteiras educacionais). ISBN 9788532637741 (broch.).

LORDÊLO, José Albertino Carvalho; DAZZANI, Maria Virgínia. Avaliação educacional: desatando e reatando nós. Salvador: EDUFBA, 2009. 349 p. Disponível em <http://books.scielo.org/id/wd/pdf/lordelo-9788523209315.pdf>.

SAVIANI, Dermeval. Da LDB (1996) ao novo PNE (2014-2024): por uma outra política educacional. 5. ed. rev. e ampl. – Campinas: Autores Associados, 2016. – (Coleção educação contemporânea).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DIAS SOBRINHO, José. Dilemas da Educação Superior no mundo globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?. São Paulo: Pearson, 2010. ISBN 9788573964530. (E-book Pearson)

HAJJ, Zaina El; COSTA, Barbara Regina Lopes; ARAUJO, Richard Medeiros. O Papel das Comissões Próprias de Avaliação sobre os Atos Regulatórios: um olhar da gestão universitária. Meta: Avaliação, [S.l.], v. 10, n. 28, p. 75-105, apr. 2018. ISSN 2175-2753. Disponível em: <http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/1565>. Acesso em: 04 aug. 2019. doi:http://dx.doi.org/10.22347/2175-2753v10i28.1565.

LACERDA, Leo Lynce Valle de; FERRI, Cássia; DUARTE, Blaise Keniel da Cruz. SINAES: evaluation, accountability and performance. Avaliação (Campinas), Sorocaba , v. 21, n. 3, p. 975-992, Nov. 2016 . Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772016000300975&lng=en&nrm=iso>. access on 04 Aug. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772016000300015.

PEGORINI, Diana Gurgel. Fundamentos da educação profissional: política, legislação e história. Curitiba: Intersaberes, 2020. (Série Processos Educacionais).

COMPONENTE CURRICULAR:
Educação Profissional, princípios e práticas.
CARGA HORÁRIA:
40 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)

EMENTA:
História da Educação Brasileira. Reformas Educacionais. Aspectos históricos, legais e organizacionais da EPT no Brasil. A formação docente e as especificidades da Educação Profissional. Planejamento e atuação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson S. (Org.). Filosofia da práxis e didática da educação profissional. Campinas: Autores Associados, 2011. 148 p. (Educação contemporânea). ISBN 9788577432400 (broch.).

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 6 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. 275 p. (Coleção Textos Fundantes de Educação). ISBN 9788532636515 (broch.).

GOMES, Heloisa Maria; MARINS, Hiloko Ogihara. A ação docente na educação profissional. 2. ed. São Paulo: Senac Nacional, 2013. 287 p. ISBN 9788539602094 (broch.).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel González; NOSELLA, Paolo. Educação e cidadania: quem educa o cidadão? 3.ed. São Paulo: Cortez, 1991. 94 p. (Coleção polêmicas do nosso tempo). ISBN 8524900946.

BIANCHI, Anna Cecilia de Moraes; ALVARENGA, Marina; BIANCHI, Roberto. Manual de orientação: estágio supervisionado. 4.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009. 98 p. ISBN 9788522107209 (broch.).

REHEM, Cleunice Matos. Perfil e formação do professor de educação profissional técnica. São Paulo: Senac Nacional, 2009. 167 p. ISBN 9788573598827 (broch.).

SANTOS, Jurandir. Educação profissional & práticas de avaliação. 2. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011. 207 p. ISBN 9788573599831 (broch.).

COMPONENTE CURRICULAR:
Pedagogo Escolar: identidade, funções e saberes
CARGA HORÁRIA:
80 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)

EMENTA:
A identidade, funções, atuações e saberes do(a) pedagogo(a) escolar atuando como o coordenador do trabalho pedagógico na educação infantil, ensino fundamental e ensino médio tendo como foco o trabalho orientador dos professores a partir dos elementos da cultura escolar, do currículo e tecnologias na escola. O gestão e a organização escolar. A construção da ética profissional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos pra quê? 12.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola: teoria e prática. 4.ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DYCK, Michele Simonian; BRITO, Glaucia da Silva. Formação continuada de pedagogos e suas necessidades formativas em tecnologias: entre ausências e insuficiências algumas perspectivas. #Tear:Revista de Educação, Ciência e Tecnologia. v.6, n.1, 2017. Disponível em: https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/issue/view/62 . Acesso em: 02 jan.2018.

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de (Org.). O coordenador pedagógico: provocações e possibilidades de atuação. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012. 139 p. ISBN 9788515039289 (broch.).

SAVIANI, Dermeval. Desenvolvimento e educação na América Latina. 3. ed. São Paulo: Autores Associados, 1985. 120 p. Classificação : 370.98 D435 3. ed. (CT) Ac.187946

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.

COMPONENTE CURRICULAR:
Pesquisa Pedagógica Trabalho de Conclusão de Curso - TCC II
CARGA HORÁRIA:
80 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)

EMENTA:
Realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Relatório de Atividades. Defesa pública do TCC.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GAMBOA, Silvio Sánchez. Pesquisa em educação: métodos e epistemologias. 2. ed. Chapecó: Argos, 2012. 212 p. (Grandes temas ; 17). ISBN 9788578970376 (broch.)

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Normas para apresentação de trabalhos

acadêmicos do Instituto Federal do Paraná (IFPR). Curitiba , 2010. 86 p. ISBN 9788591074303 (broch.).

KNECHTEL, Maria do Rosário. Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba: Intersaberes, 2014. ISBN 9788582128992.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVES, Rubem. Conversas com quem gosta de ensinar. 12.ed. Campinas, SP: Papirus, 2010. ISBN 8530805895.

FAZENDA, Ivani (Org.). Metodologia da pesquisa educacional. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2004. 174 p.

MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática, fichamentos, resumos, resenhas. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 335 p. ISBN 8524900504.

COMPONENTE CURRICULAR:
Educação Ambiental
CARGA HORÁRIA:
40 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)

EMENTA:
Política de educação ambiental. O Ambiente e o Humano, implicações intrínsecas. Desenvolvimento, desenvolvimento sustentável e sociedade sustentável. A educação para a sustentabilidade e outras perspectivas educativas. Cultura e Sustentabilidade: ecologia dos saberes. A década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS). Educação para o desenvolvimento sustentável ou educação para sustentabilidade: questões estratégicas e metodológicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; PELICIONI, Maria Focesi. Educação ambiental e sustentabilidade. 2.ed. Barueri, SP:Manole, 2014.

PINOTTI, Rafael. Educação Ambiental para o século XXI no Brasil e no mundo.2.ed.Editora Bluncher.

PEDRINI, Alexandre Gusmão. Paradigmas metodológicos em educação ambiental. Ed. Vorazes.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALBUNUS, Lívia Luciana Ferreira. ZOUVI, Cristiane Lengler. Ecopedagogia: educação e meio ambiente. Intersaberes.

ALENCASTRO, Mario Sergio Cunha. Ética e meio ambiente: construindo as bases para um futuro sustentável. Curitiba: Intersaberes, 2015.

CURRIE, Karen. L. Meio ambiente: interdisciplinaridade na prática. Campinas: Papirus, 2016.

DOURADO, Juscelino. Reflexões e práticas em Educação Ambiental: discutindo o consumo e a geração de resíduos. Oficina de textos.

COMPONENTE CURRICULAR:
Educação e Diversidade
CARGA HORÁRIA:
40 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)

EMENTA:
Diversidade étnico-cultural e suas implicações na sociedade e na organização escolar. Análise dos rituais pedagógicos que fundamentam a exclusão racial e social nos sistemas de ensino. A fala e o silêncio da escola, do professor e da criança sobre discriminação de orientação sexual, gênero e o racismo. Alternativas para a análise e intervenção educativa centradas na valorização das diversidades e na promoção do diálogo entre os diferentes sistemas culturais. Ética nas relações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. Cultura e diversidade. 1. ed. InterSaberes, 2012. 185 p. (Série Ensino Religioso). ISBN 9788582121870 (broch.).

LÓPEZ OCAÑA, Antonio M.; ZAFRA JIMÉNEZ, Manuel. Atenção à diversidade na educação de jovens. Porto Alegre: Artmed, 2006. 174 p. (Biblioteca Artmed Formação docente). ISBN 9788536305240 (broch.).

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria (Org.). Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 10. ed. Petrópolis: Vozes, c 2008. 245 p. ISBN 9788532636553 (broch.)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABRAMOWICZ, Anete; SILVÉRIO, Valer Roberto. Afirmando diferenças/ montando o quebra-cabeça da diversidade na escola. Campinas, SP: Papirus, 2015. ISBN 9788544900468. (E-book Pearson)

GENTLE, Ivanilda Matias; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes (Org.). Gênero, diversidade sexual e educação: conceituação e práticas de direito e políticas públicas. João Pessoa: Ed. UFPB, 2008. 356 p. ISBN 9788577452279 (broch.).

GOMES, Mercio Pereira. Antropologia/ ciência do homem : filosofia da cultura. São Paulo: Contexto, 2008. ISBN 9788572443838.

LUZ, Nanci Stancki da; CARVALHO, Marília Gomes de; CASAGRANDE, Lindamir S. (Org.). Construindo a igualdade na diversidade: gênero e sexualidade na escola. Curitiba: Ed. da UTFPR, 2009. 285 p. ISBN 9788570140555 (broch.).

2.7. 1 Ementário e Bibliografias - Optativas e Eletivas

OPTATIVAS

COMPONENTE CURRICULAR:
Pedagogia Hospitalar
CARGA HORÁRIA:
40 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)
EMENTA:

A Pedagogia no contexto da área da Saúde: desenvolvimento histórico; formação do professor hospitalar. A instituição hospitalar: breve histórico; unidades com atendimento educacional. O papel da universidade na pesquisa da educação em hospitais: Pedagogia Hospitalar. Análise de estratégias educativas em hospitais: Classe Hospitalar; Escolarização Hospitalar; Escuta Pedagógica; Inclusão/Humanização; Métodos e Técnicas pedagógicas. Espaços alternativos de aprendizagem no hospital: Brinquedoteca; Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA. Vivência hospitalar: conteúdo escolar e conteúdo vivencial - vida e morte. Profissionais da educação hospitalar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CUNHA, Eugênio. Afeto e aprendizagem: relação de amorosidade e saber na prática pedagógica. 3. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2012. 129 p. ISBN 9788588081963 (broch.)

JUSTI, Eliane Martins Quadrelli; FONSECA, Eneida Simões da; SOUZA, Luciane do Rocio dos Santos de. Pedagogia e escolarização no hospital. Curitiba: Intersaberes, 2012. (Dimensões da educação). ISBN 9788565704359.(E-book Pearson)

MATOS, Elizete Lúcia Moreira. Pedagogia hospitalar - 7ª Edição. Editora Vozes 183 ISBN 9788532634085. (E-book Pearson)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ASSIS, Walkiria de. Classe Hospitalar – um olhar pedagógico singular. 1. ed. São Paulo: Phorte editora, 2009

LAJONQUIÈRE, Leandro de. De Piaget a Freud: Para repensar as aprendizagens: a (psico)pedagogia entre o conhecimento e o saber. Petrópolis: Vozes, 1995. 253 p. (Coleção psicopedagogia e psicanálise) ISBN 9788532608888 Tese UNICAMP: http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/253140

NAZARETH, Catia Aparecida Lopes. Atendimento escolar à criança hospitalizada. Editora Intersaberes, Curitiba, 2015. 116p. ISBN 9788544302538. e-book Pearson

COMPONENTE CURRICULAR:
Robótica Educativa
CARGA HORÁRIA:
40 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)

EMENTA:
Estratégias educativas. Conceito e historicidade de robótica. Conhecimento de kits e materiais disponíveis para o desenvolvimento de atividades com Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental e Formação de Professores.

Bibliografia Básica:

JUNIOR, Luiz de Souza. Robótica no ensino público, uma perspectiva interdisciplinar. 1ed. São Carlos, SP. pEte Educação com Tecnologia, 2015. – disponível em https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms/files/37352/1499021906Ebook_RoboticaEnsinoPublico.pdf N/A

LÉVY, Pierre: Tradução Irineu da Costa. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informação. Rio de Janeiro, RJ: Editora 34, 1993.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários a educação do futuro. São Paulo: Cortez,2006.

Bibliografia Complementar:

DANTAS, Scheila Leal. História da robótica na educação [recurso eletrônico]. Curitiba: Contentus, 2020. 105 p. ISBN 978-65-5745-403-9e-book Pearson

CRAIG, JOHN J. Introdução à Robótica, 3a. Edição, Pearson, 2013. e-book Pearson.

MATARIC, Maja J; FERASOLI FILHO, Humberto; SILVA, José Reinaldo; ALVES, Silas Franco dos Reis. Introdução à robótica. [S.l: s.n.], 2014.e-book Pearson

PAPERT, Seymour. Logo: computadores e educação. São Paulo: Editora, Brasiliense, 1985.

COMPONENTE CURRICULAR:
Espaços Educativos não escolares
CARGA HORÁRIA:
40 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)
EMENTA:
O ato educativo nos diferentes espaços. Análise e reflexão dos processos educativos no interior de instituições formais e não formais governamentais e não governamentais. Possibilidades de atuação do pedagogo/professor nos espaços não escolares que desenvolvem diferentes práticas pedagógicas com base em diferentes perspectivas filosófica/conceituais. Avaliação, Inclusão e Diversidade nos espaços educativos não formais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BEHRENS, Marilda Aparecida. O paradigma da complexidade: metodologias de projetos, contratos didáticos e portfólios. Petrópolis: Vozes, 2008. 135 p. ISBN 9788532632470 (broch.).
Classificação : 370.71 B421p 2.ed. (CT) Ac.280924

BEZERRA NETO, Luiz. Sem-Terra aprende e ensina: estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais. Campinas: Autores Associados, 1999. 118 p. (Coleção polêmicas do nosso tempo ; v. 67). ISBN 858570182X (broch.). Classificação : 086.9 P764 v.67 (PM) 370.19346 B574s (CT) Ac.35538

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 15. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2013. 189 p. ISBN 9788577531653 (broch.).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CUNHA, Aline Lemos da (et. Al). Pedagogia e ambientes não escolares. Vários autor(es): Aline Lemos Da Cunha, Elaine De Santa Helena, Graziela Rossetto Giron, José Geraldo Soares Damico, Karen Selbach Borges, Laíno Alberto Schneider, Maria De Lourdes Borges, Taís Schmitz. Editora Intersaberes, Curitiba, 2013. 176p. ISBN 9788582124918.

LIPPE, Eliza Maria Oliveira (Org.). Pedagogia Organizacional. Editora Pearson, São Paulo, 2017. 167p. ISBN 9788543025889.

MELO, Alessandro de. Relações entre escola e comunidade. Editora Intersaberes, Curitiba, 2011. 232p. 9788582123744.

PAULO, Fernanda dos Santos. Concepções de educação espaços, práticas, metodologias e trabalhadores da educação não escolar. Editora Intersaberes, Curitiba, 2020. 172p. ISBN 9786555175738

COMPONENTE CURRICULAR:
Educação Online e Híbrida
CARGA HORÁRIA:
40 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)
EMENTA:
A educação online na contemporaneidade nos diferentes níveis e modalidades educacionais. A integração das tecnologias no planejamento e avaliação de propostas educacionais híbridas

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BACICH, L.; TANZI NETO, A.; TREVISANI, F. M. (Org.). Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação. Porto Alegre: Penso, 2015.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: ed.34, 1999.

SILVA, Marco. Educação online: teorias, práticas, legislação, formação corporativa. São Paulo: Loyola, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

KENSKI, Vânia Moreira. Tecnologias e Tempo docente. Campina SP: Papirus, 2013.

LIMA, Conceição. CiberCultura, CiberLinguagem e CiberEducação. 1. ed. São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2012. 312 p. ISBN 9788541602839 (broch.).

MAIA, Carmem; Mattar, João. ABC da EaD: a educação a distância hoje. Editora Pearson 156 ISBN 9788576051572

SILVA, Marco. Formação de professores para docência "online". São Paulo: Loyola, 2012.

ELETIVAS

COMPONENTE CURRICULAR:
Língua Espanhola
CARGA HORÁRIA:
40 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)

EMENTA:
Uso da língua espanhola nas habilidades de leitura, escrita, recepção e produção oral em nível básico. Morfologia: Formação lexical. Registro formal e informal. Diferenças culturais entre os povos de línguas espanhola e brasileira. Apropriação dos recursos estilísticos próprios da comunicação, com ênfase em pedagogia. Leitura e interpretação de textos autênticos em língua espanhola.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
ERES FERNÁNDEZ, Gretel; CALLEGARI, Marília Vasques; RINALDI, Simone. Atividades lúdicas para a aula de língua estrangeira:espanhol: considerações teóricas e propostas didáticas. São Paulo: IBEP, 2012. 135 p. ISBN 9788534232098 (broch.).

GARCÍA SANTOS, Juan Felipe (Cood.). Ahora, sí!: língua espanhola. São Paulo: Escala Educacional, [2007?]. 360p. ISBN 8576667401 (broch).

JACOBI, Claudia; MELONE, Enrique; MENÓN, Lorena. Clave: español para el mundo : 1a. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2012. 159 p. ISBN 9788516078027 (broch.).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FERRARI, Ana Josefina; MORENO DE MUSSINI, Ester Petra Sara. La escritura en lengua española. Curitiba: Intersaberes, 2012. (Língua espanhola em foco). ISBN 9788582123829.

FERRARI, Ana Josefina. La lectura en lengua española. Curitiba: Intersaberes, 2012. ISBN 9788582123485.

SEDYCIAS, João (Org.). O ensino do espanhol no Brasil: passado, presente, futuro. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. 223 p. (Estratégias de ensino ; 1). ISBN 9788588456327 (broch.).

VARGAS SIERRA, Teresa. Espanhol instrumental. Curitiba: Intersaberes, 2012. ISBN 9788582123454.

⇜ ⇝

COMPONENTE CURRICULAR :
Língua Inglesa
CARGA HORÁRIA:
40 Hora/aula e Hora/relógio (60 min)

EMENTA:
Uso da língua inglesa nas habilidades de leitura, escrita, recepção e produção oral em nível básico. Morfologia: Formação lexical. Registro formal e informal. Diferenças culturais entre os povos de línguas inglesa e brasileira. Apropriação dos recursos estilísticos próprios da comunicação, com ênfase em pedagogia. Leitura e interpretação de textos autênticos em língua inglesa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LEDERMAN, Ligia; POTTER, Louise Emma. Atividades com jogos para o ensino de inglês. Barueri: Disal, 2013 255 p.

LIMA, Denilso de. Combinando Palavras em Inglês: seja fluente em inglês aprendendo collocations. Rio de Janeiro: Corpus, 2013. 179 p. ISBN 9788521628743 (broch.).

POSSENTI, S. Por que (não) ensinar gramática na escola. São Paulo: Mercado das Letras, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BALADELI, Ana Paula Domingos. Desafios na formação descontinuada de professores de inglês para o uso pedagógico da internet. Jundiaí: Paco Editorial, 2013. 98 p. ISBN 9788581482958 (broch.).

LAPKOSKI, Graziella Araujo de Oliveira. Do texto ao sentido: teoria e prática de leitura em língua inglesa. Curitiba: InterSaberes, 2012. 201 p. ISBN 9788582122815.

NUNES, Lygia Bojunga. Aula de inglês. Rio de Janeiro: Casa Lygia Bojunga, 2006. 214p. ISBN 8589020193 (broch.).

2.8 AVALIAÇÃO

2.8.1 Avaliação da Aprendizagem

A proposta de avaliação no Curso de Pedagogia busca focar a intencionalidade na formação do futuro profissional e acontecer de forma coerente com as discussões realizadas no decorrer do curso entre professores e coordenação, professores e seus pares, professores e estudantes, estudantes e estudantes, estudantes e coordenação. Esta discussão permeia o desenvolvimento da avaliação, tanto na forma institucional como a do processo de ensino-aprendizagem. Assim sendo, na busca da qualidade do processo educativo, segue o Curso de acordo com as normativas presentes na Resolução CONSUP/IFPR Nº 50 de 14 de julho de 2017 e outras normativas institucionais.

Para abordarmos a concepção de avaliação que permeará as práticas mediadoras da aprendizagem na licenciatura em Pedagogia faz interessante resgatar o embasamento legal brasileiro, qual seja, a LDB 9.394/96 em seu artigo 24

> A verificação do rendimento escolar observará critérios, dentre eles podemos destacar: a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;

A partir dessa legalidade compreendemos que a concepção de avaliação da aprendizagem nessa proposição de licenciatura em Pedagogia perpassa a compreensão de que a avaliação **não é apenas *da*** aprendizagem, **mas *para a*** aprendizagem, Durand; Chouinard (2012).

Nesse sentido, os aspectos dignóstico e formativo, são baseados no princípio mediador, Hoffmann (2013) e em Luckesi (2011) para quem o erro é visto como fonte de virtude e não como fonte de castigo.

A **avaliação diagnóstica**, de acordo com Hoffmann (2011) é início, parte do processo e fim que permite o conhecimento das construções pessoais dos estudantes, aprendidas a partir da sua vivência em determinada realidade sociocultural. Podem parecer construções incoerentes do ponto de vista científico, mas lógicas para o estudante que as construiu a partir de certas "convicções" que deram certo em seu meio.

A **avaliação formativa ou mediadora** há a interpretação das atividades mas, também do processo de construção de um determinado conhecimento, o diálogo sobre as atividades, retomadas, reformulações das mesmas. Além de elaboração de novos desafios intelectuais a partir dos conteúdos para os estudantes. Nesse sentido, a **avaliação mediadora** baseia-se na perspectiva de que a partir da expressão "mediadora" a intenção do avaliador não é a de ver, justificar, explicar o que o aluno "alcançou" em termos de resultados de aprendizagem, mas a de desafiar todos os alunos continuamente a ir adiante, avançar confiando em suas possibilidades e oferecendo-lhe, sobretudo apoio pedagógico adequado. Hoffmann (2013).

Como parte integrante desse processo inclui-se a **avaliação por pares e a autoavaliação** que farão parte de nossas práticas de avaliação para a aprendizagem.

De acordo com Villas Boas (2009) a **avaliação por pares**, ou seja, entre os próprios estudantes constitui-se o primeiro passo para a autoavaliação. Além disso, sabendo que serão apreciadas por colegas, os estudantes as preparam com maior cuidado e detém um interlocutor para além do professor. A mediação ocorre no mesmo nível e linguagem e há a maior aceitação dos comentários. Para tanto iniciaremos em duplas, passando então, para trios e grupos. Essa prática de avaliação mediadora que se utiliza das estratégias da mediação em pares amplia a comunicação e se assemelha ao mundo do trabalho, não descartando a ação mediadora do docente nesse processo.

Na **autoavaliação** o estudante conduzido pelo professor em um exercício metacognitivo pensa sobre seu próprio processo de aprendizagem. Essa prática pode utilizar-se de diferentes instrumentos, por exemplo, o memorial de aprendizagem ou descritivo. Considerando a formação de professores essa prática de avaliação para a aprendizagem por meio da autoavaliação e metacognição (refere-se à capacidade de uma pessoa de prever o próprio desempenho em diversas tarefas. Por exemplo: até que ponto ela é capaz de se lembrar de diversos estímulos, de monitorar seus níveis

atuais de domínio e compreensão). Essas práticas constituem o primeiro passo do caminhar para a prática reflexiva do Pedagogo Libâneo (2010) e (2011).

A avaliação buscará privilegiar a predominância de aspectos qualitativos sobre os quantitativos. A avaliação será processual e contínua, prevalecendo o desempenho do estudante ao longo do curso. Nesta situação, a avaliação tem como características as funções diagnóstica, formativa e somativa.

As avaliações poderão ocorrer por meios de: seminários, trabalhos individuais ou em grupos, testes escritos e orais, dramatizações, demonstrações de técnicas em laboratórios, apresentação de trabalhos finais de iniciação científica; artigos científicos, trabalho final de curso, portfólios, resenhas, autoavaliação, entre outros.

Cada componente curricular deverá propor no mínimo duas avaliações e recomenda-se que nos momentos em que elas ocorram, o(a) professor(a) faça uso de formas e meios diferenciados para contemplar a individualidade e ritmo e os conhecimentos dos estudantes nos encontros presenciais. Fica vedado ao professor submeter o estudante a uma única oportunidade e a um único instrumento de avaliação.

Os resultados das avaliações serão expressos em conceitos A, B, C ou D. Será considerado aprovado o estudante que obtiver os conceitos A, B ou C e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) na unidade/área curricular.

Caso o estudante seja reprovado por conceito ele terá a oportunidade de realizar uma avaliação de recuperação, caberá ao professor de cada componente curricular elaborar tal avaliação.

2.8.2 Plano de Avaliação Institucional

A CPA (Comissão Própria de Avaliação) é instituída pelo SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) e é responsável pela implantação e desenvolvimento de processos de avaliação institucional. Os instrumentos de avaliação (questionários, pesquisas ou outras ferramentas) a serem desenvolvidas pela CPA servirão para o planejamento educacional das as áreas e setores que precisam de melhorias.

Atribuições da CPA do IFPR:

I. Apreciar:

a) o cumprimento dos princípios, finalidades e objetivos institucionais;

b) a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);

c) as políticas de ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão;

d) a responsabilidade social da Instituição;

e) a infraestrutura física, em especial a do ensino, pesquisa, pós-graduação, extensão e biblioteca;

f) a comunicação com a sociedade;

g) a organização e gestão da Instituição;

h) o planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional; e

i) as políticas de atendimento aos estudantes.

II. Analisar as avaliações dos diferentes segmentos do IFPR, no âmbito da sua competência;

III. Desenvolver estudos e análises, visando o fornecimento de subsídios para fixação, aperfeiçoamento e modificação da política da Avaliação Institucional;

IV. Propor projetos, programas e ações que proporcionem a melhoria do processo avaliativo institucional;

V. Participar de todas as atividades relativas a eventos promovidos pelo Conselho Nacional de Educação Superior (CONAES), sempre que convidada ou convocada; e colaborar com os órgãos próprios do IFPR, no planejamento dos programas de Avaliação Institucional.

Pretende-se estabelecer comunicação contínua entre a CPA e os docentes e estudantes do curso de Pedagogia por meio de convites aos membros representantes da CPA do Campus Curitiba para participar eventualmente das reuniões do colegiado do curso.

2.8.3 Avaliação do Curso

Todas as avaliações realizadas na Instituição deverão ser analisadas pelo colegiado do Curso a fim de que melhorias permanentes sejam implantadas.

Para fins de Reconhecimento, no início da segunda metade do Curso, a instituição deverá solicitar junto ao MEC a visita e avaliação.

2.8.4 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

Tanto o Colegiado quanto o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso devem reunir-se periodicamente a fim de avaliar o andamento do Curso propondo melhorias sempre que necessário.

2.9 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio no Curso de Pedagogia será desenvolvido a partir do segundo semestre, com carga horária total de 400 horas, com a seguinte estruturação:
Estágio I – Educação de Jovens e Adultos
Estágio II – Educação Infantil
Estágio III – Anos Iniciais da Educação Básica
Estágio IV – Formação Docente
Estágio V – Gestão Educacional

2.9.1 Convênios de Estágio

Para a consolidação dos estágios o Campus fará convênios com escolas e outros espaços educativos, tanto formais quanto não formais, nas esferas municipal, estadual, federal e particular.

2.10 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso, TCC, compõe o projeto pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia, concebido como um instrumental para o desenvolvimento de competências desejáveis na formação do perfil do pedagogo. O TCC visa desenvolver além da perspectiva de pesquisa na área de educação, a integração entre os componentes curriculares que compõem o currículo. Entende-se

por Trabalho de Conclusão de Curso, o trabalho científico relacionado às diversas áreas relacionadas às ciências da educação.

Inicialmente será organizado por um projeto no qual o estudante demonstrará a sua competência para desenvolver pesquisa, aplicar metodologia apropriada, identificar variáveis relacionando-as e elaborar o texto no gênero discursivo artigo científico evidenciando a conclusão da pesquisa.

Assim o estudante desenvolverá seu TCC a partir da elaboração do problema a ser investigado, posteriormente realizará uma revisão bibliográfica que contribuirá para a sedimentação do conhecimento do estudante, bem como abrirá espaço para a reflexão sobre o tema proposto. Cabe destacar que o rigor metodológico possibilitará a credibilidade da pesquisa, conduzindo o estudante ao alcance de respostas confiáveis ao problema investigado. Pretende-se que, após a conclusão do trabalho, possa-se evidenciar a evolução do estudante, por meio da análise das relações entre as variáveis do objeto de estudo da pesquisa. Para a supervisão do TCC, estão previstas na grade horária do curso em 80 horas no sétimo período, com Metodologias de Pesquisa Pedagógica - TCC I e 80 horas-aula no último semestre do Curso, em Pesquisa Pedagógica - TCC II, onde acontecerão as orientações específicas por projeto, articulando-se com os trabalhos desenvolvidos em todos os semestres juntamente com cada professor(a) orientador(a).

2.11 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares podem ser desenvolvidas nos cursos ofertados no IFPR, bem como em atividades externas ao IFPR.

No âmbito do Curso as Atividades Complementares serão propostas na Matriz Curricular em componentes curriculares semestrais, consistindo também em mecanismos de aproveitamento de conhecimentos, adquiridos pelo estudante, através de estudos e práticas independentes, desde que atendido o prazo mínimo, comprovação por meio de certificado estabelecido pela Instituição, para a conclusão do curso.

2.12 FORMAS DE ACESSO, PERMANÊNCIA

O acesso será realizado por processo seletivo regido pelas normativas institucionais.

As políticas de assistência estudantil institucional pretendem garantir a permanência do estudante até o final do Curso.

2.12.1 Bolsas de Pesquisa, Extensão, Inovação, Inclusão Social, Monitoria e Bolsa-Atleta

A Política de Apoio Estudantil do IFPR compreende o conjunto de ações voltadas aos estudantes e que atendam aos princípios de garantia de acesso, permanência e conclusão do curso de acordo com os princípios da Educação Integral (formação geral, profissional e tecnológica) em estreita articulação com os setores produtivos locais, econômicos e sociais e é posta em prática, através da oferta periódica de vários Programas de Bolsas de Estudos, sendo regulamentada através da Resolução CONSUP Nº 011 /2009 e Nº 53/2011.

Essa Política tem como premissa a respeitabilidade a diversidade social, étnica, racial e inclusiva na perspectiva de uma sociedade democrática e cidadã, pautando-se nos seguintes princípios:

I. Educação profissional e tecnológica pública e gratuita de qualidade;

II. Igualdade de oportunidade no acesso, permanência e conclusão de curso;

III. Garantia de qualidade de formação tecnológica e humanística voltada ao fortalecimento das políticas de inclusão social;

IV. Defesa do pluralismo de ideias com reconhecimento a liberdade de expressão;

V. Eliminação de qualquer forma de preconceito ou discriminação;

São Programas de Bolsas de Estudos do IFPR: o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do IFPR – PIBIC e PIBIC-Jr, o Programa de Bolsas de Extensão – PIBEX e PIBEX - Jr, o Programa de Bolsas de Inclusão Social – PBIS, o PRADI - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do IFPR, o PIBID – Programa de Bolsas de Iniciação à Docência, além do Programa de Auxílio

Complementar ao Estudante – PACE, do PIAP - Programa de Apoio à Pesquisa do IFPR e do Programa de Apoio a Eventos Estudantis, que consiste em oportunizar aos estudantes enriquecimento em sua formação profissional e humanística, através de apoio financeiro ou logístico aos estudantes regularmente matriculados no IFPR para participarem de eventos locais, estaduais e nacionais, de natureza acadêmica, científica, cultural e esportiva. Este programa está regulamentado através da Resolução 65/2010 e é ofertado através de edital, com inscrições ao longo do ano letivo.

O PIBIC está inserido no Programa Institucional de Iniciação Científica (PIIC), que é voltado para o desenvolvimento do pensamento científico e iniciação à pesquisa de estudantes de graduação e integra alguns os programas de iniciação científica de agências de fomento. O PIIC do IFPR é regulamentado através da Resolução CONSUP Nº 11/11.

Este programa tem como objetivos despertar vocação científica e incentivar novos talentos potenciais entre estudantes de graduação, propiciar à Instituição um instrumento de formulação de política de iniciação à pesquisa para estudantes de graduação, estimular uma maior articulação entre a graduação e pós-graduação, contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa, estimular pesquisadores produtivos a envolverem estudantes de graduação nas atividades científica, tecnológica, artística e cultural, proporcionar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa, além de contribuir para a formação científica de recursos humanos que se dedicarão a qualquer atividade profissional. O PIIC do IFPR é regulamentado através da Resolução CONSUP Nº 11/11.

O PIBIC-Jr, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior, é um programa da Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação (PROEPI) destinado a estudantes do Ensino Técnico Integrado, Subsequente e Concomitante, que tem por finalidade despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais nos estudantes mediante sua participação em atividade de pesquisa, orientada por pesquisador qualificado.

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC-EM) do CNPq é um programa dirigido aos estudantes do Ensino Médio e profissional, com foco na criação de uma cultura científica e finalidade de contribuir para a formação de cidadãos plenos, conscientes e participativos, despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais.

O Programa de Bolsas de Extensão (PIBEX e PIBEX Jr), tem por objetivos principais incentivar as atividades de extensão com vistas a produção e divulgação do conhecimento a partir da realidade local, contribuir com a formação do estudante em seus aspectos técnico tecnológico e humano, promover a participação de servidores e estudantes em atividades de integração com a sociedade, incentivar a interação entre o conhecimento acadêmico e o popular contribuindo com políticas, públicas, assim como, colaborar com a articulação entre ensino pesquisa e extensão.

Programa de Bolsas de Inclusão Social – PBIS, consiste em oportunizar aos estudantes, com vulnerabilidade socioeconômica, remuneração financeira como incentivo à participação em propostas acadêmicas, que contribuam com a sua formação. Para a participação no referido programa será considerado, além da avaliação socioeconômica, o risco de abandono, reprovação ou dificuldades de desempenho do estudante no curso.

O estudante poderá participar do Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social através de diversas atividades vinculadas ao ensino, pesquisa, extensão ou ainda àquelas atividades administrativo pedagógicas, tais como: coordenações de curso, bibliotecas, laboratórios, unidades administrativas (tanto nos Campi como nas Pró-Reitorias, Gabinete do Reitor e Assessorias da Reitoria) entre outros, sendo que, em qualquer um dos projetos/propostas ou atividades em que o estudante for selecionado será obrigatória a orientação direta de um responsável docente ou técnico-administrativo. A regulamentação do Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social está expressa na Resolução CONSUP Nº 64/10.

O PRADI - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PRADI) do Instituto Federal do Paraná destina-se a apoiar, com concessão de bolsas à estudantes e auxílio financeiro aos coordenadores, projetos que promovam o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, considerando os aspectos

econômico, social, ambiental e cultural em atendimento às demandas locais e/ou regionais.

O PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, gerenciado pela CAPES, consiste numa iniciativa que visa à qualificação da formação dos futuros docentes e a melhoria da educação básica. Neste sentido o curso de Pedagogia pretende ofertar vagas para discentes bolsistas e vagas para professores supervisores, efetivos do quadro docente de escolas públicas do entorno local e coordenadores institucionais de área.

Com o PIBID o curso consegue proporcionar aos futuros professores a participação em ações e experiências didático-pedagógicas articuladas às orientações das políticas educacionais (LDB, PCN, DCNEM, PCNEM) e à realidade das escolas públicas; desenvolver experiências focadas na prática docente que se orientem para a superação de problemas identificados no processo ensino-aprendizagem de modo a contribuir para a melhoria da qualidade da formação docente na área de pedagogia e; promover, junto aos integrantes do projeto, diálogos que oportunizem a apreensão dos saberes da profissão nas diferentes ações das práticas e das aprendizagens da docência, favorecendo, assim, a coerência entre a formação dos professores e as finalidades da política da educação básica.

O Programa de Auxílio Complementar ao Estudante - PACE está regulamentado pela Resolução da Política de Apoio Estudantil e pela Instrução Interna de Procedimentos Nº 20/PROENS, de 27/02/2012. O PACE objetiva oferecer apoio aos estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais em situação de vulnerabilidade socioeconômica, propiciando recurso financeiro mensal, por meio da oferta de auxílio-moradia, auxílio-alimentação e auxílio-transporte, contribuindo para sua permanência e conclusão do curso.

O PIAP, Programa Institucional de Apoio à Pesquisa, tem por finalidade fomentar projetos de pesquisa desenvolvidos no IFPR, bem como custear atividades relacionadas aos mesmos. Os recursos provenientes desse programa destinam-se a manutenção e melhoria das atividades necessárias ao desenvolvimento da pesquisa proposta podendo ser aplicados em despesas relativas aos projetos de pesquisa contemplados, tais como aquisição de material de consumo e/ou permanente e inscrição em congressos e eventos científicos para apresentação de seus resultados.

2.12.2 Aproveitamento de Estudos Anteriores

Estudos anteriores serão considerados de acordo com a Resolução nº 55/2011 - Organização Didático Pedagógica no IFPR. Os procedimentos serão feitos conforme art.87 a art.90 da Resolução 55/2011.

O aproveitamento de estudos é o resultado do reconhecimento da equivalência de um ou mais componentes curriculares, componente curricular de curso de graduação autorizado e/ou reconhecido cursado no IFPR ou de outra instituição.

A equivalência de estudos, para fins de aproveitamento do componente curricular cursado, somente será concedida:

I. Quando corresponder a no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária e do conteúdo programático da unidade de estudo do componente curricular de curso do IFPR;

II. É vedado o aproveitamento de estudos entre níveis de ensino diferentes (Resolução 55/2011)

Quando se faz necessário, pode-se fazer avaliação teórico-prática acerca do conhecimento a ser aproveitado, conforme artigo 83 da Resolução 55/2011.

Quando dois ou mais componentes curriculares/unidades de estudo cursados forem aproveitadas para um único componente curricular/unidade de estudo de curso do IFPR, a nota a ser registrada será a média aritmética simples das notas dos componentes curriculares considerados.

Quando houver aproveitamento de componente curricular cursado em outra instituição de ensino, no histórico escolar constará como Dispensada – sob o código DI e será registrada no sistema de gestão acadêmica.

O aproveitamento de estudos é da competência do Coordenador de Curso, em conjunto com o docente responsável pelo componente curricular correspondente, quando necessitar de opinião especializada.

No pedido de aproveitamento de estudos o aluno deverá anexar seu histórico escolar e os planos de ensino dos componentes curriculares cursados a aproveitar. No

processo de aproveitamento de estudos será utilizado formulário próprio, conforme modelo disponível na secretaria acadêmica do Campus.

No caso de ingresso como portador de diploma, o acadêmico deverá apresentar, também, o diploma do título obtido em nível superior, em curso reconhecido pelo Ministério da Educação. Para as solicitações de aproveitamento de estudos o coordenador de curso deverá encaminhar à secretaria uma relação com as equivalências dos componentes curriculares dispensados para atualização no sistema de gestão acadêmica (PPC Pedagogia, Palmas, 2018[1]).

2.12.3 Certificação de Conhecimentos Anteriores

Em cumprimento a Resolução nº 55/2011 que dispõe sobre a Organização Didático Pedagógica no IFPR, poderá haver a Certificação de Conhecimentos Anteriores.

2.12.4 Expedição de Diplomas e Certificados

Após a conclusão e aprovação em todos os Componentes Curriculares, segundo a Resolução nº 55/2011 o estudante terá direito ao Diploma de Licenciado em Pedagogia.

2.12.5 Acessibilidade

O Campus Curitiba conta com o trabalho do Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE, visando a inserção e o atendimento aos alunos com Necessidades Educacionais Específicas nos cursos de nível básico, técnico e tecnológico nas Instituições Federais de Educação, a Secretaria de Educação Profissional e

[1] Disponível em: http://palmas.ifpr.edu.br/graduacao/pedagogia/ acesso em 08 de abril de 2018.

Tecnológica (SETEC/MEC) criou o Programa de Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (TEC NEP).

O objetivo é estimular a criação da cultura da "educação para a convivência", "aceitação da diversidade" e, principalmente, buscar a "quebra das barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais" nos Institutos Federais.

As responsabilidades dos coordenadores dos NAPNEs são:

a) Promover ações de sensibilização da comunidade escolar quanto a temática da Educação Inclusiva;

b) Levantar a demanda de Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas na Instituição, comunicando à Direção do Câmpus e à Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação a importância e o tipo de atendimento a ser realizado;

c) Contribuir para a adequação dos Projetos Político-Pedagógicos de modo a contemplar a educação inclusiva, oferecendo informações atualizadas à Direção de Ensino, bem como aos demais gestores do Câmpus;

d) Articular os diversos setores da instituição nas atividades relativas à inclusão, divulgando as ações prioritárias;

e) Participar das discussões relativas a reformas e construção de novas unidades, garantindo a acessibilidade às edificações, aos mobiliários, aos espaços e equipamentos com vistas à mobilidade das pessoas de maneira autônoma e segura, conforme previsto em legislação própria;

f) Estabelecer contato com instituições ou organizações que atendam Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas, visando desenvolver trabalhos em parceria;

g) Divulgar as ações do TEC NEP/NAPNE da SETEC para a comunidade em geral;

h) Representar o NAPNE nas ocasiões em que se fizer necessário.

Quanto à Língua Brasileira de Sinais, esta é ofertada no campus como projeto de LIBRAS do IFPR, a qual visa atender decretos e leis do governo federal. Como sendo uma língua reconhecida no país, a língua brasileira de sinais é reconhecida pela lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e regulamentada pelo decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Determina o artigo 14 do decreto que as instituições federais de ensino garantam às pessoas surdas "acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares

desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior".

O IFPR conta com tradutores e intérpretes de LIBRAS que oferecem apoio aos alunos, possuindo também professor de LIBRAS para capacitação de servidores e professores, além de atendimento à comunidade externa nos eventos promovidos pela IFPR. O Objetivo da equipe é disponibilizar atendimento ao aluno surdo, e criar novas ferramentas para auxílio do professor na inclusão de surdos no IFPR. Orientar a conduta moral e profissional, em conformidade com o Código de Ética da categoria do Intérprete, instituir normas que devem subsidiar o exercício das atividades dos TILS, assegurar o direito linguístico e a acessibilidade das pessoas surdas no ensino superior conforme Lei nº 10.098/2000 e Lei nº 10.436/2002, regulamentadas pelo Decreto nº 5626/2005.

Como a garantia da valorização e o reconhecimento do serviço de tradução e interpretação de Língua Brasileira de Sinais/Português e dos profissionais que realizam essa atividade, assegurar o cumprimento do Código de Ética/Conduta do Tradutor Intérprete de Língua Brasileira de Sinais/Português, e cumprir as determinações legais do Instituto Federal do Paraná.

O Campus Curitiba promove a acessibilidade na infraestrutura e mobiliário conforme a Lei n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 e Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

3. CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

3.1. CORPO DOCENTE

3.1.1 Atribuições do Coordenador

As atribuições dos coordenadores de cursos técnicos e superiores do Campus Curitiba do Instituto Federal do Paraná são determinadas pela Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus.

As principais atividades rotineiras dos Colegiados de Curso e a regulamentação específica de cada atividade, dizem respeito à gestão das atividades de administração (organizar, liderar, planejar e avaliar) dos cursos ofertados no campus.

Tarefas rotineiras do coordenador:

Reuniões com a Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão;

Reuniões do Colegiado;

Reuniões com o Núcleo Docente Estruturante (NDE).

Solicitação de Oferta de Disciplinas: ao final de cada período letivo, em data informada pela Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus, devem ser elaboradas as listas de oferta de disciplinas de cada curso. Cabe ao coordenador do curso solicitar à Secretaria Acadêmica a abertura das disciplinas do seu curso. Outra atribuição importante do coordenador de curso é a de elaborar a prévia da grade horária do semestre (cursos subsequentes e superiores e disciplinas técnicas dos cursos técnicos integrados), submetendo-a para análise e conclusão da Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Solicitação de Documentos dos Professores: ao iniciar cada período letivo (semestre ou ano) os coordenadores deverão receber dos professores que lecionam nos cursos sob sua coordenação os seguintes documentos em arquivo impresso e digital: planos de ensino e plano de trabalho docente. Tais documentos (em arquivo digital) serão encaminhados para a Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão a fim de que sejam analisados e publicados e os documentos impressos deverão ser arquivados pela Coordenação do Curso.

Ao finalizar cada período letivo (semestre ou ano) os coordenadores deverão receber dos professores que lecionaram nos cursos sob sua coordenação a folha de registro de frequência, conteúdos e rendimento dos estudantes, a qual será arquivada junto a Coordenação do Curso e sempre que solicitada deverá ser encaminhada para a Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus.

Matrícula: os coordenadores de curso devem acompanhar o processo de matrícula dos estudantes do seu curso. Caberá a eles analisar as solicitações de matrículas em disciplinas de dependência e a abertura das turmas será feita de acordo com orientações emitidas pela Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão. Essas

informações deverão ser sempre encaminhadas para a Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus quando solicitadas.

Acompanhamento do Rendimento dos Estudantes: Compete ao coordenador e ao Colegiado do curso acompanhar a situação do estudante que se encontre defasado da matriz curricular do curso.

Colação de Grau: o Coordenador deverá prestar atenção especial nas matrículas dos estudantes finalistas, para garantir que os mesmos possam colar grau ao final do período. Para isso devem ser verificados os boletins escolares anuais para detectar alguma pendência. Na data solicitada pela Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus, os coordenadores devem enviar a listagem dos prováveis formandos para a Secretaria Acadêmica a fim de que sejam organizados os documentos necessários para a colação de grau.

Migração de estudantes entre diferentes matrizes curriculares do mesmo curso: para um estudante migrar de uma versão de currículo para outra, o Coordenador deverá encaminhar a Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus, um memorando solicitando a respectiva migração, acompanhado da ata da reunião do Colegiado, onde a questão foi apreciada, e da solicitação do estudante ao Colegiado. Neste processo deve conter o documento que analisa as equivalências das disciplinas já cursadas com as existentes na outra matriz curricular do curso. Esta solicitação deverá ser efetuada antes do início do semestre ou ano letivo em que o estudante irá se matricular.

Reopção ou Remoção de Curso: a reopção de um curso para outro e a remoção no mesmo curso para turno ou local diferente estarão sujeitas a análise da Coordenação dos Cursos e da Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão, considerando a existência de vagas ociosas no curso pretendido e a similaridade entre as matrizes curriculares dos cursos.

Alterações curriculares: toda alteração curricular só poderá entrar em vigor no primeiro semestre letivo de um dado ano. Para que sejam analisadas, os pedidos deverão ser submetidos a Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus até maio do ano anterior a fim de que haja tempo hábil de serem apreciadas pelas instâncias competentes. Ao final de qualquer processo de alteração curricular é necessário informar: 1. A carga horária para integralização curricular. 2. Uma tabela de equivalência entre as disciplinas novas ou alteradas com as disciplinas anteriores. Consideram-se alterações curriculares: mudanças na ementa, na carga horária e na periodização de uma disciplina.

Reformas Curriculares: reformas curriculares completas devem seguir as orientações provenientes da PROENS e da Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus, estando sujeitas aos mesmos prazos que as alterações curriculares. A elaboração do Projeto Pedagógico deverá obedecer as diretrizes curriculares para o curso em questão, que podem ser encontradas na página do MEC (http://www.mec.gov.br).

Acompanhamento de Estágio: os coordenadores de curso serão encarregados de acompanhar os locais de estágios de seus estudantes (estágio obrigatório e estágio não obrigatório), verificando se os estagiários estão realizando as atividades previstas no contrato de estágio. Os coordenadores de curso serão encarregados de buscarem e dar início ao cadastro de locais de estágios obrigatórios seguindo as orientações provenientes das Pró Reitorias e da Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus.

3.1.2 Experiência do Coordenador

Da candidatura para coordenador do Curso de Pedagogia o docente deverá ter obrigatoriamente formação na área de Pedagogia, com mestrado ou doutorado em Educação ou áreas correlatas, e ainda experiência em docência nos diversos níveis e modalidades educacionais, com ênfase na atuação pregressa como docente na

Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental. Na ausência de docente licenciado em Pedagogia poderão credenciar-se para concorrer à eleição pelo colegiado, licenciados de qualquer área desde que tenham mestrado ou doutorado em Educação.

3.1.3 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Composição	**Titulação**	**Formação**	**Regime**
Cíntia Souza Batista Tortato	Doutora	Lic. Pedagogia	DE
Diana Gurgel Pegorini	Doutora	Lic. Pedagogia	DE
Iara Aquino Henn	Doutora	Lic. Pedagogia	DE
Luciana dos Santos Rosenau	Doutora	Lic. Pedagogia	DE
Wesley Soares Guedes de Moraes	Doutor	Lic. Pedagogia	DE
Rosangela Gonçalves de Oliveira	Doutora	Lic. Artes	DE
Gabriela Chicuta Ribeiro	Mestre	Lic. Educação Física	DE

*PORTARIA IFPR CAMPUS CURITIBA Nº 80, DE 04 DE MAIO DE 2022.

3.1.4 Relação do Corpo Docente

Adriano Willian da Silva Viana Pereira	http://lattes.cnpq.br/2889824084193273
Berenice Marie Ballande Romanelli	http://lattes.cnpq.br/4028568485752431
Camilla Damian Mizerkowski Crestani	http://lattes.cnpq.br/5693686824461136
Cintia Souza Batista Tortato	http://lattes.cnpq.br/0225705256573236
Carmen Ballão	http://lattes.cnpq.br/7689036138413559
Cristine Roberta Piassetta Xavier	http://lattes.cnpq.br/8091070374386565
Daniel Bussolaro	http://lattes.cnpq.br/2605697869240673

Diana Gurgel Pegorini	http://lattes.cnpq.br/4539054573323146
Edilson Aparecido Chaves	http://lattes.cnpq.br/0735268396718766
Érika Pessanha	http://lattes.cnpq.br/5525558955503972
Gabriela Chicuta Ribeiro	http://lattes.cnpq.br/8769692303188213
Heliza Colaço Góes	http://lattes.cnpq.br/2927801376024513
Iara Aquino Henn	http://lattes.cnpq.br/8380874786483048
Leandro Rafael Pinto	http://lattes.cnpq.br/7427397870910570
Luciana de Cassia Camargo Pirani	http://lattes.cnpq.br/2614340028871369
Luciana dos Santos Rosenau	http://lattes.cnpq.br/1367717060309019
Maria Helena Viana Bezerra	http://lattes.cnpq.br/2370035338646651
Michele Simonian Dÿck	http://lattes.cnpq.br/6927453357262803
Regiane Pinheiro Porrua	http://lattes.cnpq.br/0638498207877919
Roberto José Medeiros Junior	http://lattes.cnpq.br/3590320225551774
Rosangela Gonçalves de Oliveira	http://lattes.cnpq.br/9100032251562275
Sandra Terezinha Urbanetz	http://lattes.cnpq.br/1967514941253300
Tatiana de Medeiros Canziani	http://lattes.cnpq.br/9289338448314952
Thiago Divardim Oliveira	http://lattes.cnpq.br/2954091467954896
Vanderci Ruschel	http://lattes.cnpq.br/1221545585807388
Vanessa Lopes Ribeiro	http://lattes.cnpq.br/7108030355119454
Wesley Soares Guedes de Moraes	http://lattes.cnpq.br/0292001485417344
Wilson Lemos Junior	http://lattes.cnpq.br/6235929576086675

3.1.5 Colegiado de Curso

O funcionamento do colegiado do curso de Pedagogia está estruturado conforme a Seção VI do Regimento Interno Comum aos Campi: Resolução 08/2014.

Art. 24. Os Colegiados de Curso são órgãos consultivos e deliberativos do Câmpus para assuntos de natureza pedagógica, didática e disciplinar, no âmbito de cada curso, tendo como finalidade o desenvolvimento e fortalecimento dos cursos ofertados, assegurando a participação dos segmentos da comunidade escolar.

Art. 25. Os Colegiados de Curso possuem os seguintes componentes:

I. Os(as) docentes dos componentes curriculares do curso;

II. 01 (um) representante técnico administrativo em educação ligado diretamente ao curso, quando houver;

III. 02 (dois) representantes discentes, de turmas distintas.

Parágrafo único. O Colegiado de Curso será coordenado por um(a) docente e na sua ausência pela Coordenação de Ensino do Campus.

Art. 26. O Colegiado de Curso reunir-se-á ordinariamente com periodicidade mínima bimestral, por convocação da Coordenação de Curso ou, quando houver necessidade, por convocação da Coordenação de Curso ou da Direção de Ensino Pesquisa e Extensão do Câmpus.

Parágrafo único. As proposições e deliberações advindas da reunião do Colegiado de Curso serão lavradas em ata, com a assinatura de todos os membros presentes.

Art. 27. Compete aos Colegiados de Curso:

I. Cumprir e fazer cumprir as normas da instituição para o pleno funcionamento do curso;

II. Propor revisão do Plano de Curso, quando necessário, respeitadas as diretrizes e normas do IFPR;

III. Manifestar-se sobre as formas de admissão e seleção, bem como sobre o número de vagas iniciais, no que lhe couber;

IV. Estabelecer normas internas de funcionamento do curso, respeitadas as diretrizes e normas da instituição;

V. Zelar pelo cumprimento dos Planos de Ensino dos componentes curriculares;

VI. Orientar e acompanhar a vida escolar/acadêmica dos alunos do curso;

VII. Deliberar sobre requerimentos de alunos no âmbito de suas competências;

VIII. Deliberar o horário de aulas do Curso, respeitadas as diretrizes e normas da instituição;

IX. Estudar, na qualidade de relator ou de membro de comissão especial, as matérias submetidas à apreciação do Colegiado, apresentando o relato e a decisão no prazo estabelecido pelo Colegiado ou pela Coordenação;

X. Recepcionar os ingressantes do Curso, orientando-os no que se refere ao funcionamento e organização do IFPR;

XI. Decidir sobre a aprovação ou reprovação de estudantes com dificuldade de aproveitamento nos componentes curriculares, ou em casos específicos que extrapolem a competência didático-avaliativo-pedagógica docente, desde que convocados.

3.1.6 Políticas de Capacitação Docente

A Resolução Nº 48/11, normatiza o Programa de Qualificação e Formação dos Servidores do IFPR no seu artigo primeiro ao artigo quinto. O Programa de Incentivo à Formação Inicial, Continuada e de Qualificação de Servidores Públicos contemplará, quando possível, os seguintes níveis formativos, nas modalidades EaD e presencial:

I. Cursos de Graduação;

II. Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu: aperfeiçoamento e especialização;

III. Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu: mestrado e doutorado;

IV. Estágio Pós-Doutoral;

Outros cursos, estágios, intercâmbios acadêmico-profissionais ou atividades de capacitação, no interesse da Administração.

Além dos programas de Pós-Graduação Stricto Sensu, a formação permanente do corpo docente será objeto de discussão e definição de estratégias formativas, com vistas a atender aos objetivos do curso, devendo ocorrer em semanas pedagógicas, oficinas específicas, participação em eventos formativos institucionais e de realização de estudos acadêmico-científicos de forma continuada.

3.1.7 Plano de Cargos e Salários dos Docentes

O Instituto Federal do Paraná, por situar-se no âmbito da Rede pública Federal de Educação Profissional e Tecnológica, possui um quadro docente constituído a partir de concurso público de provas e títulos. Os profissionais aprovados pelo concurso público ingressam no Plano de Carreira e Cargos do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Lei n. 11.784/2008.

A remuneração docente se constitui dos seguintes componentes:

I. Vencimento Básico;

II. Gratificação Específica de Atividade Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico- GEDBT (art. 116) e

III. Retribuição por Titulação - RT (art. 117)

A carreira docente se divide em seis classes:

- D I, D II, D III, D IV, D V e PROFESSOR TITULAR.

As classes D I, D II e D III contém 4 níveis: 1, 2, 3 e 4.

- A classe D IV contém 1 nível.
- Classe D V contém 3 níveis.
- Professor Titular possui nível único.

A progressão na carreira pode ser dar de duas formas:

1) Progressão funcional por Titulação – O servidor receberá RT (Retribuição por Titulação) equivalente à titulação.

2) Progressão por desempenho acadêmico (progressão por mérito mediante avaliação de desempenho, realizada a cada 24 meses).

3.2 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO	
Nome	**Cargo Efetivo**
Alex Neves Xiv rand Bagnara	Técnico de Laboratório - Prótese Dentária
Allana Camargo Coutinho	Assistente em Administração
Ana Maria de Carvalho	Assistente Social
Ana Paula Teixeira Minari da Rosa	Técnico em Assuntos Educacionais
Andrea Cristine Urbanetz Ribeiro da Silva	Técnico em Contabilidade
Andrey Enrique Santos	Assistente em Administração
Anne Caroline de Oliveira	Pedagogo
Bárbara Rocha Bittencourt Sallaberry	Bibliotecário-documentalista
Bruno Bello	Assistente em Administração
Bruno Coletty	Técnico em Assuntos Educacionais
Caio Augusto Garcia Sampaio Valente	Técnico de Laboratório - Área

Camilla Corso Silveira	Psicólogo
Carlos Alberto Saczk	Assistente em Administração
Cassio Dalponte	Técnico de Laboratório - Área
Danielle Priscila Gamballi Schultz	Assistente de Alunos
Derdried Athanasio Johann	Enfermeiro
Diego de Oliveira Vieira	Auxiliar de Biblioteca
Dirceia Romero Calixto	Auxiliar em Administração
Ed Carlos da Silva	Técnico de Tecnologia da Informação
Edilza Silva dos Santos Chibior	Bibliotecário-documentalista
Elenir Leite Marloch	Assistente em Administração
Eliane Mara Luz	Assistente em Administração
Elisete Lopes Cassiano	Bibliotecário-documentalista
Erica Dias de Paula Santana	Técnico em Assuntos Educacionais
Felipe Pereira Cortiano	Técnico em Contabilidade
Fernanda Konkol Diogo	Assistente em Administração
Fernando Souza de Oliveira Silva	Tecnico de Laboratorio - Sigrh
Flavia Elisabeth da Silva Block	Assistente em Administração
Franciele Braznick	Técnico em Secretariado
Francielle Dvorak	Assistente de Alunos
Francielle Fernandes Brigido	Assistente em Administração
Francisco Roberto Carvalho	Assistente em Administração
Helder Ricardo Marchini	Técnico em Laboratório - Área
Israel Bispo dos Santos	Tradutor Intérprete de Linguagem de Sinais
Ivone Zapotoszek	Assistente em Administração
Jacinto Roberto Vieira de Lima	Técnico de Laboratório - Área
Janice Mayumi Bark Toda	Assistente em Administração
Janielly Maria Rodrigues Monteiro	Contador
Jenifer Caroline Leite	Assistente em Administração
Jocelaine Espíndola da Silva Arruda	Auxiliar em Administração
Juliana Tracz Pereira	Tecnico de Laboratorio - Sigrh
Julianne Neves	Pedagogo
Jusane Oceli Dalmonico	Assistente em Administração
Karina Labes da Silva	Pedagoga

Larissa Lopes Mellinger	Técnico em Assuntos Educacionais
Lauro Barbosa Dias Filho	Técnico de Tecnologia da Informação
Leandro José de Araújo	Assistente Social
Leandro Velloso Albuquerque	Assistente em Administração
Lorenzo Martins Bonicontro	Técnico de Laboratório
Lourdes Andressa Zeizer Sato	Assistente em Administração
Luciana de Cassia Andrade Nakatani	Assistente em Administração
Luiz Custódio	Assistente de Alunos
Magno Antonio Gomes	Assistente em Administração
Maikon de Jesus Costa	Tradutor Intérprete de Linguagem de Sinais
Marianna Angonese Frankiv	Pedagogo
Marilda Pontes Lacerda	Assistente de Alunos
Marli Terezinha Ferreira Becker Gripp	Cozinheira
Nayamim dos Santos Moscal	Auxiliar de Biblioteca
Nilson Dos Santos Morais	Técnico em Contabilidade
Nilton Ferreira Brandão	Analista de Tecnologia da Informação
Patricia Batista Correia	Auxiliar de Biblioteca
Pedro Isaque de Andrade	Técnico de Laboratório - Edificações
Priscila Bittencourt de Queiroz	Assistente em Administração
Reginaldo Ferreira	Técnico de Laboratório - Física
Ricardo Alexandre Pereira	Técnico em Assuntos Educacionais
Ricardo Arruda Sowek	Técnico de Tecnologia da Informação
Rodrigo Tavares Rimolo	Técnico de Laboratório
Roger Fernando de Sá	Auxiliar de Biblioteca
Rogério Domingos de Siqueira	Administrador
Rômulo Souza da Silva	Auxiliar de Biblioteca
Rubens Gomes Correa	Enfermeiro
Sebastião Dambroski	Administrador
Silvio Tacara	Técnico de Tecnologia da Informação
Sirlei Schmitt de Toledo	Auxiliar em Assuntos Educacionais
Susi de Fatima Carvalho da Silva	Auxiliar de Biblioteca
Tais Helena Akatsu	Bibliotecário-documentalista
Tania Gracieli Vega Incerti	Assistente Social

Tania Rodrigues Lisboa	Tradutor Intérprete de Linguagem de Sinais
Tatiane do Rocio Puchalski	Técnico em Contabilidade
Tiago Machado Saretto	Tradutor Intérprete de Linguagem de Sinais
Vivaldo Cordeiro Gonçalves	Bibliotecário-documentalista
Ximena Novais de Morais	Assistente em Administração

3.2.1 Políticas de Capacitação do Técnico Administrativo em Educação

O PDI (2014-2018) aborda as Políticas de capacitação, destacando que a política tem como fundamento legal o Decreto nº 5.707/2006 e a Lei nº 11.091/2005. Ressalta-se que as Políticas de capacitação do Técnico Administrativo em Educação no IFPR em Educação visam ampliar a formação dos servidores, bem como proporcionar melhoria na eficiência do serviço público, tendo como base a qualidade dos processos de trabalho. A Pró-reitoria de Gestão de Pessoas objetiva "planejar, superintender, coordenar, fomentar as Políticas de gestão de pessoas, visando ao alcance das metas e ao cumprimento da missão institucional" (p.315).

3.2.2 Plano de Cargos e Salários dos Servidores Técnico Administrativos em Educação

A Lei nº 11.091/2005, apresenta a estrutura do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativo em Educação, a saber: os cargos do Plano de Carreira são organizados em 5 (cinco) níveis de classificação, A, B, C, D e E, de acordo com o disposto no inciso II do art. 5o e no Anexo II da Lei 11.091/2005 e tem como princípios e diretrizes a/o:

I - natureza do processo educativo, função social e objetivos do Sistema Federal de Ensino;

II - dinâmica dos processos de pesquisa, de ensino, de extensão e de administração, e as competências específicas decorrentes;

III - qualidade do processo de trabalho;

IV - reconhecimento do saber não instituído resultante da atuação profissional na dinâmica de ensino, de pesquisa e de extensão;

V - vinculação ao planejamento estratégico e ao desenvolvimento organizacional das instituições;

VI - investidura em cada cargo condicionada à aprovação em concurso público;

VII – desenvolvimento do servidor vinculado aos objetivos institucionais;

VIII - garantia de programas de capacitação que contemplem a formação específica e a geral, nesta incluída a educação formal;

IX - avaliação do desempenho funcional dos servidores, como processo pedagógico, realizada mediante critérios objetivos decorrentes das metas institucionais, referenciada no caráter coletivo do trabalho e nas expectativas dos usuários; e

X - oportunidade de acesso às atividades de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência, respeitadas as normas específicas.

As atribuições gerais dos cargos do Plano de Carreira estão descritas no art. 8º da Lei 11.091/2005:

I - planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio técnico-administrativo ao ensino;

II - planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades técnico-administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino;

III - executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Federal de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.

Conforme art. 8º da IIP PROENS 02/2017, a Comissão Estruturação de Curso foi composta também por um representante da Seção Pedagógica do Campus.

4. INFRAESTRUTURA

O Campus Curitiba do IFPR possui acessibilidade para estudantes com necessidades especiais de locomoção, comunicação oral e visual. Atualmente é estruturado em dois blocos, o didático e o administrativo. O Bloco Didático possui vinte e duas salas com capacidade média de vinte e cinco estudantes cada, também possui laboratórios de informática de uso comum dos diversos cursos. Também no Bloco Didático está a estrutura pedagógica da Direção de Ensino Sala, e salas de atendimento ao estudante e biblioteca.

4.1 ÁREAS DE ENSINO ESPECÍFICAS

Ambiente	Existente	A construir	Área (m^2)
Salas de aula	22	Não	40
Sala de professores	01	Não	30
Coord. de curso	01	Não	15
Sala de reuniões	01	Não	20

4.2 ÁREAS DE ESTUDO GERAL

Ambiente	Existente	Quantidade	A construir
Biblioteca	Sim	01	Não
Laboratório de informática	Sim	04	Não
Laboratório de física	Sim	01	Não
Laboratório de química	Sim	01	Não
Laboratório de biologia	Sim	01	Não

4.3 ÁREAS DE ESTUDO ESPECÍFICO

Ambiente	Existente	A construir	Área (m^2)
Laboratório de Brinquedoteca	Sim	Uma sala maior	35

4.4 ÁREAS DE ESPORTE E VIVÊNCIA

Ambiente	Quantidade	Existente
Áreas de esportes	03	Sim
Cantina/ Refeitório	01	Sim
Pátio coberto	01	Sim

4.5 ÁREAS DE ATENDIMENTO DISCENTE

Ambiente	Quantidade	Existente
Atendimento psicológico	01	Sim
Atendimento pedagógico	01	Sim
Primeiros socorros	01	Sim
Serviço social	01	Sim

4.6 ÁREAS DE APOIO

Ambiente	Quantidade	Existente
Auditório	01	Sim

Salão de convenção	01	Não
Sala de áudio-visual	01	Sim
Mecanografia	01	Não

4.7 BIBLIOTECA

A Biblioteca IFPR Campus Curitiba tem a finalidade de apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão por meio da aquisição, tratamento técnico, armazenamento, preservação, disseminação e disponibilização de produtos e serviços de informação para a comunidade acadêmica. É um órgão suplementar, subordinado administrativamente à Direção de Ensino do Campus e tecnicamente à Coordenadoria Geral de Bibliotecas (CGB) / PROENS / Reitoria. Conta, até o momento com um total de 10.778 títulos e 32.287 exemplares de diversas áreas. Na área de educação são 646 títulos e mais de 1650 exemplares. Utiliza o Sistema Pergamum que contempla as principais funções de uma Biblioteca que inclui rotina diária com os seus usuários, processo técnico dos livros e controle patrimonial do acervo.

Equipe:

Atualmente a biblioteca conta com 14 servidores, sendo 5 bibliotecários, 6 auxiliares de biblioteca e 3 assistentes em administração.

Horário de atendimento em dias letivos:

De segunda à sexta-feira**:** 07:15 às 21:15 e aos sábados: 08:00 às 14:00

Canais de comunicação:

https://curitiba.ifpr.edu.br/servicos/biblioteca/

Link de consulta ao acervo:

https://biblioteca.ifpr.edu.br/pergamum_ifpr/biblioteca/index.php

e-mail: biblioteca.ctba@ifpr.edu.br

Facebook: https://www.facebook.com/BibliotecaIFPRCuritiba

Instagram: @bibliotecacuritiba_ifpr

YouTube: Biblioteca IFPR Curitiba IFPR

Telefones para contato:
41 3525-1108 (balcão de atendimento)
41 3535-1611 (administrativo)

Serviços Oferecidos:

a) Circulação de material

Permite a retirada de material bibliográfico por prazo pré-determinado. O empréstimo domiciliar é permitido a estudantes, professores e funcionários do Instituto Federal do Paraná. Para este serviço, o usuário deverá apresentar o seu cartão de identificação e/ou um documento oficial com foto e/ou crachá funcional.

b) Empréstimo entre bibliotecas

O usuário pode realizar empréstimos em outras bibliotecas do IFPR, através de malote. Este serviço deve ser solicitado no balcão de atendimento.

c) Ficha catalográfica

Tem o propósito de elaborar ficha catalográfica de teses, dissertações, monografias, livros e outras publicações de autoria institucional. É um serviço prestado pela Seção de Processamento Técnico da Biblioteca.

d) Levantamento bibliográfico

Objetiva prestar atendimento ao usuário, auxiliando na busca, localização e obtenção de informações.

e) Consulta às normas da ABNT

A Biblioteca IFPR Campus Curitiba possui a assinatura das Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas. O acesso à consulta deve ser solicitado às bibliotecárias da equipe.

f) Normalização de trabalhos acadêmicos e publicações institucionais

Auxilia os usuários na elaboração dos trabalhos acadêmicos de acordo com as "Normas para Apresentação de Trabalhos Acadêmicos do Instituto Federal do Paraná", baseadas na ABNT.

g) Serviço de Referência e Treinamento de usuários

Tem objetivo de orientar os usuários na utilização acervo e serviços da biblioteca.

h) Reserva de material

Reserva material que esteja emprestado, caso não haja disponibilidade de nenhum exemplar do livro solicitado pelo usuário.

i) Visita orientada

É a divulgação aos calouros, dos produtos e serviços oferecidos pela biblioteca. A visita deve ser pré-agendada, pelo professor ou coordenador de curso, geralmente no início do ano letivo.

j) Uso do espaço físico / computadores e consulta local do acervo

É permitido ao usuário e ao não usuário (comunidade) a utilização do espaço, a consulta local ao acervo e uso dos computadores da Biblioteca.

k) Empréstimo de chaves e guarda-volumes durante o período de permanência na biblioteca

l) Declarações de Nada Consta (Negativa de Débito)

m) Depósito Legal de Monografias, Teses e Dissertações de docentes e acadêmicos do mestrado ProFEPT

Na área de educação são 646 títulos e mais de 1650 exemplares. Além dos livros a biblioteca disponibiliza os seguintes links:

- Acesso ao Portal Capes
- Normas da ABNT
- Biblioteca Virtual de Educação à Distância
- Reúne links, textos e bases de dados de interesse para a área.
- EDUBASE Selecione "Edubase" Base de dados nacional desenvolvida pela Biblioteca da Faculdade de Educação da UNICAMP. Contém referências bibliográficas de artigos de revistas e outros documentos na área de Educação.
- ERIC
- **Periódicos on-line**
  Scielo
- **Livro Falado**: Livros nacionais e internacionais
  http://www.livrofalado.pro.br/acervo.php
- **Observatório do Ensino Médio**
  (http://www.observatoriodoensinomedio.ufpr.br

O Observatório do Ensino Médio da Universidade Federal do Paraná tem por objetivo reunir estudantes, educadores e pesquisadores dos diversos níveis e modalidades de ensino que tenham interesse em compartilhar ideias, temas e pesquisas sobre ensino médio, juventude, suas relações com a escola e com o mundo do trabalho. Desenvolve atividades de pesquisa e de extensão universitária.

Qual o plano de contingência vigente

No momento não existe um plano de contingência formalizado, entretanto a Biblioteca do Campus Curitiba possui ações incorporadas à sua rotina de trabalho que visam à solução, ou mitigação de situações contingenciais que podem afetar o pleno acesso aos acervos e serviços pela comunidade atendida.

Inclusive algumas dessas ações, são políticas institucionais emanadas pela Coordenadoria Geral de Bibliotecas (CGB) - Pró Reitoria de Ensino (PROENS), e executadas por toda a Rede de Bibliotecas do IFPR, de forma integrada.

Ações contingenciais para o acervo físico

A biblioteca por meio do Sistema Pergamum tem condições de fornecer ao NDE, relatórios que mostrem todo o acervo destinado aos cursos, em títulos e quantidades de exemplares, bem como as estatísticas de uso pelos discentes, o que é uma forma de garantir a avaliação pelo núcleo docente, em relação à qualidade e à adequação do quantitativo da bibliografia.

Contudo, mesmo tendo a possibilidade do monitoramento, especialmente no que diz respeito às quantidades de exemplares, é sabido que de forma momentânea, ocorre que o montante de itens por título pode se mostrar insuficiente para atender todos os estudantes, como em épocas de avaliações e entrega de trabalhos. Por isso, o sistema disponibiliza o serviço de reserva, esse recurso bloqueia a renovação pela mesma pessoa, e promove a equidade nos empréstimos.

No caso ainda de insuficiência de material físico, a Rede de Bibliotecas do IFPR, conta com o acervo digital da Biblioteca Virtual da Pearson (BV Pearson), disponível ininterruptamente por meio da *Internet*. Logicamente não se trata de uma plataforma que traz toda a bibliografia correspondente aos projetos de curso, mas é sem dúvida uma alternativa complementar ao alcance dos estudantes, seja em domicílio ou nas dependências do campus.

A comunidade, além destas opções, pode ainda utilizar o "Empréstimo entre Bibliotecas", o usuário a qualquer tempo tem condições de solicitar pelo Sistema Pergamum, exemplares de interesse de outras unidades de informação do IFPR. Os livros são enviados pelos correios, via serviço de malote.

Mesmo assim, sendo verificada a necessidade de aquisição de mais exemplares de determinados títulos, atualização, substituição de bibliografias oriundas de projetos de curso, ou indicações livres da comunidade, é importante destacar o papel da Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções das Bibliotecas - Portaria nº 25, de 25 de maio de 2021, que tem fundamentado a garantia de recursos para aquisição de acervo bibliográfico (físico e virtual) no IFPR.

É de responsabilidade da Pró-Reitoria de Ensino (PROENS), junto à Coordenadoria Geral de Bibliotecas (CGB), conforme versa a Instrução Normativa Reitoria/PROENS/IFPR nº 1, de 19 de agosto de 2021, assegurar a previsão de recursos para a aquisição de acervo bibliográfico, dentro do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), através do Plano de Gestão Orçamentária (PGO). Ao longo dos anos a dotação vem se confirmando, e já estão previstos recursos no PGO - 2022: Plano de Gestão Orçamentária 2022. Vale lembrar que os valores podem sofrer ajustes.

Cabe ainda informar que, em atendimento à Política de Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos do IFPR, e às normas vigentes como o: Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI IFPR 2019/2023; Lei 10.861/2004 - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), os processos referentes aos pregões de aquisição de acervo tem o seu gerenciamento de riscos realizado no Sistema Ágatha, de forma centralizada pela CGB, essa é mais uma garantia para que os campi realizem a execução orçamentária referente ao acervo bibliográfico, e os cursos possam de forma regular atualizar, ou adequar as suas bibliografias.

No entanto, não podemos deixar de mencionar que a Biblioteca do Campus Curitiba tem um espaço físico limitado, que já se constitui na principal ameaça de manutenção, e ampliação do seu acervo, apesar da contínua fonte de recursos.

Ações contingenciais para o acervo digital

Além da Biblioteca Virtual da Pearson, os recursos digitais no IFPR são compostos pela assinatura completa da coleção ABNT, normas Mercosul e mais 50 normas ISO, e adesão ao Portal de Periódicos da Capes.

A instrução normativa nº 1 de 19 de agosto de 2021, permite que materiais digitais sejam contabilizados na composição das bibliografias dos cursos, mas como a permanência dos selos na BV Pearson sofre mudanças constantes, seguimos realizando a compra de itens físicos, conforme o padrão adotado.

Porém, no caso de haver modificação nessa diretriz da biblioteca, e recursos digitais passem a fazer parte do quantitativo das bibliografias, e fiquem a mercê da dinâmica do descredenciamento das editoras, é possível contornar a situação pois a Coordenadoria Geral de Bibliotecas (CGB), informa tempestivamente às bibliotecas

quando ocorre a saída de selos da Biblioteca Virtual, permitindo adequações necessárias em tempo hábil.

A gestão da BV Pearson e da Coleção ABNT são realizadas pela CGB, o que tem demonstrado um bom controle e solução dos problemas que afetam o acesso pela comunidade do IFPR, pois o contato é realizado diretamente com os fornecedores sendo tratadas questões técnicas, administrativas e de conteúdo dessas bases, o que exime as bibliotecas dos campi desse encargo, possibilitando mais foco no atendimento local.

Também se pode contar com o apoio da Diretoria de TI do IFPR, em situações atinentes à infraestrutura tecnológica para a operação dessas plataformas.

A Rede de Bibliotecas, possui também várias comissões formadas por bibliotecários dos diversos campi, uma delas é a Comissão do Pergamum, esse grupo juntamente com a CGB faz a interlocução com a TI do IFPR, e as empresas fornecedoras, pois tanto a BV Pearson quanto a ABNT, estão integradas ao sistema da biblioteca.

Portanto, uma das atribuições da Comissão do Pergamum é dialogar com os fornecedores de forma técnica, para soluções de problemas, e proposição de melhorias que facilitem e aperfeiçoem a utilização desses recursos. A comissão tem obtido alta resolutividade em assuntos de integração e interface com o Pergamum.

Ações contingenciais referente aos serviços

Os serviços podem ser grandemente afetados quando há falhas de conexão à *Internet* no campus ou no IFPR, pois todos são gerenciados pelo Sistema Pergamum, que opera no formato *web*. Outro fator de relevância, seriam as "quedas" e instabilidades do próprio sistema.

Os principais serviços afetados são: empréstimo, empréstimo entre bibliotecas, devolução, renovação, reserva dos livros, consulta ao acervo e uso do guarda volumes. Quando se trata de problemas na rede local, o campus conta com o setor de TI do campus, da mesma forma se a questão for na rede do IFPR, a Diretoria de TI é acionada para trabalhar na solução.

Se o assunto estiver relacionado ao Sistema Pergamum, a Comissão do Pergamum é mobilizada para contactar diretamente a empresa proprietária do sistema, a PUC-PR, há de se registrar que nessas ocorrências o grupo da comissão tem dado respostas rápidas à Rede de Bibliotecas, e alcançado a resolução em tempo razoável.

Contudo, pelo fato do Sistema Pergamum estar *on-line*, independente da falha de conexão à *internet* ser do campus ou do IFPR, lembramos que o usuário pode realizar: consulta ao acervo, reserva, empréstimo entre bibliotecas e renovação (esse último, no 'Meu Pergamum'), em qualquer local que possua computador com acesso à *internet.*

Ações contingenciais referentes a fatores de risco

Riscos físicos

A biblioteca, possui ar condicionado, e um bom número de janelas e portas de vidros, o que em parte minimiza riscos como o frio ou calor extremo, que podem afetar a integridade do acervo e o bem-estar dos frequentadores. Devido à sua localização não se registra problemas relacionados à insolação solar, vibrações ou radiações ionizantes e não ionizantes, contudo o ruído é um fator limitante, pela proximidade ao refeitório e à áreas de intensa circulação de pessoas.

Riscos biológicos e químicos

Os riscos dessa natureza são mitigados pela proibição do consumo de alimentos e bebidas, exceto água, no interior da biblioteca, o que evita acúmulo de restos atrativos a insetos e roedores. O prédio do campus é periodicamente dedetizado.

A biblioteca passa por limpeza regular, entretanto ainda falta uma rotina de higienização das prateleiras e específica para os livros.

As estantes estão dispostas de modo favorável à circulação e renovação do ar, nenhuma delas, ou expositores se encontram encostados em paredes que acumulam umidade ou bolor.

Como as estantes, e prateleiras são feitas de ferro e tratadas com tinta resistente à oxidação, se mostram como superfícies de fácil higienização, e inócuas em certa medida à proliferação de mofo, ou de pragas.

Roubo e furtos

A biblioteca possui sistema de segurança, é proibida a entrada de pessoas portando bolsas, mochilas, sacolas e similares. Ao final do expediente os servidores realizam o fechamento de janelas e portas.

O campus tem câmeras de monitoramento instaladas, que podem inibir roubos e furtos no prédio como um todo. No turno da noite existe o serviço de segurança e vigilância.

Incêndios

É realizado no final do turno de trabalho o desligamento da maioria dos equipamentos eletrônicos, que permanecem desligados nos finais de semana.

Os livros têm boas condições de armazenamento, sendo que as prateleiras guardam distância segura de canalizações e instalações elétricas.

No interior da biblioteca há extintores, e dispositivos instalados de combate a incêndios do tipo *'sprinkler'.* Os extintores passam por manutenção periódica.

A biblioteca em 2021, foi vistoriada pelo corpo de bombeiros, e há uma previsão de formação da brigada de incêndio do campus. É proibido por lei fumar nos prédios do campus e nas áreas externas.

Inundações/goteiras

Por vários anos a biblioteca sofreu com a entrada de água a toda chuva mais forte que ocorria, por problemas na cobertura, e de vazão na calha em frente à biblioteca, o que exigia o escoamento manual da água do local, que por sorte não causou perdas, ou danos maiores aos livros, mobiliário e bens da biblioteca.

Essa situação da cobertura foi resolvida recentemente, e ao que tudo indica não trará mais o risco de inundação à biblioteca. Como existe uma manutenção dos telhados/forros, não registramos problemas com goteiras.

Quedas de energia elétrica

Nos casos de interrupção da energia elétrica não há muito o que se fazer, pois o campus depende unicamente da rede fornecida pela companhia de energia, o que minimiza em relação aos serviços da biblioteca, é que o Sistema Pergamum pode ser utilizado pelo usuário para realizar: consulta ao acervo, reserva, empréstimo entre bibliotecas e renovação, em qualquer local com computador conectado à *internet.*

Como funciona o acesso dos nossos estudantes a nossa plataforma virtual, o que eles encontram neste ambiente e de que maneira podem explorá-lo

O acesso à Biblioteca Virtual Pearson é realizado de uma forma muito prática, basta estar cadastrado no Sistema Pergamum da biblioteca, pois ambas as bases estão integradas.

Após se cadastrar no sistema da biblioteca, é necessário que o usuário realize o primeiro acesso à BV Pearson, seguindo um tutorial que está disponibilizado no menu da biblioteca, na página do campus, e em outros canais como as redes sociais - https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2022/02/como-acessar-os-e-books-_2022.pdf, ou ainda seguir o vídeo explicativo: https://youtu.be/7env_Wa61BU

O usuário deverá seguir rigorosamente todas as etapas indicadas no tutorial, até chegar na tela de autenticação do Sistema Pergamum, que solicitará o número do usuário que pode ser a matrícula (alunos de ensino médio e superior) ou o CPF (alunos de pós-graduação), e a senha (a mesma utilizada para emprestar os livros físicos). Após essa etapa, o sistema entra no ambiente de cadastro da BV Pearson, no qual a pessoa deverá preencher todas as informações requisitadas, tais como: CPF, nome, sobrenome, e-mail, senha e preferências. Cumprida esta fase, é possível acessar a Biblioteca Virtual diretamente pelo link da base, sem a necessidade de autenticar-se pelo Pergamum.

A BV Pearson reúne mais de doze mil obras (e-books) de diferentes selos editoriais e traz diversos benefícios ao usuário e também à instituição, como:

- Diversidade de acervo para atender aos diversos níveis dos cursos do IFPR;
- Credenciamento EaD, com suporte e treinamento pedagógico específicos;

- Ampliação do acesso ao acervo das bibliotecas para toda comunidade do IFPR e a diminuição da chance de um livro estar esgotado;
- Mobilidade de acesso em qualquer suporte: desktop, tablets e smartphones;
- Recursos interativos: busca avançada, ferramenta de anotações, seleção de livros favoritos, impressão de páginas, download de conteúdos e ferramenta para destacar trechos do conteúdo;
- Acessibilidade: integração com softwares de acessibilidade para acesso às pessoas cegas;
- Sala Virtual: espaço digital integrado com o livro, onde é disponibilizado material de apoio específico para docentes e estudantes.

Quais os critérios para aquisição/atualização dos títulos das bibliografias adotados pela nossa instituição

Os critérios adotados pelo IFPR, para aquisição e atualização dos títulos das bibliografias, estão dispostos na Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções das Bibliotecas do IFPR - Portaria nº 25, de 25 de maio de 2021, e na Instrução Normativa Reitoria/PROENS/IFPR nº 1, de 19 de agosto de 2021, que estabelece normas para execução da política, segue trecho compilado da instrução:

Art. 2º O processo de seleção de bibliografias básicas e complementares ocorre a partir da elaboração das ementas dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs), cuja responsabilidade é do Núcleo Docente Estruturante (NDE) de cada curso. Este fluxo deve observar a Instrução Normativa (IN) vigente que dispõe sobre a oferta de cursos técnicos de nível médio e cursos de graduação no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná e seguir, obrigatoriamente, os seguintes critérios:

XI - A quantidade de referências para cada ementa do mesmo PPC deverá conter, no mínimo, três títulos de bibliografia básica, sendo a proporção mínima de dois terços em suporte físico, considerando-se um exemplar para cada cinco vagas anuais pretendidas/autorizadas;

XII - A quantidade de referências para a bibliografia complementar deverá ser de, no mínimo, quatro títulos e dois exemplares para cada título, independente do suporte (físico e/ou eletrônico/virtual);

A respeito das quantidades, a biblioteca tem seguido o padrão de adquirir: **5** exemplares de títulos da bibliografia básica, e **2** exemplares para a bibliografia complementar, independente se estão ou não disponíveis na BV Pearson. Quando o livro é importado adquirimos 1 exemplar. Além disso, quando é observado que o livro é muito requisitado pelos discentes e/ou há solicitação do colegiado do curso para adquirirmos em maior quantidade, na medida do possível, são comprados mais exemplares para atender a demanda.

A biblioteca IFPR Campus Curitiba tem a finalidade de apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão por meio da aquisição, tratamento técnico, armazenamento, preservação, disseminação e disponibilização de produtos e serviços de informação para a comunidade acadêmica. É um órgão suplementar, subordinado administrativamente à Direção de Ensino do Campus e tecnicamente à Coordenadoria Geral de Bibliotecas (CGB) / PROENS / Reitoria.

O sistema de gerenciamento adotado pelas Bibliotecas IFPR é o Pergamum e a classificação utilizada para organizar o acervo é a CDD - Classificação Decimal de Dewey, que organiza todo o conhecimento em dez classes principais.

Em agosto de 2022 conta com um acervo de **13.043** títulos e **37.672** exemplares das mais diversas áreas de conhecimento, sendo **544** títulos e **1811** exemplares relacionados ao PPC do curso Licenciatura em Pedagogia.

Para além das bibliografias contidas nas ementas curriculares, com o intuito de enriquecer e diversificar o acervo físico com materiais de interesse dos usuários, a biblioteca adquire outros títulos de leitura diversos e disponibiliza um formulário on-line.

Quantitativo de livros adquiridos nos últimos 3 anos para o curso de Pedagogia:

PEDAGOGIA **IFPR Campus Curitiba**	
QUANTIDADE DE EXEMPLARES ADQUIRIDOS PELA BIBLIOTECA IFPR CURITIBA	ANO
101	2018
569	2020
234	2021

Indicação de títulos complementares:

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfP7mzRGRoY4gT_d0gImn7B4oU4Yg9pWwcApNDSEw9TPCJdXA/viewform, no qual, a comunidade faz a indicação de títulos, sem restrição de área de conhecimento ou gênero literário.

5. PLANEJAMENTO ECONÔMICO FINANCEIRO

ANO	INVESTIMENTO NECESSÁRIO (R$)	
	CUSTEIO	CAPITAL
2019	R$ 31.129,30	----------
2020	R$ 31.129,30	R$ 20.000,00
2021	R$ 31.129,30	
INVESTIMENTO TOTAL	R$ 42.258,60	
	R$ 155.643,50	

**Dados de 2017 (Conforme PAC de abertura de curso)*

5.1 EXPANSÃO DO QUADRO DOCENTE

O Campus conta atualmente com os professores necessários para o desenvolvimento do Curso necessitando apenas que se garanta a substituição dos docentes que se aposentarem.

5.2 PROJEÇÃO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE E CONSUMO

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO OU EQUIPAMENTO	QUANTIDADE	VALOR ESTIMADO (TOTAL - R$)
Sala para brinquedoteca	1	R$ 20.000,00
Brinquedoteca Educação Infantil	1	R$ 16.129,30
Brinquedoteca Ensino Fundamental	1	R$ 16.129,30
Livros	120	R$ 103.384,90
INVESTIMENTO TOTAL		R$ 155.643,50

**Dados de 2017 (Conforme PAC de abertura de curso)*

5.3 PROJEÇÃO DE AQUISIÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO

Não se aplica, a aquisição de livros já foi realizada e a atualização está em análise e discussão no campus.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DURAND, Micheleine-Joanne; CHOUINARD, Roch. **L'Évalyation des aprentissages: de la planification de la démarche à la communication des resultats**. Édition Marcel Didier: Montréal, 2012.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar: respeitar primeiro, educar depois**. 4.ed. Editora Mediação: Porto Alegre, 2013.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Formativa ou Avaliação Mediadora.** Porto Alegre. Mediação 2011.

IFPR. **Plano de Desenvolvimento Institucional –** PDI 2014/2018 - IFPR. PDI: 2014 a 2018. Curitiba: IFPR, 2018. Disponível em: https://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2013/12/PDI-2014-2018.pdf

KENSKI, Vani Moreira. **A vivência escolar dos estagiários e a prática de pesquisa em estágios supervisionados.** IN: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes [et all]; PICONEZ, Stela C. Bertholo (Coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado. Campinas-SP: Papirus, 1991.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições**. 22.ed. Cortez: São Paulo, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos pra quê?**12.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. Ainda as perguntas: o que é pedagogia, quem é o pedagogo, o que deve ser o curso de Pedagogia. In:PIMENTA, Selma Garrido. Org. **Pedagogia e Pedagogos:caminhos e perspectivas**.3 ed. Cortez: São Paulo, 2011. p.63-100.

MACHADO, Nilson José. **Epistemologia e Didática.** 5. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1995. v. 1. 320p.

NÓVOA, António. **Formação de professores e profissão docente.** In:___ (Org.). Os Professores e a sua Formação. Lisboa: Nova Enciclopédia, Publicações Dom Quixote, 1995.

PARO, Vitor Henrique. **Escritos sobre educação.** 1. ed. São Paulo: Xamã, 2001. v. 1. 150p .

PINHO, Angela. **Educação: 20% dos futuros professores no Brasil têm "nota vermelha".** Folha Uol, 28/11/2016. Disponível no link: https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/11/1836190-20-dos-futuros-professores-no-brasil-tem-nota-vermelha.shtml

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 10. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2008. 160 p. (Coleção educação contemporânea).

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofía de la praxis**. México: Fondo de Cultura Económica, 1967.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. **Virando a escola do avesso por meio da avaliação**. 2. ed. Papirus: Campinas, 2009.

LINKS LEGISLAÇÃO

BRASIL/MEC. PARECER CNE/CP Nº: 2/2015. Diretrizes Curriculares

BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024.

CNE/CP nº. 01/2012

Decreto nº. 4.281/2002

Decreto nº. 5.626/2005

IFPR. PORTARIA Nº 50, de 14 de julho de 2017. Avaliação

IFPR. RESOLUÇÃO Nº 08/11. Institui o Núcleo Docente Estruturante

IFPR. RESOLUÇÃO Nº 19/17. Política Institucional de Formação Docente

IFPR. RESOLUÇÃO Nº 55/11. Organização Didático-Pedagógica

Lei nº. 11.645/2008

Lei nº. 9.503/1997

Lei nº. 9.795/1999

Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002

Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003

Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003

Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012

Nota Técnica nº 24 CGDH/DPEDHUC/SECADI/MEC

Parecer CNE/CP nº 8, de 06/03/2012

PDI 2014/2018 – IFPR. Plano de Desenvolvimento Institucional

Resolução CNE/CP nº. 02/2012

Resolução CNE/CP nº 01/2004

APÊNDICE A - Normas de Estágio

O Pedagogo formado no IFPR terá como elemento norteador de sua formação a reflexão e a pesquisa, as quais perpassam todas as disciplinas, embora estejam mais objetivamente presentes nas disciplinas de Estágio. Este perfil de Profissional Pesquisador permitirá que nossos estudantes atuem como pedagogos em diferentes espaços, compreendendo a natureza dos mesmos e adotando as formas mais adequadas de gestão e organização do trabalho pedagógico, seja na escola ou em outros espaços educativos. Para tanto o Estágio seguirá a seguinte organização:

Componente Curricular	Núc	Tipo	CH	Sem
Estágio I – Educação de Jovens e Adultos	3	ES	80	2º
Estágio II – Educação Infantil	3	ES	80	3º
Estágio III – Anos Iniciais da Educação Básica	3	ES	80	4º
Estágio IV – Formação Docente	3	ES	80	5º
Estágio V – Gestão Educacional	3	ES	80	6º

Cabe ressaltar que a disciplina de Estágio, sempre articulada às demais disciplinas do curso, pode e deve fomentar a reflexão sistemática acerca do trabalho do pedagogo no contexto atual, suas possibilidades e limites na realidade educacional brasileira.

O estágio supervisionado é um conteúdo profissionalizante, e permite ao estudante o acesso, durante todo o Curso, com as diversas realidades de atuação do Pedagogo. Por meio desta oferta pretende-se desenvolver de maneira incisiva o profissional da educação enquanto um profissional pesquisador, não apenas acadêmico, mas um "investigador preocupado em aproveitar as atividades comuns da sala de aula e delas extrair respostas que orientem sua prática pedagógica com estudantes" (KENSKI, 1991,p 41) ao mesmo tempo em que, junto ao Curso, investigue e discute teoricamente a realidade observada/investigada. A escola e o ensino formal serão privilegiados durante a organização dos projetos de Estágio, posto ser esse espaço o espaço privilegiado para a formação do professor e do gestor. Entretanto o investigador que pretendemos formar poderá atuar em todos os espaços educacionais públicos e privados da educação formal e não formal.

Esta atitude investigativa deve "tornar o estudante consciente de que suas práticas em sala de aula refletem não apenas o grau de aquisição teórica obtido, mas, entre outras coisas, a forma com que, como estudantes, principalmente durante a infância, foram marcados pela sua vivência escolar" (KENSKI, 1991,p 41), portanto o desenvolvimento da Estágio passa pela tomada de consciência individual e coletiva do que é ser professor e pedagogo, suas possibilidades e seus limites, suas perspectivas profissionais, constituindo sua identidade profissional e não apenas representando papéis.

Ao realizar o curso de Pedagogia o estudante irá discutir e refletir sobre o fenômeno educativo em suas mais diversas modalidades, ofertas, e formas de organização. A discussão e a reflexão acontecerão em todos os componentes curriculares do curso articulando-se de forma permanente ao Estágio fundamentando o trabalho deste estudante em campo, nas dimensões sociais, políticas e pedagógicas.

No Estágio o estudante conhecerá e poderá propor soluções para os desafios cotidianos da profissão através de projetos, obtendo experiência através de contatos com a realidade escolar, de instituições escolares, empresariais, hospitalares, ONG'S etc.

O Estágio possibilita o exercício profissional prévio que permitirá ao estudante a obtenção do diploma universitário que confere seu título definitivo. Assim é etapa fundamental de profissionalização do estudante, portanto deve ser realizado em ambientes reais de trabalho. As atividades de Estágio pretendem também apontar para possíveis atividades de extensão, visto que por meio destas, o estudante passa a interagir com a comunidade em geral, contribuindo de maneira significativa para o desenvolvimento de todos os envolvidos no processo.

A matriz curricular do Curso inclui o Estágio como uma disciplina articuladora da formação prevista, através das disciplinas ministradas e projetos desenvolvidos em cada período atendendo a determinações legais do CNE - Conselho Nacional de Educação - que dispõe sobre o estágio supervisionado. Esta disciplina estará pautada em preceitos éticos e sociais de preservação das identidades pessoais e profissionais não autorizadas para divulgação. Os campos de estágio serão identificados pelos professores e estudantes, que deverão assinar o termo de compromisso modelo do IFPR.

Em todos os períodos a exigência da frequência é total, ou seja, o estudante não poderá faltar em nenhuma das atividades, salvo em casos previstos na legislação, a fim de que se cumpra a carga horária exigida.

Ainda sobre estágios, cabe acrescentar que o estágio curricular não obrigatório, segundo a Lei 11.788 /08, é opcional para o estudante.

APÊNDICE B - Normas TCC

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Dispõe sobre normas e procedimentos do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Licenciatura em Pedagogia, do Campus Curitiba, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná e dá outras providências.

A Coordenadora do Curso de Pedagogia do Campus Curitiba, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, no uso da competência que lhe confere a Portaria IFPR nº 211 de 18 de março de 2021, publicado no Diário Oficial da União, Seção nº 2, do dia 19 de março de 2021, seção 2, página 20,

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem os seguintes princípios:

I. aprofundamento teórico-conceitual na formação na área da pedagogia, assim como, a inserção na produção acadêmico-científica, tecnológica, filosófica e artística para a apropriação da pesquisa;

II. consolidação da formação do pedagogo, em uma perspectiva teórico/prática, com base nas teorias críticas, em uma dinâmica de práxis transformadora perante os desafios e necessidades da sociedade contemporânea;

III. contribuições nos avanços da ciência da pedagogia, nas linhas que se constroem e consolidam a pesquisa na área, consolidando o compromisso social e transformador, na elucidação de problemáticas vivenciadas nos campos da práticas curriculares da educação formal e não formal;

IV. promoção da relação de indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão a partir dos documentos oficiais do Instituto Federal do Paraná (IFPR);

V. valorização das diversas dimensões da ciência da pedagogia nos aspectos históricos, sociológicos, econômicos, culturais, artísticos, filosóficos no diálogo interdisciplinar, sem perder de vista as especificidades dos objetos de estudo;

VI. construção de objetos de pesquisa voltados para área da pedagogia, no movimento interdisciplinar, que exige a formação do pedagogo para aprofundamento e elucidação da pesquisa nos princípios das ciências humanas e sociais.

CAPÍTULO II

DO CARÁTER DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 2º. O TCC é um componente curricular obrigatório do curso de Licenciatura em Pedagogia, oferecido pelo IFPR/Curitiba e de caráter obrigatório na integralização do curso.

Art. 3º. O TCC visa promover a capacidade de investigar e delinear objetos de pesquisa, apropriando-se da metodologia científica, da elucidação e formulação teórica, assim como, da identificação e proposição de elementos, como contribuições para a elaboração da ciência da pedagogia.

Art. 4º. Na matriz curricular está previsto o estudo e pesquisa em dois componentes curriculares: Metodologias de Pesquisa Pedagógica - TCC I, no sétimo semestre do curso; e Pesquisa Pedagógica - TCC II, no oitavo semestre do curso.

Art. 5º. No início do componente curricular: Pesquisa Pedagógica - TCC II, no oitavo semestre do curso será realizado relato dos objetos de

investigação e o estudante indicará três possíveis nomes de orientadores, com estudos e pesquisas de aderência ao tema. As distribuições de orientações serão organizadas pelo professor coordenador do componente curricular, com consulta prévia de disponibilidade de tempo e aderência ao tema dos docentes para serem orientadores, a serem aprovadas no Núcleo Docente Estruturante de Curso (NDE) e Colegiado de Curso.

Art. 6º. O TCC é o critério final de avaliação do estudante, o qual deverá apresentar o trabalho contemplando os seguintes elementos:

I. introdução: cinscuntanciamento do objeto de estudo, problema e delimitação do tema, objetivos, relação pesquisador e objeto, método de pesquisa, referencial teórico e algumas generalizações;

II. desenvolvimento: revisão de literatura, interpretação de dados discussão/análise do objeto/tema;

III. considerações: sistematização dos elementos discutidos, proposições (mesmo que provisórias para a problemática) e possíveis sugestões para trabalhos futuros;

IV. referências bibliográficas: as normas que se referem a trabalhos acadêmicos do IFPR deverão permear todo o trabalho tendo como referência as normas da ABNT vigentes.

Art. 7º. Na disciplina de Pesquisa Pedagógica - TCC II o acadêmico será avaliado pelos seguintes critérios:

I. apropriação teórico-conceitual das categorias;

II. capacidade de análise, síntese e sistematização do conhecimento.

III. arguição com organização e clareza na exposição das ideias (oral e escrita);

IV. exposição teórico/metodológica;

V. Uso de referências de obras e/ou autores que complementam adequadamente a argumentação e exposição de ideias.

VI. uso adequado das normas de elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos do IFPR (e normas da ABNT);

VII. utilização de termos adequados (linguagem formal e acadêmica);

VIII. domínio da Norma Culta da Língua Portuguesa, coerência, coesão e objetividade.

Art. 8º. A avaliação será realizada a partir dos seguintes instrumentos: projeto de investigação; apresentação de projeto em banca de qualificação; apresentação do trabalho final em banca examinadora, considerando os critérios do Art. 6º; entrega do trabalho final em arquivo em pDF para alocação no repositório digital, admitindo conceitos A, B, C ou D, sendo o conceito D insatisfatório para a aprovação.

Parágrafo único: O repositório é a base de dados online que reúne de maneira organizada, a produção científica dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus Curitiba, na página do IFPR, Campus Curitiba: https://curitiba.ifpr.edu.br/cursos-superiores/licenciatura-em-pedagogia/

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 9º. São atribuições do Colegiado de Curso de Pedagogia:

I. aprovar os temas de investigação e os respectivos docentes orientadores;

II. organizar e aprovar o cronograma para entrega e socialização dos TCCs.

Art 10. São atribuições da Coordenação do Curso de Pedagogia:

I. homologar lista dos temas e respectivos docentes orientadores de TCC;

II. homologar a listagem de acadêmicos por orientador;

III. homologar o cronograma de bancas, entrega e socialização dos TCCs;

IV. acompanhar o cumprimento das orientações realizadas, bem como frequência de estudantes a sessões de orientação;

V. articular-se com o Colegiado de Curso e docente coordenador do componente Pesquisa Pedagógica - TCC II para compatibilizar diretrizes, organização e desenvolvimento dos projetos de investigação;

VI. convocar, juntamente ao docente coordenador do componente de Pesquisa Educacional - TCC II sempre que necessário, os orientadores para discutir questões relativas à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação dos TCC's;

VII. divulgar, através de edital, o cronograma com os prazos a serem cumpridos durante o processo de realização do TCC.

Art. 11. São atribuições do professor coordenador de Pesquisa Pedagógica - TCC II:

I. o professor coordenador de Pesquisa Educacional - TCC II será docente do núcleo duro da área de Pedagogia, nominado na matriz curricular do curso;

II. organizar a distribuição dos projetos para os docentes orientadores de TCC em consonância com este regulamento, disponibilidade de tempo e aderência aos temas de pesquisa;

III. acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos;

IV. mediar as relações entre estudantes e docentes-orientadores;

V. programar a metodologia do componente organizado em: orientações iniciais com indicação bibliográfica geral sobre pesquisas na área; organização de bancas de qualificação dos projetos, *templates* de apresentação do projeto e trabalho final. Realizar orientações sobre documentação (atas, fichas de avaliações, entrega dos trabalhos finais para arquivamento);

VI. organizar cronograma com as datas dos encontros gerais do componente de Pesquisa Educacional - TCC II ;

VII. organizar junto aos orientadores o cronograma das bancas examinadoras de apresentação do TCC;

VIII. divulgar cronogramas de bancas de apresentação dos TCCs;

IX. encaminhar a divulgação dos resultados dos TCCs a Secretaria Acadêmica;

X. definir estratégias de divulgação e reconhecimento dos trabalhos na comunidade interna e externa;

XI. analisar pedidos de mudança de orientador, apresentar a coordenação e colegiado de curso;

XII. elaborar editais com os prazos a serem cumpridos durante o processo de realização do TCC;

Art. 12. São atribuições do docente orientador:

I. tomar ciência deste regulamento;

II. delimitar junto com orientando que o tema escolhido seja um assunto ao qual o acadêmico possua afinidade e que seja da área da pedagogia;

III. acompanhar o orientando no planejamento e na escrita do TCC;

IV. orientar o acadêmico na discussão e organização material de pesquisa, análise e escrita e organização do texto;

VI. orientar o estudante na organização da apresentação oral do TCC;

VII. escolher juntamente ao acadêmico os membros da banca examinadora e enviar-lhes carta convite oficial;

VIII. informar os membros da banca examinadora, por via de ofício impresso e eletrônico ao professor coordenador do componente curricular Pesquisa Pedagógica - TCC II;

IX. assegurar que o acadêmico encaminhe as versões finais impressas e PDF dos TCCs para as bancas examinadoras, com um prazo de, no mínimo, 15 dias de antecedência, contando a partir da data de postagem, quando enviado pelo correio;

X. assegurar a entrega do trabalho final em PDF para arquivamento no repositório digital;

XI. enviar ao docente coordenador do componente de pesquisa pedagógica - TCC II, data e horário da banca de apresentação do TCC, a frequência e avaliações realizadas constando os conceitos I e II e o conceito final;

XII. comunicar por escrito ao docente coordenador do componente de pesquisa pedagógica - TCC II qualquer problema de desistência ou incompatibilidade na orientação o mais rápido possível.

XIII. conferir as correções, quando indicadas pela banca. O orientador envia ao docente coordenador do componente de pesquisa pedagógica - TCC II para alocar no repositório digital.

Art. 13. São atribuições do acadêmico orientando:

I. conhecer este Regulamento, as normas e suas atribuições;

II. definir a problemática, delimitar a temática e forma de execução do TCC, em concordância com o professor orientador;

III. organizar e realizar o plano de trabalho, a ser elaborado em conjunto com o professor orientador;

IV. participar das aulas coletivas e das sessões de orientações estabelecidas no quadro de horário do curso, sendo contabilizada a frequência obrigatória;

V. encaminhar ao Comitê de Ética os projetos que precisam da aprovação deste órgão;

VI. entregar, dentro do cronograma estabelecido, ao docente orientador, os documentos pertinentes às produções necessárias no processo de elaboração do TCC;

VIII. apresentar oralmente seu projeto de pesquisa em seminários de socialização, bancas de qualificação e de apresentação do TCC;

IX. entregar, dentro do cronograma estabelecido, ao professor orientador do TCC, duas ou três cópias impressas simples do TCC e em PDF a ser submetido à banca examinadora final;

X. entregar trabalho em cópia digital para o orientador conferir as correções, quando indicadas pela banca. O orientador envia ao docente coordenador para alocar no repositório digital.

XI. comunicar por escrito ao docente coordenador do componente de pesquisa pedagógica - TCC II qualquer problema de desistência ou incompatibilidade na orientação o mais rápido possível.

CAPÍTULO III

DA NATUREZA E DOS OBJETIVOS DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 14. O TCC será apresentado no formato de artigo científico.

Art. 15. O trabalho consiste em pesquisas que abordam problemáticas e temáticas relevantes para a formação do licenciado em pedagogia. Como tal poderá ser uma pesquisa, conduzida individualmente, devendo resultar em artigo científico.

Art. 16. O Trabalho de Conclusão de Curso é o resultado de desenvolvimento de pesquisa acadêmica de estudante, que cursou ou realizou aproveitamento de estudos nos componentes curriculares Metodologias de Pesquisa Pedagógica - TCC I, e Pesquisa Pedagógica - TCC II, que tem como objetivos principais:

I. apropriar-se dos processos e métodos de pesquisa das ciências da pedagogia na inter-relação com as ciências humanas e sociais, como meio para a resolução de problemas;

II. desenvolver a prática social e acadêmica da escrita de trabalhos científicos com o emprego de linguagem adequada a textos de caráter técnico-científico;

III. desenvolver a arguição para expor um trabalho em público, defendendo suas propostas e trabalho perante bancas examinadoras;

IV. intensificar a relação com os campos da pedagogia na relação entre a instituição e as instituições de educação formal e não formal locais;

V. estimular a construção do conhecimento coletivo e formas de difusão para toda a sociedade como acesso à democratização do conhecimento;

Art. 17. O TCC deverá ser organizado conforme as normas mais recentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);

Art. 18. O TCC possui como objetivos específicos:

I. desenvolver a capacidade de análise e participação na ciência por meio dos conhecimentos científicos, tecnológicos, filosóficos e artísticos apropriados durante o curso, por meio da execução de um trabalho final;

II. apropriar-se do processo e interesse pela pesquisa e ensino;

III. corroborar na formação crítica, integral e humanizada do licenciando em Pedagogia.

CAPÍTULO IV

DA OFERTA DE TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 19. O Núcleo Docente Estruturante juntamente ao Colegiado do Curso deverá aprovar a distribuição de orientandos entre os docentes orientadores, com base nas linhas de pesquisa dos docentes do curso ou aderências aos temas.

Art. 20. Após a efetivação das matrículas no TCC, os acadêmicos participarão de encontros gerais iniciais com o professor coordenador do componente curricular de Pesquisa Pedagógica - TCC II. Irão sugerir possíveis docentes-orientadores. Após as sugestões, serão organizados os contatos, para averiguar a disponibilidade de orientações por docentes com aderência às problemáticas/temas de pesquisa. Após esse trâmite, se dará início a construção e qualificação do projeto de investigação para apresentar em banca de qualificação e de Trabalho de Conclusão de Curso.

Art. 21. No projeto deverá constar os elementos mínimos e obrigatórios:

I. tema;

II. problema;

III. apresentação do objeto;

IV. objetivos geral e específicos;

V. referencial teórico;

VI. metodologia;

VII. cronograma ;

VIII. referências bibliográficas.

Art. 22. O trabalho final é formato de artigo científico, com base nas seguintes regras, as quais poderão ser acessadas no link: https://docs.google.com/document/d/1wYkxQgctWD_ImHUlJikE8NGvpdzy1bBU/edit?usp=sharing&ouid=113226519912692344831&rtpof=true&sd=true

Art. 23. As bancas de qualificação e apresentação do trabalho final de TCC serão agendadas no horário previsto no semestre para as aulas do componente de pesquisa pedagógica - TCC II, para que todos os estudantes possam participar.

CAPÍTULO V

DA DURAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 24. O tempo de duração do TCC, seguirá a oferta dos componentes referentes no calendário acadêmico dos referidos semestres.

CAPÍTULO VI

DO ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÃO DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 25. Será permitido a cada docente orientador acompanhar um máximo de 03 (três) orientandos.

Art. 26. O docente orientador e o coorientador são docentes que ministram aulas no curso.

Parágrafo único: Em caso de não haver docentes com disponibilidade para orientação, poderão ser convidados docentes do quadro de servidores do IFPR, desde que pesquisador, com aderência ao objeto de pesquisa, com aprovação do NDE e Colegiado de Curso.

Art. 27. O acompanhamento dos acadêmicos nos projetos finais será feito pelo docente-orientador, observando-se sempre a vinculação entre a pedagogia, a temática de pesquisa na qual será desenvolvido o projeto e a área de atuação deste docente.

Art. 28. As orientações dar-se-ão durante encontros agendados conforme disponibilidade do orientador e do orientando, com periodicidade quinzenal, de no mínimo uma hora, no semestre letivo, previsto no cronograma de aulas para elaboração de TCC, com ficha de frequência assinada pelo orientador e orientador.

Art. 29. O docente coordenador do componente curricular Pesquisa Pedagógica - TCC II, poderá solicitar aos docentes-orientadores relatórios sobre os projetos, nos quais deverá constar uma breve descrição das etapas vencidas do cronograma proposto, o estágio atual de desenvolvimento e as possíveis alterações que se fizerem necessárias.

Art. 30. Não é obrigatória a coorientação. Mas, será permitida a coorientação desde que seja docente no curso de Licenciatura em Pedagogia, com adesão a área e tema de pesquisa do TCC. Só será permitida a participação de coorientador, desde o início das orientações, quando da distribuição das orientações no componente de pesquisa pedagógica - TCC II, respeitados os pré-requisitos nos termos deste regulamento, sendo que se segue os mesmos trâmites e critérios para docentes orientadores.

Art. 31. O coorientador participará da banca junto com o orientador, que presidirá o ato, sendo que não poderá ser parte dos membros convidados para avaliar. Em caso de algum impedimento do orientador em relação à presidência da banca examinadora, o coorientador poderá presidir o ato.

CAPÍTULO VII

DA AVALIAÇÃO/APROVAÇÃO DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 32. A avaliação do TCC é composta de apresentação escrita de artigo científico indicado no Art. 21 deste regulamento, com defesa oral diante de uma banca examinadora:

I. composta pelo docente orientador e/ou coorientador, um membro avaliador docente do curso de Licenciatura em Pedagogia e um avaliador convidado, que poderá ser um docente pertencente ou não à Instituição convidado, que pertença à área do trabalho, licenciado, com experiência e atuação em cursos superiores ou pesquisador relacionado ao tema.
II. os membros da banca devem possuir título mínimo de especialista, com aderência ao tema.
III. o trabalho, em sua versão final, em que deve constar o nome dos docentes componentes da banca examinadora, deverá ser entregue, em três vias impressas e em PDF, com uma antecedência de, no mínimo, 15 (quinze) dias da data da defesa oral.

Art. 33. A avaliação será definida em termos de reprovado, aprovado ou aprovado com restrições.

§ 1º Em caso de aprovação sem restrições, o termo de aprovação será assinado pelo orientador e pelos demais membros da banca examinadora do TCC com as indicações de correção do trabalho.

§ 2º Em caso de aprovação com restrições, o termo de aprovação será assinado apenas pelos dois membros convidados para compor a banca, ficando a assinatura e aprovação do orientador condicionada à conclusão adequada das correções sugeridas, que deverá ocorrer em um prazo máximo de 30 dias.;

§ 3º A condição de reprovado será quando do conceito D, por não atender os critérios de avaliação do Art. 7º deste regulamento.

Art. 34. Caso a banca examinadora identifique plágio no TCC o acadêmico será considerado reprovado.

Art. 35. Após a avaliação final do TCC e a assinatura do termo de aprovação, o autor deverá entregar para o professor orientador a versão final

do trabalho, para o professor coordenador de TCC, que envia para o repositório digital.

CAPÍTULO VIII

DA AUTORIA E DOS DIREITOS AUTORAIS

Art. 36. Ao Instituto Federal do Paraná são reservados os direitos co-autorais dos Trabalhos de Conclusão de Curso que resultarem em inovação tecnológica, que justifique a solicitação de patente. Os acadêmicos irão assinar declaração de autoria do trabalho.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 37. Em caso de cancelamento ou suspensão do TCC por parte do orientando ou do orientador, ou de ocorrência de mudanças eventuais no TCC, o docente coordenador do componente curricular de pesquisa pedagógica - TCC II deverá ser notificado imediatamente, para que sejam tomadas as devidas providências.

Art. 38. Casos não previstos nesta Resolução serão resolvidos pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso (NDE) e Colegiado de Curso.

Art. 39. Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Cumpra-se.

Coordenação do curso de Licenciatura em Pedagogia

APÊNDICE C - Normas Atividades Complementares

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Dispõe sobre Atividades Complementares do Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Campus Curitiba, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná e dá outras providências.

Art. 1º. As Atividades Complementares, para além das diversas possibilidades intra cursos e externas ao IFPR, são propostas por meio de componentes semestrais no decorrer do Curso de Pedagogia, sendo optativo cursar os componentes curriculares ou solicitar integralização por meio de mecanismos de aproveitamento de conhecimentos, apropriados pelo estudante, em estudos e práticas independentes. Devendo ser solicitada a inscrição por meio de edital próprio a ser divulgado pela Instituição.

Art. 2º. A carga horária de Atividades Complementares é estabelecida em um mínimo de 200 horas, conforme a Resolução 02/2015 CNE/CP, Art. 13, § 1o, que estabelece um mínimo de:

> IV - 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes [...] por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição.

Art. 3º. A seleção dos temas que compõem o quadro curricular das Atividades Complementares é realizada observando a relevância dos mesmos para a atuação profissional do pedagogo.

Art. 4º. Consta na matriz curricular do curso a oferta de 3 (três) componentes como atividades complementares. Estes componentes curriculares de atividades complementares ofertados na matriz curricular do curso não são obrigatórios e podem ser validados com outras atividades com certificação na área de educação. As disciplinas atualmente oferecidas como Atividades Complementares são:

Tecnologias Educacionais	AC	40
Arte Educação e seu Ensino	AC	80
Projetos Educativos	AC	80

Art. 5º. Podem ser também reconhecidas como Atividades Complementares, quando de âmbito formativo complementar, de caráter teórico-prático de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos acadêmicos e devem promover a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, assegurando seu caráter interdisciplinar.

Caracterização das Atividades Formativas Complementares

Art. 6º. Serão consideradas atividades complementares que se caracterizem como:

I. Atividades práticas, de modo a propiciar vivências, nas mais diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamentos e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos, excetos os estágios obrigatórios e não obrigatórios;
II. Programas de Iniciação Científica e Iniciação à Docência;
III. Participação em projetos e ou atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação internos e/ou externos ao IFPR;
IV. Cursos realizados em áreas afins;
V. Participação em eventos científicos no campo da educação.
VI. Atividades de representação estudantil.
VII. Seminários e estudos curriculares.

Parágrafo único: Todas as atividades devem ser certificadas da área da educação ofertadas ou não pela IES.

Art. 7º. O estudante deverá concluir as AC até o sexto período do curso. As solicitações de convalidação de Atividades Complementares serão analisadas por

comissão instituída para este fim por membros do Núcleo docente estruturante e pelo colegiado do Curso a partir do critério de conteúdo e carga-horária.

Art. 8°. As regras e prazos de entrega de inscrição, documentação, análise e divulgação de resultados serão estabelecidos pela comissão de análise em edital próprio.

Art. 9°. O formulário das Atividades Acadêmicas Complementares seguem anexos ao Projeto Político Pedagógico do Curso.

Coordenação de Curso

ANEXOS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

ANEXO 1- As Atividades Acadêmicas Complementares estão distribuídas conforme tabela abaixo, computando-se as excedentes como facultativas, para registro e certificação.

1 - ATIVIDADES DE ENSINO	**Carga Horária**	**Carga Horária Máxima**	**Documentos Comprobatórios**
Componentes curriculares cursados em outros cursos de Graduação do IFPR, durante o Curso de Pedagogia.	20	40	Cópia do Histórico
Monitorias realizadas no âmbito do IFPR/Curitiba.	5	10	Declaração
Participação no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID. A pontuação será correspondente à porcentagem de participação do programa.	70	70	Declaração
Outras monitorias.	5	5	Declaração
Participação em projetos de ensino.	10	20	Certificado
Participação em palestras como ouvinte.	1	10	Declaração
Participação em cursos com mais de 12h de duração.	5	10	Certificado
Representação estudantil em colegiados do curso e outros de reconhecida relevância.	5	5	Portaria de Designação ou Declaração

2 - ATIVIDADES DE PESQUISA	Carga Horária	Carga Horária Máxima	Documentos Comprobatórios
Participação em projetos de pesquisa ou iniciação científica, aprovados pelo colegiado do Curso e pelo COPE do IFPR/Curitiba.	20	40	Certificado
Resumos publicados em periódicos de reconhecida relevância.	5	15	Publicação
Trabalhos completos publicados em periódicos de reconhecida relevância.	15	45	Publicação
Participação em eventos com apresentação de trabalhos: comunicação oral e painel ou pôster.	10	30	Certificado
Participação no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica - PIBIC. A pontuação será correspondente à porcentagem de participação no programa.	50	50	Certificado
Participação em grupos de estudo, e pesquisas.	15	15	Declaração
3 - ATIVIDADES DE EXTENSÃO	**Carga Horária**	**Carga Horária Máxima**	**Documentos Comprobatórios**
Participação em projetos aprovados pelo Colegiado do Curso.	20	40	Certificado
Apresentação de trabalho em eventos diversos (seminários, palestras, conferências, congressos, semanas acadêmicas, encontros nacionais e regionais, cursos de extensão, atualização e similares, etc.).	5	15	Certificado

Ministração de cursos na área da educação com duração mínima de 12 horas.	12	24	Declaração
Ministração de oficinas na área da educação com duração mínima de 4 horas.	4	8	Declaração
Trabalho voluntário de reconhecida relevância para a especificidade da formação, orientado e assistido pelo colegiado do curso ou pela entidade promotora.	5	10	Declaração
4 - OUTRAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	**Carga Horária**	**Carga Horária Máxima**	**Documentos Comprobatórios**
Atividades de representação estudantil.	5	10	Declaração ou portaria
Estudos complementares realizados na área de atuação do pedagogo.	5	5	Declaração
Participação na organização de eventos na área da educação.	5	5	Declaração
Participação em curso de formação em Libras	10	10	Certificado ou Declaração

ANEXO 2- CONTROLE DE ATIVIDADES ACADÊMICAS/CULTURAIS PARA O PORTFÓLIO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA IFPR - CAMPUS CURITIBA

ACADÊMICO(A): _____

NÚMERO	ATIVIDADE/ EVENTO	INSTITUIÇÃO PROMOTORA	DATA/PERÍODO	CARGA HORÁRIA

Código da Natureza da Atividade (N.A.): 01- Atividade de Ensino; 02 – Atividade de Pesquisa; 03 – Atividade de Extensão; 04 -Outras atividades de Educação

***** Todas as atividades deverão estar relacionadas à área da Educação.

* Anexar cópia do documento comprobatório das atividades nominadas, acompanhadas dos originais.

Curitiba, PR_____/_____de 20_____

_____ Acadêmico(a)

_____ Coordenador de Curso

APÊNDICE D - Normas do Estágio Supervisionado Obrigatório

REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Dispõe sobre normas e procedimentos do Estágio supervisionado Obrigatório do Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Campus Curitiba, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná e dá outras providências.

A Coordenadora do Curso de Pedagogia do Campus Curitiba, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, no uso da competência que lhe confere a Portaria IFPR no 211 de 18 de março de 2021, publicado no Diário Oficial da União, Seção no 2, do dia 19 de março de 2021, seção 2, página 20,

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO E SUAS FINALIDADES

Art. 1º O estágio curricular obrigatório do curso de Licenciatura em Pedagogia fundamenta-se na LEI Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes; nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Licenciatura (Resolução 02/2015 – CNE/CP), na RESOLUÇÃO Nº 36, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019, que regulamenta a

realização dos estágios no âmbito do IFPR, no REGULAMENTO GERAL DE ESTÁGIOS DO CAMPUS CURITIBA, que regulamenta a realização dos estágios no Campus Curitiba do IFPR e no Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

Art. 2º O estágio curricular supervisionado obrigatório do Curso de Pedagogia será desenvolvido a partir do segundo semestre, com carga horária total de 400 horas, com a seguinte estruturação:

Componente	**Período**	**CH**
Estágio I – Educação de Jovens e Adultos	2º período	80h
Estágio II – Educação Infantil	3º período	80h
Estágio III – Anos Iniciais da Educação Básica	4º período	80h
Estágio IV – Formação Docente	5º período	80h
Estágio V – Gestão Educacional	6º período	80h

Parágrafo único. Os respectivos estágios devem ser cumpridos dentro dos prazos estabelecidos em legislação para a conclusão do curso.

Art. 3º O Pedagogo formado no IFPR terá como elemento norteador de sua formação a reflexão e a pesquisa, as quais perpassam todas as disciplinas, embora estejam mais objetivamente presentes nas disciplinas de Estágio. Este perfil de Profissional Pesquisador permitirá que nossos estudantes atuem como pedagogos em diferentes espaços, compreendendo a natureza dos mesmos e adotando as formas mais adequadas de gestão e organização do trabalho pedagógico, seja na escola ou em outros espaços educativos.

Art. 4º O Estágio possibilita o exercício profissional prévio que permitirá à/o estudante a obtenção do diploma universitário que confere seu título definitivo. Assim é etapa fundamental de profissionalização da/o estudante, portanto deve ser realizado em ambientes reais de trabalho. As atividades de Estágio pretendem também apontar para possíveis atividades de extensão, visto que por meio destas, a/o estudante passa a interagir com a comunidade em geral, contribuindo de maneira significativa para o desenvolvimento de todos os envolvidos no processo.

Parágrafo único. O Estágio Supervisionado prevê momentos de diagnóstico, de discussão e aprofundamento teórico e de intervenção na realidade educacional.

Art. 5º. Ao realizar o curso de Pedagogia a/o estudante irá discutir e refletir sobre o fenômeno educativo em suas mais diversas modalidades, ofertas, e formas de organização. A discussão e a reflexão acontecerão em todos os componentes curriculares do curso articulando-se de forma permanente ao Estágio fundamentando o trabalho deste estudante em campo, nas dimensões sociais, políticas e pedagógicas.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DIDÁTICA DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO SUPERVISIONADO

Art. 6º Com base na decisão do Núcleo Estruturante será definido uma Coordenação de Estágio Supervisionado Obrigatório

Art. 7º São atribuições da Coordenação do Estágio:

I - supervisionar o desenvolvimento das atividades do Estágio Supervisionado Obrigatório;

II - criar, juntamente com a coordenação do curso, instrumentos de avaliação do Estágio Supervisionado Obrigatório;

III - estabelecer o contato inicial com as Instituições onde ocorrerá o estágio supervisionado.

IV - manter estreito o vínculo com as Unidades Concedentes de Estágio, Incentivando a troca de experiência com o IFPR;

V - informar às/aos professoras/es orientadoras/es sobre todos os procedimentos realizados nas disciplinas de Estágio Supervisionado Obrigatório e acompanhá-las/os durante a etapa de orientação;

VI - acompanhar toda a documentação referente ao Estágio Supervisionado Obrigatório: projetos, planos, material didático e relatório;

VII - analisar pedidos de validação da disciplina de Estágio Supervisionado Obrigatório;

VIII - coordenar a elaboração e divulgação do manual de Estágio Supervisionado Obrigatório, junto aos professores orientadores e estagiários;

IX - organizar um arquivo, a cada final de semestre letivo, dos contratos e planos de Estágio Supervisionado Obrigatório já assinados.

X - participar de todas as reuniões internas ou externas referente ao Estágio Supervisionado Obrigatório.

Art. 8º Em consonância com a Lei nº 11.788/2008, artigo 7º, inciso III – o professor orientador deve ter formação na área a ser desenvolvida no estágio.

Art. 9º Ao professor orientador de Estágio Supervisionado Obrigatório compete:

I - orientar as atividades de Estágio Supervisionado Obrigatório realizadas;

II - aprovar o plano de Estágio Supervisionado Obrigatório apresentado pelo estagiário, levando em consideração os objetivos estabelecidos neste Regulamento de Estágio Supervisionado Obrigatório e no Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia;

III - registrar todas as atividades acadêmicas da disciplina de Estágio Supervisionado Obrigatório no diário de classe encaminhado pela secretaria acadêmica do Campus: frequência, conteúdos e notas;

IV - elaborar e apresentar às/aos estudantes os planos de ensino e de aula da disciplina de Estágio Supervisionado Obrigatório no início do semestre letivo;

V - agendar os horários das observações e regências das/os estagiários em consonância com o horário da/o professora/r regente na unidade concedente;

VI - discutir o desempenho acadêmico da/o estagiária/o com a coordenação do Estágio Supervisionado e com a/o professora/r regente da unidade escolar.

CAPÍTULO III

DOS CAMPOS DE ESTÁGIO

Art. 10. O Estágio Curricular Obrigatório poderá ser desenvolvido nas escolas de Educação Básica, prioritariamente nas Instituições públicas de Educação Infantil, de Ensino Fundamental (Anos Iniciais) e Ensino Médio (Curso Técnico de Magistério), casos não previstos neste artigo deverão ser encaminhados ao colegiado.

CAPÍTULO IV

DA CARGA HORÁRIA

Art. 11. A Carga horária total do Estágio Supervisionado será de 400 horas distribuídas e organizadas da seguinte forma:

I - Estágio I – Educação de Jovens e Adultos. Carga horária: 80 Hora/aula e Hora/relógio (60 min). Segundo período. Foco: Formação e compromisso do professor de jovens e adultos. Contextualização histórica, econômica e sócio-cultural dos sujeitos sociais da EJA; trajetórias de formação e de escolarização de jovens e adultos na EJA. Observação, participação no planejamento, docência e avaliação do processo ensino aprendizagem.

II - Estágio II – Educação Infantil. Carga horária: 80 Hora/aula e Hora/relógio (60 min). Terceiro período. Foco: O Trabalho Pedagógico na Educação Infantil. Prática pedagógica e processos de aprendizagem e de avaliação na Educação Infantil.

III - Estágio III – Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Carga horária: 80 Hora/aula e Hora/relógio (60 min). Quarto período. Foco: Desenvolvimento da Prática Pedagógica: análise, planejamento e atuação. Relação professor, aluno e conhecimento na configuração do processo educacional. Especificidades do Trabalho Pedagógico no Ensino Fundamental.

IV - Estágio IV – Formação Docente. Carga horária: 80 Hora/aula e Hora/relógio (60 min). Quarto período. Foco: Análise das políticas educacionais do curso de formação de professores em nível médio; organização histórica, legal e curricular do curso de formação de professores em nível médio; aspectos teórico-metodológicos no planejamento de aulas das disciplinas pedagógicas, da docência no ensino médio; pesquisa e planejamento de docência: plano de aula e oficinas.

V - Estágio V – Gestão Educacional. Carga horária: 80 Hora/aula e Hora/relógio (60 min). Quinto período. Foco: Processos de gestão escolar e sua relação com os determinantes socioeconômicos, considerando a natureza e a especificidade da organização do trabalho pedagógico escolar. Prática pedagógica do pedagogo nas unidades escolares (Conselho de Classe, reuniões pedagógicas, formação continuada, etc.)

Parágrafo único. Em todos os períodos a exigência da frequência é total, ou seja, a/o estudante não poderá faltar em nenhuma das atividades, salvo em casos previstos na legislação, a fim de que se cumpra a carga horária exigida.

CAPÍTULO V

DA PARTICIPAÇÃO DISCENTE

Art. 12. Compete à/ao estudante estagiário/a:

I - matricular-se no componente de estágio curricular obrigatório correspondente ao seu período ou que esteja em atraso;

II - informar-se sobre a documentação necessária para iniciar o estágio curricular obrigatório;

III - coletar as assinaturas devidas nos respectivos documentos e encaminhá-los aos/às orientadores/as de estágio;

IV - manter a assiduidade e pontualidade com registro na Ficha de frequência;

V - desenvolver as atividades orientadas, diário de bordo, fichas de observação, planos de aula, e demais propostas do componente;

VI - elaborar o relatório de estágio conforme as orientações recebidas;

VII - entregar toda a documentação e atividades selecionadas dentro dos prazos estabelecidos;

CAPÍTULO VI

DA CONVALIDAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art 13. Em consonância com o artigo 28 da Resolução n.36 de 01/10/2019, incisos I e II a/a/o estudante que exercer atividade profissional no campo das docências específicas dos estágios obrigatórios do curso de Licenciatura em Pedagogia: Educação de Jovens e adultos, Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Formação de professores(em nível Médio) ou Gestão Educacional poderá solicitar equivalência de até 70% da carga horária do estágio específico ao colegiado do curso.

Parágrafo único. A aceitação como estágio do exercício das atividades referidas no caput deste artigo, dependerá de decisão do colegiado do curso, que levará em consideração o tipo de atividade desenvolvida e a sua contribuição para a formação profissional da/a/o estudante.

Art. 14. A convalidação do Estágio Curricular Supervisionado poderá ocorrer desde que atendidas as seguintes determinações:

I - estar matriculada/o no componente curricular correspondente;

II - estar atuando como docente no período no qual estiver matriculado nas disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado domo:

a) empregada/o registrada/o, empresário formal, profissional liberal ou autônomo;

b) servidora/r público ou empregada/o pública/o;

§ 1º A convalidação, a que se refere *o caput* deste Artigo, deverá ser solicitada junto à Coordenação do curso, de acordo com os procedimentos determinados pela Secretaria Acadêmica.

§ 2° No ato da solicitação da convalidação deverá ser entregue juntamente com o requerimento a seguinte documentação:

I. declaração da instituição onde atua ou atuou, dirigida a à coordenação do Curso, devidamente assinada e carimbada pelo representante legal da instituição, indicando o cargo ocupado, período de trabalho, carga horária semanal e as atividades profissionais desempenhadas pela/o estudante na Instituição.

Art. 15. Uma vez indeferida a convalidação, não cabe recurso, sendo que a/o estudante deverá cumprir todas as etapas e atividades relativas ao Estágio Supervisionado, objeto deste Regulamento.

Art. 16. O local da realização do estágio será definido pela Coordenação de Estágio.

Art. 17. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado de Curso.

Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia

ANEXOS ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO
CURSOS DE LICENCIATURA

As partes abaixo qualificadas celebram neste ato o Termo de Compromisso de Estágio conforme a Lei nº 11.788/08.

DADOS DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO – CAMPO DE ESTÁGIO	
Instituição de Ensino:	
CNPJ:	
Nome da pessoa que representada	
Endereço:	
Cidade:	
Telefones:	

DADOS DO ALUNO(A)	
NOME:	
CAMPUS:	
CURSO:	
PERÍODO:	
MATRICULA:	

Residente à rua _____ , n° _____ na cidade de _____ , Estado _____, CEP _____ , Fone _____ ,CPF_____ Data de Nascimento _____/_____/____ , doravante denominado Estudante, com interveniência da Instituição de Ensino, celebram o presente Termo de Compromisso em consonância com o Art. 82 da Lei nº 9394/96 – LDB, Art. 1º da Lei nº 11.788/08 mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA As atividades a serem desenvolvidas durante o Estágio constam de programação acordada entre as partes, Plano de Atividades em anexo- e terão por finalidade propiciar ao Estudante uma

experiência acadêmico-profissional em um campo de trabalho determinado, visando:a) o aprimoramento técnico-científico em sua formação; b) a maior proximidade do aluno, com as condições reais de trabalho, por intermédio de práticas afins com a natureza e especificidade da área definida nos projetos políticos pedagógicos de cada curso;

CLÁUSULA SEGUNDA **O presente estágio somente poderá ser iniciado após assinatura das partes envolvidas, não sendo reconhecido ou validada com DATA RETROATIVA;**

CLÁUSULA TERCEIRA O estágio será desenvolvido no período de _____/_____/_____a _____/_____/_____, no horário das _____ às _____hs, ser prorrogado, através de emissão de Termo Aditivo;

CLÁUSULA QUARTA Em caso do presente estágio ser prorrogado, o preenchimento e a assinatura do Termo Aditivo deverão ser providenciados antes da data de encerramento, contida na Cláusula Terceira neste Termo de Compromisso;

CLÁUSULA QUINTA Na vigência deste Termo de Compromisso o Estudante será protegido contra Acidentes Pessoais, providenciado pela IFPR e representado pela Apólice n° _____ da Companhia _____.

CLÁUSULA SEXTA Nos termos do Art. 3° da Lei n° 11.788/08, o Estudante não terá, para quaisquer efeitos, vínculo empregatício com a Parte Concedente;

CLÁUSULA SÉTIMA Constituem motivo para interrupção automática da vigência do presente Termo de Compromisso de Estágio:

a. Conclusão ou abandono do curso e o trancamento de matrícula;
b. Não cumprimento do convencionado neste Termo de Compromisso.
c. Solicitação do estudante;
d. Solicitação da parte concedente;
e. Solicitação da instituição de ensino.

E, por estar de inteiro e comum acordo com as condições deste Termo de Compromisso, as partes assinam em 04 (quatro) vias de igual teor.

……...../...../.....

UNIDADE CONCEDENTE (ASSINATURA E CARIMBO)	ESTUDANTE (ASSINATURA)

PROFESSOR ORIENTADOR DE ESTÁGIOS/IFPR

COORDENADOR DO CURSO – IFPR (assinatura e carimbo)	CHEFE DE SEÇÃO DE ESTÁGIOS E RELAÇÕES COMUNITÁRIAS – CÂMPUS IFPR (assinatura e carimbo)

PLANO DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO CURRICULAR - LICENCIATURA

Este PLANO DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO é parte integrante do Termo de Compromisso de Estágio, nos termos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

DADOS DO ESTAGIÁRIO

Nome completo:
Matrícula:
Curso:
Turma:
Período:
Turno do curso:
Telefone: ( ) **E-mail**:
Professor Orientador:
Telefone: ( ) **E-mail**:

DADOS DA CONCEDENTE

Razão Social:
CNPJ:
Ramo de Atividade:
Endereço:
Telefone: ( ) **E-mail**:

DADOS DO ESTÁGIO

Período de estágio: _____/_____/_____ a _____/_____/_____ Horário de estágio: _____:_____ às _____:_____
Objetivos: _____

_____ _____ _____ _____ _____
Atividades a serem realizadas: _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____

a) Modalidade da Supervisão: Direta b) Carga Horária Total: _____ horas

Local:_____ , _____ de _____ de 20____

Coordenador do Curso

Professor Orientador IFPR

Orientador na Unidade Concedente

APÊNDICE E - Normas Brinquedoteca

REGULAMENTO BRINQUEDOTECA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
CAMPUS CURITIBA DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

Dispõe sobre normas e procedimentos da Brinquedoteca do Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Campus Curitiba, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná e dá outras providências.

A Coordenadora do Curso de Pedagogia do Campus Curitiba, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, no uso da competência que lhe confere a Portaria IFPR nº 211 de 18 de março de 2021, publicado no Diário Oficial da União, Seção nº 2, do dia 19 de março de 2021, seção 2, página 20,

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O presente regulamento trata das normatizações das atividades da Brinquedoteca do Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Campus Curitiba, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná.

Art. 2º. A Brinquedoteca é um laboratório didático pedagógico voltado para práticas pedagógicas e estágios curriculares dos(as) estudantes do Curso de Licenciatura em Pedagogia, sob supervisão dos(as) docentes, bem como um espaço para ações com a comunidade interna e externa do Campus Curitiba.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 3º. A Brinquedoteca terá como principal objetivo proporcionar aos discentes do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus Curitiba, formação teórica e prática a respeito da importância do brincar, no que se refere à construção, elaboração e reflexão temática sobre jogos, brinquedos e brincadeiras, através do ensino, pesquisa e extensão alinhados com o Projeto Pedagógico do Curso.

Art 4º. São objetivos específicos da Brinquedoteca do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus Curitiba do Instituto Federal do Paraná:

I - propiciar um espaço onde professores(as) e acadêmicos(as) do Curso de Licenciatura de Pedagogia possam realizar práticas interdisciplinares e dedicar-se à exploração de brinquedos e jogos;

II - realizar ações com crianças e seus responsáveis com foco nos jogos e nas brincadeiras;

III - contribuir para a conceituação do jogo, do brinquedo e da brincadeira e sua importância na educação;

IV - desenvolver estudos e pesquisas de objetos de estudo como: o brincar, o brinquedo, as brincadeiras e os jogos;

V - ser um espaço para confeccionar, explorar, testar e avaliar brinquedos e brincadeiras, inclusive construindo jogos, com os mais diversos materiais;

VI - ser um espaço para formação continuada para comunidade interna e externa, principalmente os(as) docentes da rede pública;

VII - contribuir para a valorização do brincar na formação docente e do ser humano em geral;

VIII - fomentar o estudo e o trabalho didático-pedagógico na literatura infantil;

IX - proporcionar vivências com a brincadeira, o brinquedo e os jogos entre criança/criança, criança/adulto e adulto/adulto;

X- promover formação inicial e continuada para egressos(as) do Curso de Licenciatura em Pedagogia e docentes da rede pública e demais interessados sobre o brincar.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA

Art. 5º. A Brinquedoteca está localizada no Campus Curitiba do Instituto Federal do Paraná.

Art. 6º. A Brinquedoteca está sob responsabilidade da Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus Curitiba.

Art. 7º. Os materiais serão adquiridos seguindo os seguintes critérios:

I - segurança;

II - diversidade cultural, étnica, racial;

III - acessibilidade;

IV - éticos e estéticos;

VI - atenda a diversas faixas etárias;

V - diversidade de materiais, cores, texturas.

CAPÍTULO IV

DO FUNCIONAMENTO

Art 8º. A Brinquedoteca poderá ser utilizada pela comunidade interna e externa do IFPR, mediante autorização da Coordenação do Curso de Pedagogia ou docente coordenador(a).

Art. 9º. Os horários de funcionamento e agendamentos serão organizados e publicizados pela Coordenação do Curso de Pedagogia ou docente coordenador(a).

Art. 10. Os recursos disponíveis na Brinquedoteca poderão ser utilizados pelos(as) estudantes, docentes, técnicos(as) e comunidade externa.

Art. 11. Os brinquedos e demais materiais são de uso prioritário das crianças de 0 (zero) até 12 (doze) anos, acompanhadas dos pais ou do responsável, e dos(as) acadêmicos(as) do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus Curitiba, do IFPR.

Art. 12. Poderão ocorrer registros visuais e sonoros (filmagens, fotografias, entre outros) mediante autorização do uso de imagem dos sujeitos e, no caso das crianças, pelos seus responsáveis.

Parágrafo único: as crianças devem ser comunicadas que elas estão sendo registradas.

Art. 13. Os brinquedos e jogos com defeitos ou avarias devem ser retirados ou isolados da Brinquedoteca, bem como comunicados à coordenação do curso para providências.

Art. 14. Danos ocorridos por utilização errada ou produzidos de forma intencional devem ser comunicados à coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia, sendo responsabilidade do usuário a reparação dos danos.

Art. 15. O uso dos materiais da Brinquedoteca em outros espaços e empréstimos podem ocorrer, desde que devidamente registrado por escrito com data de retirada e prazo de entrega, sob assinatura de termo de responsabilidade, comunicados ao coordenador(a) responsável pela Brinquedoteca.

CAPÍTULO V

DOS RECURSOS HUMANOS

Art. 16. A Brinquedoteca conta um coordenador(a), com apoio docente e discente para organização, proposição e acompanhamento das atividades que serão desenvolvidas:

I - O coordenador da brinquedoteca será do quadro de pessoal do IFPR, formado/a em Licenciatura de Pedagogia, que mantenha projeto de pesquisa ou extensão para formação docente inicial e continuada sobre educação sobre temática relacionada ao brincar e a brincadeira, aprovado no Núcleo Docente Estruturante (NDE) e ou Colegiado de curso;

II - monitor(es) discente(es), bolsistas e não bolsistas da Licenciatura de Pedagogia que realiza o papel de organizador, monitor e participante do projeto de extensão e ou pesquisa relacionado ao coordenador do projeto brinquedoteca;

CAPÍTULO VI

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 17. O(A) coordenador(a) da brinquedoteca responsável, bem como o(a) Monitor(a) discente, em um trabalho conjunto, são responsáveis por:

I - zelar pelo espaço, pelos materiais, pelos jogos e brinquedos;

II - cuidar do ambiente de forma criativa e construtiva;

III - organizar e classificar os jogos e brinquedos por faixa etária;

IV - preparar os arquivos e registros da Brinquedoteca;

V - catalogar os materiais existentes na Brinquedoteca;

VI - zelar pela limpeza e assepsia dos jogos e brinquedos;

VII - incentivar sempre o brincar e a apropriação dos conhecimentos;

VIII - estabelecer regras e normas de funcionamento do espaço;

IX - comunicar irregularidades à coordenação do curso;

X - registrar e cobrar itens emprestados para devolutiva e preservação.

XI - Promover reuniões com os representantes das escolas ou entidades a serem atendidas com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre o funcionamento da Brinquedoteca;

XII - Cadastrar as escolas e entidades que se interessarem em freqüentar;

XIII – Cumprir e fazer cumprir este Regulamento, estabelecendo normas de funcionamento do espaço, juntamente com a Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia;

XIV - Promover oficinas para criação e confecção artesanal de brinquedos, jogos e materiais pedagógicos (acompanhados de manual) procurando envolver as crianças, suas famílias e demais membros da comunidade.

CAPÍTULO VII

DAS REGRAS DA BRINQUEDOTECA

Art. 18. São regras para o uso da Brinquedoteca:

I - seguir as orientações para o agendamento e utilização do ambiente definidos pela Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus Curitiba;

II - manter o ambiente organizado;

III - conservar os jogos, brinquedos, livros e demais materiais;

IV - em caso de quebra ou avaria de materiais comunicar imediatamente ao responsável pela Brinquedoteca;

Art. 19. O(A) docente que utilizar a brinquedoteca deve estar ciente deste regulamento, sendo responsável em entregar o ambiente organizado.

CAPÍTULO VIII

DA SEGURANÇA E ACESSIBILIDADE

Art. 20. A Brinquedoteca deve seguir as normas de segurança previstas na Legislação vigente, oferecendo as seguintes condições:

I - segurança do local e do material (espaço, brinquedos e móveis);

II - boas condições de iluminação e ventilação;

III - higienização dos materiais e espaços periodicamente.

Art. 21. O mobiliário e os materiais precisam ser acessíveis às crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de modo a promover inclusão plena, conforme legislação vigente.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 22. As alterações deste Regulamento serão realizadas pela Coordenação do Curso de Licenciatura de Pedagogia à medida que se fizer necessário.

Art 23. Os casos omissos neste Regulamento devem ser resolvidos pelo(a) Coordenador(a) do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

Dê-se ciência,

Cumpra-se.

Coordenação do curso de Licenciatura em Pedagogia

APÊNDICE F - Normas de Estágio Não Obrigatório

A RESOLUÇÃO Nº 02 DE 26 DE MARÇO DE 2013 aprova o Regulamento de Estágios no âmbito do IFPR.

Resolução IFPR Campus Curitiba

Trecho do:

REGULAMENTO GERAL DE ESTÁGIOS DO CAMPUS CURITIBA
AUTORIZADO PELO PARECER CONSEPE Nº06/2021

Art. 4º Para realização de estágio não obrigatório, o estudante deverá:

I – verificar as oportunidades de estágio na região e as parcerias firmadas com o IFPR, em especial os agentes de integração;

II – buscar informações da coordenação de curso sobre as possibilidades de estágio, bem como com as principais correlações com o seu curso;

III – formalizar TCE/PE com a UCE, utilizando-se dos formulários próprios disponibilizados pela Saee/Proens e Serc, ou departamentos equivalentes.

§ 1º. O estágio não obrigatório é facultativo, entretanto, ao optar por realizá-lo, o estudante estará vinculado aos dispositivos da Resolução IFPR nº 36/2019 e às normas da UCE.

§ 2º O estudante poderá iniciar o estágio respeitando a idade mínima prevista no Artigo 54 da Resolução IFPR nº 36/2019 e, se houver, os pré-requisitos estabelecidos nos PPCs.

Acesse o Regulamento completo em:

https://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2021/03/03.2021-Curitiba.pdf